

RELATÓRIO

5^a

CONFERÊNCIA
NACIONAL DO
MEIO AMBIENTE

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA
O DESAFIO DA TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
E MUDANÇA DO CLIMA



República Federativa do Brasil

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente: Geraldo Alckmin

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Ministra: Marina Silva

Secretaria-Executiva

Secretário-Executivo: João Paulo Ribeiro Capobianco

Gabinete da Ministra

Chefe de Gabinete: Daniel Pinheiro Viegas

Assessoria de Participação Social e Diversidade

Chefe da Assessoria: Luciana Soares de Holanda

Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais

Secretária: Rita de Cássia Guimarães Mesquita

Secretaria Nacional de Bioeconomia

Secretária: Carina Mendonça Pimenta

Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial

Secretário: André Rodolfo de Lima

Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental

Secretário: Adalberto Maluf Filho

Secretaria Nacional de Mudança do Clima

Secretário: Aloísio Pereira de Melo

Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável

Secretária: Edel Nazaré Santiago de Moraes

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Presidente: Rodrigo Agostinho

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Presidente: Mauro Pires

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Presidente: Sérgio Besserman Viana

Serviço Florestal Brasileiro

Diretor-Geral: Garo Joseph Batmanian

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

RELATÓRIO



**BRASÍLIA/DF
MMA
2025**

© 2025 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.
Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima ou sítio da Internet no qual podem ser encontrados os originais em: <https://www.gov.br/mma/ptbr/centrais-de-conteudo/publicacoes/governanca/relatorio-5cnma-emergencia-climatica-desafio-transformacao-ecologica.pdf>

Ficha Técnica do Relatório Final da 5ª CNMA

Coordenação Editorial: Vinícius Carvalho

Redação: Cristiano Navarro Peres e Vinícius Carvalho

Diagramação e Ilustração: Eduardo Napoli e Tiê Passos

Revisão: Cristiano Navarro; Ísis Tainah Monteiro Callado; Joefran Mesquita de Albuquerque; Larissa de Oliveira Constant Barros; Luciana Soares de Holanda e Walisson Lopes de Souza.

Revisão técnica: ASCOM/MMA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

B823q Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

5a Conferência Nacional do Meio Ambiente [recurso eletrônico] : emergência climática – o desafio da transformação ecológica. – Brasília, DF : MMA, 2025. 102 p. : il. color.

Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-7738-514-0 (on-line)

1. Emergência climática. 2. Políticas públicas. 3. Mitigação. I. Título.
CDU 504.7

Biblioteca Nacional do Meio Ambiente
Thaís da Silva Rodrigues – CRB1/36

Coordenação Executiva Nacional - CEN

Larissa de Oliveira Constant Barros/GM
Luciana Soares de Holanda/GM
Liara Santos de Carvalho/SMC
Maíra Dantas/SMC
Marcos Sorrentino/Secex
Marcela Moraes/Secex
Vana Tércia/SMC

Comitê de Apoio Permanente:

Assessoria Especial de Assuntos Internacionais
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos
Assessoria Especial de Comunicação Social
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ
Secretaria-Executiva - SECEX
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial - SEDC
Secretaria Nacional de Bioeconomia - SBC
Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais - SBIO
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental - SQA
Secretaria Nacional de Mudança do Clima - SMC
Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável - SNPCT
Serviço Florestal Brasileiro - SFB

Comissão Organizadora Nacional:

Representantes do Poder Público

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes
Secretaria-Geral da Presidência da República - SG/PR
Ministério dos Povos Indígenas - MPI
Ministério da Igualdade Racial - MIR
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA
Ministério das Cidades - MCid
Ministério de Minas e Energia - MME
Ministério da Saúde - MS
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS
Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO
Ministério da Gestão e Inovação - MGI
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior - MDIC
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI
Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional - MIDR
Ministério da Educação - MEC
Ministério da Agricultura e Pecuária - Mapa
Ministério da Cultura - MinC
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC
Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados
Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal
Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente - Anamma
Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - Abema

Confederação Nacional de Municípios - CNM
Frente Nacional dos Prefeitos - FNP

Representantes Titulares da Sociedade Civil

Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais - Rede Clima
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS
União Brasileira dos Estudantes - UNE
Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - Apib
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - Coiab
Central Única dos Trabalhadores - CUT
União Geral dos Trabalhadores - UGT
Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - Contag
Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR
Rede Eclesial Pan-Amazônica - Repam
Retireiros do Araguaia/Rede de Povos e Comunidades Tradicionais
Instituto Socioambiental - ISA
Movimento de Atingidos por Barragens - MAB
Frente de Ações pela Libertação Animal - Fala SOS Mata Atlântica
Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada-IRPAA - Rede Cerrado
Articulação Semiárido Brasileiro - ASA
SOS Pantanal
Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas - ONG
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC
Conama/Fundação Grupo Esquel - Brasil
Confederação Nacional da Indústria - CNI
Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS
Confederação Nacional do Comércio - CNC
Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil

Suplentes da Sociedade Civil

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade - ANPPAS
Academia Brasileira de Ciência
Jovens pelo Clima
Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos - Conaq
Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - Apoinme
Força Sindical
Movimento Sem Terra - MST
Associação Nacional dos Catadores - Ancat
Iniciativa Inter-religiosa pelas Florestas Tropicais - IRI
Conselho Nacional das Populações Extrativistas/Rede de Povos e Comunidades Tradicionais
O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon
Copaíba
Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural - Agapan
Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - IASBMA
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES
Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF
Organização Das Cooperativas Brasileiras - OCB
Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura
Instituto Brasil Orgânico

Nossa força, nossa voz

A 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA) representa, para cada um que dela participou, a consolidação de uma vitória do povo brasileiro, a materialização da participação democrática na definição de políticas públicas de fundamental importância para enfrentarmos, com rumos claros, os grandes desafios da crise climática.

Nosso tema central não poderia ter sido outro, senão aquele que é o maior desafio de nosso país e de toda a humanidade: Emergência Climática – o desafio da transformação ecológica. Cada um de nós, sentindo na cidade, bioma e região em que vive a gravidade da mudança climática, validou a necessidade e a urgência de ação por parte dos governos e da sociedade. Essas ações, como reafirmamos, só podem ser realizadas em um ambiente de democracia, onde o grande direito coletivo à proteção da vida se sobreponha aos interesses particulares, econômicos ou políticos.

Estamos diante de uma responsabilidade que transcende o tempo, pois diz respeito à vida das futuras gerações. Foi com esse sentido de responsabilidade e urgência que cumprimos o objetivo da CNMA: fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente e subsidiar o enfrentamento da emergência climática com propostas de mitigação e adaptação, com justiça climática em nosso país.

Mais ainda, avançamos na agenda de transformação, apoiando a transição ecológica cujos primeiros passos já estão sendo dados pelo Brasil para liderar através do exemplo um esforço que deve ser de todos os países e povos da Terra.

Aqui, a síntese foi gerada com êxito, juntando e selecionando as propostas de todo o país e analisando-as à luz da necessidade, urgência e viabilidade. Contamos com todo o apoio técnico e científico de que precisávamos. E reafirmamos o apoio político de um governo que já definiu objetivos ousados, como zerar o desmatamento até 2030, e que tomou para si a responsabilidade de organizar a Conferência das Partes (COP-30) com a intenção de liderar o mundo na implementação de ações inadiáveis para conter o aquecimento global.

Nesta edição, você navegará pela história das Conferências Nacionais do Meio Ambiente, descobrirá como a 5ª CNMA se integrou à estratégia brasileira contra a emergência climática e acompanhará a jornada que uniu o país para consolidar uma agenda nacional de transformação ecológica.

Que o legado da 5ª CNMA inspire e oriente a política socioambiental brasileira, garantindo que o compromisso de hoje se traduza em um futuro mais resiliente e justo para todas e todos.

Boa leitura!

**Marina Silva, ministra do Meio
Ambiente e Mudança do Clima**



Resultados da 5ª CNMA: a síntese de um encontro histórico



É com imensa satisfação que a Comissão Organizadora Nacional (CON) apresenta a síntese dos resultados da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente. Como instância máxima de deliberação e formulação deste encontro grandioso, testemunhamos e orquestramos um processo que culminou em avanços significativos para a agenda ambiental brasileira.

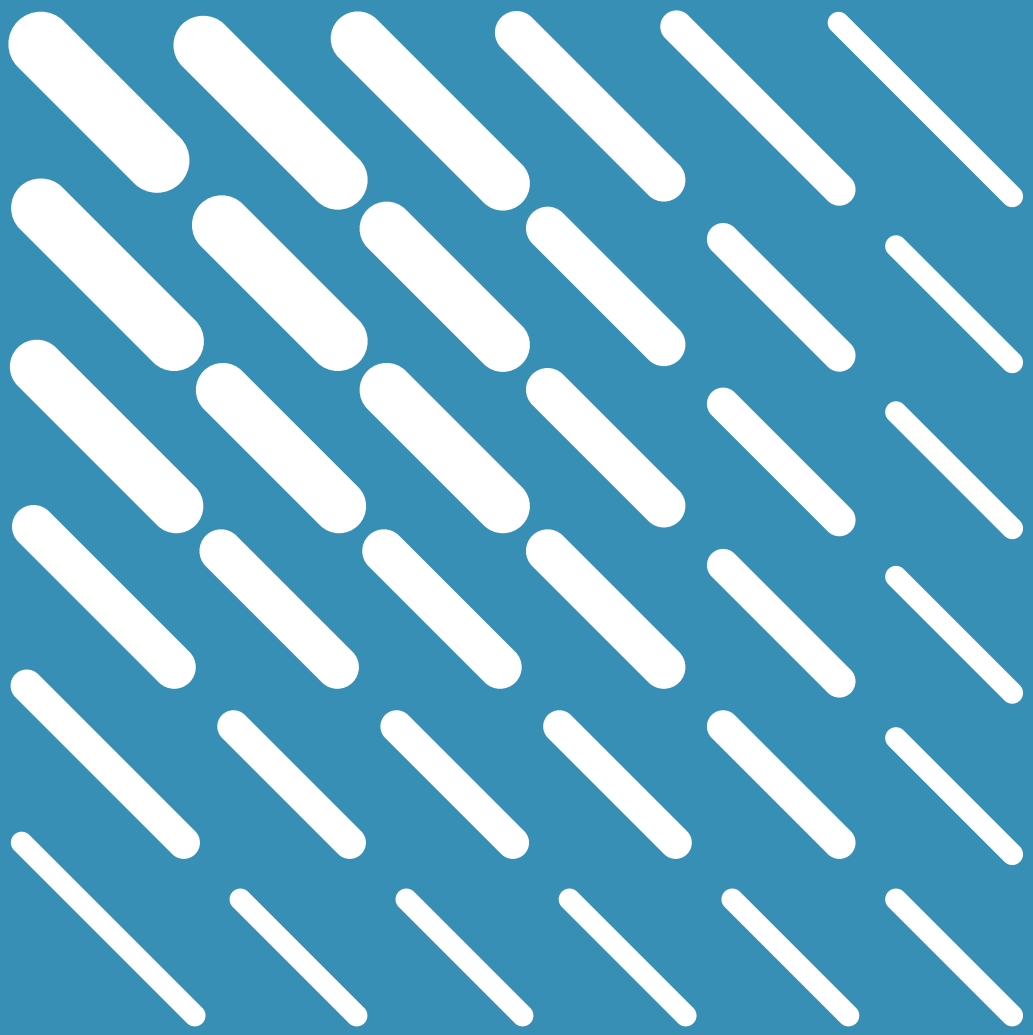
Desde a sua formação, sob um modelo de paridade que uniu 26 representantes do poder público a outros 26 da sociedade civil e do setor empresarial, a CON buscou assegurar uma representação tão ampla e diversa quanto o próprio Brasil. Tivemos membros de diversos ministérios, órgãos governamentais, legisladores, e vozes vibrantes de organizações não governamentais ambientalistas, movimentos sociais — incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais —, juventudes, universidades, sindicatos e coletivos diversos, juntamente com representantes dos mais variados segmentos econômicos, convergimos em um propósito comum.

A força dessa mobilização popular e a diversidade de ideias que dela emergiram é que garantiram o sucesso da Conferência. Nosso papel foi o de catalisar essa energia, transformando a voz do povo brasileiro em propostas concretas. A síntese que aqui apresentamos é fruto de um rigoroso processo de seleção e análise das proposições vindas de todo o Brasil, sempre à luz da necessidade, urgência e viabilidade para o enfrentamento da emergência climática e a transformação ecológica do país.

A Comissão Organizadora Nacional se orgulha de ter facilitado este processo democrático e participativo, que demonstrou a capacidade do Brasil de construir, coletivamente, as soluções que o momento exige. Que os resultados desta Conferência inspirem e guiem a todos na implementação das ações necessárias para um futuro mais sustentável.

**Comissão Organizadora Nacional (CON)
da 5ª Conferência Nacional do Meio
Ambiente**





APRESENTAÇÃO

Este relatório consolida os resultados, aprendizados e propostas prioritárias da 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA), coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB).



Realizada entre janeiro de 2024 e maio de 2025 sob o tema “Emergência Climática: O Desafio da Transformação Ecológica”, a 5ª CNMA constitui um marco histórico na retomada da participação social e da democratização das políticas públicas sobre meio ambiente no Brasil, após 11 anos sem a realização de conferências nacionais de meio ambiente.

Na 5ª CNMA, foram realizadas 507 Conferências Municipais, 189 Conferências intermunicipais, 291 Conferências Livres, 27 Conferências Estaduais e Distrital e uma Conferência Nacional, mobilizando diretamente 2.729 municípios e mais de 710 mil brasileiros em todos os biomas e regiões do país.

Em cada um desses espaços, o desafio foi coletar ideias e propostas da sociedade em torno dos cinco eixos temáticos definidos pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para guiar a 5ª CNMA no enfrentamento da emergência climática: 1 - Mitigação; 2 - Adaptação e Preparação para Desastres; 3 - Justiça Climática; 4 - Transformação Ecológica; e 5 - Governança e Educação Ambiental.

Esse esforço colaborativo resultou na apresentação de mais de 10 mil propostas, que, em um longo processo de debates e aperfeiçoamento, priorizou 104 respostas para o enfrentamento da emergência climática no Brasil, as quais passam a subsidiar o governo federal na construção de suas políticas e programas governamentais. A etapa nacional ocorreu de forma presencial no Centro Internacional

de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília (DF) e contou com a participação de 3.210 credenciados presentes entre os dias 06 e 09 de maio de 2025.

Para apresentar este processo, o presente relatório se divide em oito capítulos.

O capítulo Contexto estabelece as bases para a compreensão da 5ª CNMA. Para tanto, resgata o retrospecto histórico das quatro edições anteriores da Conferência Nacional de Meio Ambiente (2003 a 2013) e aborda os impactos do período de instabilidade institucional que resultou em uma longa lacuna de 11 anos sem a realização de conferências nacionais de meio ambiente no país. Adicionalmente, o capítulo traça um panorama da emergência climática no Brasil e no mundo, contextualizando o cenário e os objetivos que pautaram a 5ª CNMA.

O capítulo Preparação explora os bastidores da conferência, detalhando a minuciosa organização que a precedeu. Para isso, aborda a constituição e o funcionamento da estrutura de governança da 5ª CNMA e a construção das metodologias adotadas, desde o modelo de apresentação das propostas até a elaboração do Regimento Interno, do Documento-base e a implementação do Ambiente Virtual em que as proposições foram registradas e sistematizadas. Além disso, apresenta as estratégias de mobilização e comunicação concebidas para informar, fomentar o engajamento e garantir a inclusão da sociedade em todas as etapas subsequentes da conferência.



Já o capítulo Etapas Preparatórias descreve a ampla e democrática jornada participativa que antecedeu a etapa nacional, realizada em Brasília entre os dias 06 e 09 de maio. Este capítulo detalha a realização das Conferências Municipais e Intermunicipais, Conferências Livres, Conferências Estaduais e Distrital e Atividades Autogestionadas, ilustrando o alcance territorial e a diversidade de temas abordados em cada uma dessas fases.

O capítulo Etapa Nacional concentra-se na culminação do processo participativo da 5ª CNMA. Abrange desde a cerimônia de abertura e as palestras magnas, passando pelos grupos de trabalho temáticos e pelas plenárias que consolidaram as propostas até a plenária final que selou as deliberações e as moções apresentadas. O capítulo também destaca a riqueza das atividades culturais, a feira de biodiversidade e a implementação de um Plano de Sustentabilidade abrangente, com medidas de acessibilidade, inclusão comunicacional, tradução em Libras e pontos de apoio a Pessoas com Deficiência (PCD) de modo a garantir um ambiente verdadeiramente inclusivo.

No capítulo Propostas Finais, são apresentadas as 104 propostas priorizadas na etapa nacional da Conferência, representando a síntese das contribuições coletadas em todo o país. Este capítulo detalha os procedimentos de análise, agrupamento e priorização que foram aplicados às propostas, bem como a metodologia de consolidação por eixo temático, garantindo a organização e a coerência das deliberações finais da 5ª CNMA.

Já o Capítulo Avaliação oferece uma análise sobre o processo da 5ª CNMA. Este capítulo aborda os desafios enfrentados ao longo da organização e execução, bem como as soluções adotadas para superá-los. Além disso, discute os aprendizados institucionais e comunitários derivados da experiência.

Por fim, em Considerações Finais, destacamos os passos seguintes para assegurar que as deliberações da 5ª CNMA tenham um impacto duradouro nas políticas públicas. Esta seção aborda a constituição de um Comitê de acompanhamento e monitoramento dos resultados e sugere estratégias para a efetiva incorporação das propostas nas políticas públicas e programas governamentais.



Etapa Nacional

3.000

participantes



+ de

1.000

**conferências
realizadas**

+ de

71 mil

**pessoas
participando**

104

**propostas priorizadas
para enfrentar a
emergência climática**

2.729

**municípios
mobilizados**

10.794

**propostas
apresentadas**

Sumário

1) CONTEXTO.....	14
1.1. História das conferências	15
1.2 Panorama da emergência climática.....	26
1.3 Agenda estratégica.....	32
2) PREPARAÇÃO.....	35
2.1. CONSTRUINDO A GOVERNANÇA.....	36
2.1.1. Comissão Organizadora Nacional (CON).....	36
2.1.2. Comissão Executiva Nacional (CEN).....	41
2.1.3. Comitê de Apoio Permanente (CAP).....	42
2.1.4. Comissões Organizadoras Estaduais (COEs).....	43
2.1.5. Comissões Municipais/Intermunicipais.....	44
2.2 DEFININDO A METODOLOGIA.....	44
2.2.1 Eixos Temáticos da 5ª CNMA: estruturando o debate e as propostas.....	46
2.2.2 O Funcionamento da 5ª CNMA: do local ao nacional.....	47
2.2.3 Estratégia de sistematização e priorização das propostas.....	48
2.2.4 Construção do Regimento e Documento-base.....	49
2.2.5 Implementação do Ambiente Virtual.....	50
2.3 MOBILIZANDO A SOCIEDADE.....	51
2.3.1 Estratégias de Engajamento e Comunicação.....	52
2.3.2 Canais de atendimento direto.....	53
2.4 COMUNICANDO A 5ª CNMA.....	56
2.4.1. Produtos e Conteúdos Desenvolvidos.....	56
2.4.2. Canais e Plataformas de Comunicação.....	58
2.4.3. Ações e Parcerias Estratégicas.....	58
3) ETAPAS LOCAIS E REGIONAIS.....	60
3.1 CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS.....	61
3.2 CONFERÊNCIAS LIVRES.....	63
3.3 CONFERÊNCIAS ESTADUAIS E DISTRITAL.....	65
3.4 ATIVIDADES AUTOGESTIONADAS.....	67

4) ETAPA NACIONAL	68
4.1 ABERTURA SOLENE.....	70
4.2 PALESTRAS MAGNAS.....	71
4.2.1 Panoramas dos Eixos Temáticos.....	73
4.3 GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS (GTS).....	75
4.4 PLENÁRIAS POR EIXOS TEMÁTICOS.....	77
4.5 PLENÁRIA FINAL.....	78
4.6 ATIVIDADES CULTURAIS.....	79
4.7 FEIRA DE BIODIVERSIDADE.....	80
4.8. ACESSIBILIDADE.....	81
4.9. MOÇÕES.....	82
4.10. PLANO DE SUSTENTABILIDADE.....	83
5) PROPOSTAS FINAIS	84
5.1 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE, AGRUPAMENTO E PRIORIZAÇÃO.....	102
5.2 CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS FINAIS POR EIXO TEMÁTICO.....	104
6) AVALIAÇÃO	105
6.1 DESAFIOS IDENTIFICADOS.....	107
6.1.1 Contexto de transição em gestões municipais.....	107
6.1.2 Falta de recursos financeiros locais.....	107
6.1.3 Lacunas em ferramentas e bases de dados estruturadas.....	107
6.1.4 Desafios tecnológicos.....	108
6.1.5 Aspectos a aprimorar na representatividade e inclusão.....	109
6.2 PONTOS POSITIVOS: ASPECTOS DE SUCESSO E BOAS PRÁTICAS.....	110
6.2.1 Ampla mobilização e abrangência territorial.....	110
6.2.2 Qualidade e volume da produção de conteúdo e comunicação estratégica.....	110
6.2.3 Atuação eficaz em redes sociais e produção de conteúdo digital.....	111
6.2.4 Inovações metodológicas e foco na diversidade.....	111
6.2.5 Sistematização e construção da memória institucional.....	112
6.2.6 O poder da mobilização social.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
ANEXOS	114



CONTEXTO

História das conferências

Desde a redemocratização do Brasil, iniciada formalmente com o fim do regime militar em 1985 e a promulgação da Constituição de 1988, as conferências nacionais se firmaram como um pilar da participação social e da construção democrática de políticas públicas. Sua importância reside, entre outros fatores, na capacidade de fortalecer o diálogo entre Estado e sociedade, permitindo que vozes e demandas de grupos diversos – muitas vezes marginalizados dos espaços tradicionais de poder – sejam ouvidas e incorporadas às diretrizes e programas governamentais. Ao longo da história recente do país, essas conferências têm desempenhado um papel crucial na formulação e legitimação das políticas públicas. É nesse contexto de diálogo amplo e construção coletiva que as Conferências Nacionais do Meio Ambiente se inserem, refletindo a crença de que as soluções para os complexos desafios que enfrentamos dependem da inteligência e do compromisso de toda a sociedade.

2003: 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente

A 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada em 2003, marcou um momento de profunda reflexão e reestruturação para a política ambiental brasileira. Onze anos após a Cúpula da Terra Rio 92, e com um novo governo empossado,

percebeu-se a necessidade de fortalecer a governança ambiental e de promover uma maior e mais efetiva participação da sociedade. Entre os grandes objetivos da 1ª CNMA estiveram o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e o aprofundamento das diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). O SISNAMA já existia formalmente desde a Lei nº 6.938/1981 (que instituiu a PNMA), mas a 1ª CNMA teve um papel crucial em revitalizar e dar novo impulso à sua estrutura.

Neste contexto, as propostas da conferência visaram fortalecer a coordenação entre os órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, aprimorar os instrumentos da PNMA (como o licenciamento ambiental e o zoneamento ecológico-econômico), e dar mais transparência e participação ao processo de gestão ambiental, o que levou a uma série de portarias, instruções normativas e programas de fortalecimento institucional.

A gestão de recursos hídricos foi outro ponto central, com debates sobre a escassez, poluição e o uso sustentável da água, especialmente relevante em um período de crescente preocupação com a segurança hídrica. Por fim, a educação ambiental foi reconhecida como um pilar fundamental para a mudança de comportamento e a formação de uma consciência cidadã, alinhando-se à então recente Política Nacional de Educação Ambiental.





Foto: MMA

2005: 2ª conferência nacional do meio ambiente

Dois anos após a edição inaugural, a 2ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada em 2005 sob o lema “Meio Ambiente: Um Compromisso de Todos”, consolidou a abordagem participativa e ampliou a discussão sobre a transversalidade da questão ambiental. O Brasil vivenciava um período de expansão econômica e social, o que trazia consigo crescentes pressões sobre os recursos naturais.

A conferência teve como foco principal a responsabilidade compartilhada, enfatizando que a pauta ambiental não era restrita a um nicho, mas sim uma responsabilidade coletiva que permeava todos os entes federados e setores da sociedade: governo, empresas, terceiro setor, cidadãos e cidadãos. Os debates aprofundaram-se em temas complexos e interligados, como a gestão ambiental urbana e rural, buscando soluções para os impactos em centros urbanos (poluição, resíduos, saneamento) e a sustentabilidade no campo (desmatamento, agrotóxicos, uso do solo), sempre com o intuito de equilibrar produção e conservação.

As mudanças climáticas, embora ainda em fase inicial de debate público mais amplo, já começavam a ser pauta, com discussões sobre mitigação e adaptação. A problemática dos resíduos sólidos e a gestão de recursos hídricos, com foco na qualidade da água e na importância

das bacias hidrográficas, também foram intensamente debatidas. Em todas as discussões, a promoção do desenvolvimento sustentável e a participação popular foram elementos recorrentes, reforçando a ideia de que o crescimento econômico e social só seria legítimo se fosse ecologicamente correto.

Os resultados da 2ª CNMA foram significativos, principalmente ao ampliar o diálogo intersetorial, permitindo que diversos atores sociais, por vezes com interesses divergentes, pudessem colaborar na busca por soluções. Além disso, as deliberações da conferência resultaram em um conjunto de propostas detalhadas que subsidiaram o aprimoramento de programas e políticas ambientais e ajudaram a legitimar a agenda ambiental no cenário político e social brasileiro.

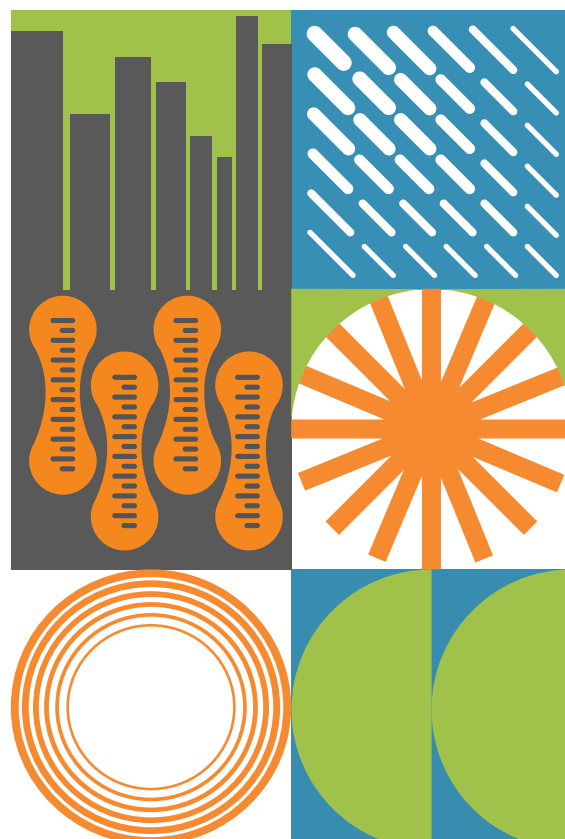




Foto: MMA



vamos

cuidar do

Brasil

Política Ambiental Integrada e Uso Sustentável dos Recursos Naturais

ia Nacional do Meio Ambiente

ília, 10 a 13 de dezembro de 2005

Patrocínio:

SEBRAE

BNDES

vamos

cuidar do

Brasil

Foto: MMA

2008: 3ª conferência nacional do meio ambiente

A 3ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, ocorrida em 2008 e focada no tema “Mudanças Climáticas”, representou um avanço significativo no amadurecimento das políticas ambientais brasileiras. Naquele período, embora o tema das mudanças climáticas já emergisse no debate global, sua urgência e complexidade ainda não eram percebidas com a mesma intensidade de hoje. Contudo, a Conferência já reconheceu que, além da legislação e da gestão, seria fundamental investir na conscientização e no engajamento ativo dos cidadãos para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças do clima. A premissa central da 3ª CNMA era que a sustentabilidade não poderia ser imposta apenas por meio de leis. Deveria ser construída a partir de uma cidadania ambiental plena, onde cada indivíduo compreendesse seu papel e sua responsabilidade na proteção do meio ambiente e na promoção da justiça socioambiental – elementos que se revelariam cruciais para a construção de resiliência frente a um clima em transformação. Neste contexto, os eixos temáticos buscaram integrar a dimensão ambiental, e especificamente a climática, a outras esferas da vida social. A educação ambiental foi profundamente debatida como uma ferramenta transformadora, um pilar para uma mudança cultural capaz de moldar novas atitudes e valores

em relação à natureza, preparando a sociedade para compreender e reagir aos impactos emergentes das mudanças climáticas.

A atuação e o fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, instâncias estratégicas para a gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos, também foram pauta, dada a crescente preocupação com a variabilidade hídrica e eventos extremos que já começavam a ser associados às mudanças climáticas, como secas e inundações. Outro tema relevante foi a gestão das Unidades de Conservação (UCs), incluindo sua fiscalização, criação de novas áreas protegidas e a interação harmoniosa com as comunidades locais.

Reconheceu-se o papel vital das UCs na manutenção da biodiversidade e na prestação de serviços ecossistêmicos que contribuem para a resiliência climática. Por fim, a conferência abordou a interconexão entre meio ambiente e saúde pública, debatendo como a degradação ambiental – muitas vezes agravada por um clima em mutação – se relaciona com problemas de saúde, como a proliferação de doenças transmitidas por vetores e os impactos da poluição atmosférica, promovendo uma visão mais integrada da saúde humana em um cenário climático em mudança.

Como legado, a 3ª CNMA forneceu subsídios importantes para o avanço da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), incentivando sua inclusão em diferentes níveis de ensino e programas governamentais. Além disso, promoveu a cidadania ambiental, difundindo a ideia de que o cidadão possui direitos e deveres em relação ao meio ambiente.



Vamos



III Conferência Nacional

Bra



Foto: Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Santos

2013: 4ª conferência nacional do meio ambiente

A 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada em 2013, dedicou-se integralmente a um dos mais complexos e urgentes desafios ambientais e urbanos do Brasil: a gestão dos resíduos sólidos. Com o tema “Resíduos Sólidos: Cuidar dos Resíduos é Cuidar da Gente”, a conferência ocorreu três anos após a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei nº 12.305/2010), uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo em sua área.

O objetivo primordial era mobilizar a sociedade e os diversos níveis de governo para a implementação efetiva da PNRS, que estabelecia metas ambiciosas para a erradicação dos lixões, a expansão da coleta seletiva e a promoção da economia circular. Os debates foram intensamente focados nos múltiplos aspectos e nos desafios práticos da PNRS. Foram discutidas as estratégias para a gestão integrada de resíduos sólidos, abrangendo o planejamento e a execução de sistemas que incluíssem a geração, coleta, transporte, tratamento e a destinação final ambientalmente adequada de todos os tipos de resíduos.

A implementação da logística reversa também foi um ponto-chave, abordando a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, incentivando a devolução de embalagens e produtos pós-consumo para que fabricantes e importadores dessem a destinação correta. A expansão da coleta seletiva e o fomento à reciclagem, com o intuito de transformar resíduo em recurso, bem como a promoção da compostagem de resíduos orgânicos para reduzir o volume de material enviado a aterros, foram temas amplamente debatidos.

Um aspecto social de grande importância foi a discussão sobre a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, reconhecendo seu papel fundamental na cadeia da reciclagem e a necessidade de sua organização e formalização. Por fim, a urgência em erradicar os lixões a céu aberto e substituí-los por aterros sanitários licenciados foi um ponto de consenso, visando mitigar os impactos ambientais e de saúde pública.

Os resultados da 4ª CNMA foram substanciais, gerando um grande volume de propostas e planos de ação que visavam acelerar a efetivação das diretrizes da PNRS em nível municipal e estadual, superando as dificuldades de infraestrutura, financiamento e conscientização. A conferência promoveu uma mobilização nacional, conscientizando a população e os gestores sobre a importância da gestão adequada dos resíduos e a complexidade do tema, ao mesmo tempo em que destacou a transição para uma economia circular, onde o resíduo é visto como matéria-prima e não como descarte.





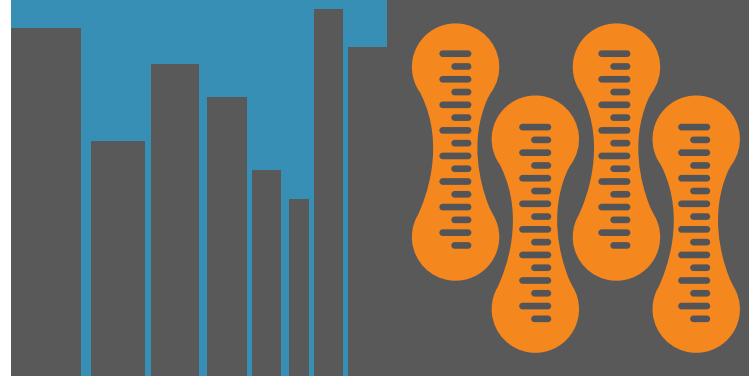
Foto: MMA



Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

2016 - 2022: Hiato na participação social no Brasil

Entre 2016 e 2022, o Brasil viveu um período de instabilidade institucional que levou a um longo hiato na realização de conferências nacionais, incluindo as do meio ambiente.. Neste período, observou-se uma mudança significativa e um notável enfraquecimento das estruturas e mecanismos de participação popular nas políticas públicas federais no Brasil. Essa abordagem representou um afastamento das práticas estabelecidas desde a Constituição de 1988, que incentivava a ampla participação da sociedade civil na gestão pública. A medida mais emblemática dessa política foi a promulgação do Decreto nº 9.759, em abril de 2019, que resultou na extinção ou determinação de revisão de centenas de colegiados, como conselhos, comitês e comissões, que historicamente funcionavam como importantes fóruns de diálogo e interação entre o governo e a sociedade civil em diversas áreas, como saúde, educação e meio ambiente. Uma das ações mais diretas e impactantes nesse sentido foi a reestruturação e o esvaziamento do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), o órgão consultivo e deliberativo máximo do Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente).



Em 2019, o Decreto nº 9.759 atingiu o Conama, e posteriormente, em 2020, o Decreto nº 10.224 o reestruturou, reduzindo drasticamente o número de conselheiros de 96 para 23, e, de forma crucial, diminuindo a representação da sociedade civil organizada de dezenas para apenas quatro assentos. Além disso, a forma de seleção dos representantes da sociedade civil mudou de eleição para indicação governamental, na prática diminuindo sua independência e a diversidade de vozes, e transformando o Conselho de um fórum plural em um espaço mais alinhado aos interesses do governo. Ou seja, muitos dos conselhos que foram mantidos tiveram a representatividade da sociedade civil diminuída, muitas vezes sendo substituída por representantes do próprio governo, e tiveram seu caráter deliberativo transformado em meramente consultivo, esvaziando sua capacidade de influenciar efetivamente as políticas. Nesse contexto, as conferências nacionais, que tradicionalmente reuniam milhares de representantes da sociedade civil de todo o país para debater e formular propostas que orientavam a elaboração de políticas públicas, foram abandonadas.



2023: Retomada da participação popular no Brasil

Após um hiato de 7 anos na realização de conferências nacionais, o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva marcou a retomada desses espaços com a realização da 17ª Conferência Nacional de Saúde, em 2023. No mesmo ano, iniciaram-se também as tratativas para a reinstauração das Conferências Nacionais do Meio Ambiente.

Nesse cenário de reconstrução da governança ambiental e da democracia participativa, a escolha da “Emergência Climática: o desafio da transformação ecológica” como tema central da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente não foi aleatória, mas imperativa. A crise climática consolidou-se, de forma inegável, como um dos maiores desafios globais do século XXI.



Foto: MMA



Panorama da emergência climática

A emergência climática representa um dos desafios mais significativos e complexos do século XXI, redefinindo o futuro do nosso planeta e da humanidade. O ano de 2024, consagrado como o mais quente da história, serve como um lembrete inequívoco de que as projeções científicas estão se materializando em uma velocidade alarmante. Este aquecimento sem precedentes é uma consequência direta do acúmulo de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, emitidos em larga escala pelas atividades humanas desde a Revolução Industrial.

Os impactos globais dessa emergência são vastos e interconectados, ameaçando a estabilidade dos ecossistemas naturais e a segurança das sociedades em todos os continentes. Em primeiro lugar, observa-se um aumento generalizado das temperaturas médias, que provoca o derretimento acelerado de geleiras e calotas polares, contribuindo diretamente para a elevação do nível do mar. Este fenômeno coloca em risco comunidades costeiras em todo o mundo, com previsões de inundações crescentes, erosão costeira e a submersão de ilhas e terras baixas, forçando deslocamentos populacionais em uma escala sem precedentes. Em segundo lugar, a emergência climática intensifica a ocorrência e a severidade de eventos climáticos

extremos. O mundo testemunha um aumento preocupante na frequência e intensidade de ondas de calor, secas prolongadas que comprometem a produção de alimentos e a segurança hídrica, e chuvas torrenciais que resultam em inundações devastadoras e deslizamentos de terra. Tempestades e furacões tornam-se mais poderosos e destrutivos, impondo perdas econômicas bilionárias e ceifando vidas. Esses eventos extremos não são apenas desastres naturais, mas reflexos de um sistema climático desequilibrado.

Estes impactos se estendem também à biodiversidade e aos ecossistemas, com a aceleração da extinção de espécies devido à perda de habitats e à incapacidade de adaptação a mudanças rápidas. A acidificação dos oceanos, resultante da absorção de CO₂, ameaça a vida marinha, especialmente recifes de coral, essenciais para a saúde dos oceanos e a segurança alimentar.

Atingir ou ultrapassar o limite crítico de 1,5°C de aquecimento global, conforme alertado pela comunidade científica, significa a entrada em um regime climático onde os riscos se tornam exponencialmente maiores e as chances de reversão, mínimas. As implicações são profundas para a saúde humana, a segurança alimentar, o acesso à água potável, a estabilidade econômica e a paz global. A emergência climática não é uma ameaça distante; é uma realidade presente que exige uma reorientação radical das políticas, economias e estilos de vida em escala global para proteger o futuro das próximas gerações.





Foto: Ricardo Stuckert/PR

Emergência climática no Brasil

O Brasil, com sua vasta extensão territorial e biodiversidade, é um dos países mais vulneráveis aos impactos da emergência climática, sentindo de forma aguda as consequências do aquecimento global. A situação no país não é apenas um reflexo das tendências globais, mas também intensificada por fatores regionais e socioeconômicos, exigindo uma profunda e abrangente transformação ecológica para garantir um futuro resiliente e sustentável.

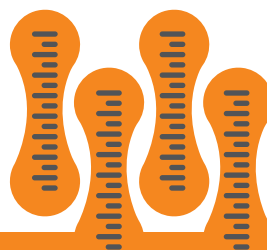
Um dos impactos mais visíveis é a intensificação e a frequência de eventos climáticos extremos em todo o território nacional. Observamos ondas de calor recordes que afetam a saúde humana, a produtividade agrícola e a demanda energética. Secas severas, especialmente em regiões como o semiárido nordestino e em importantes bacias hidrográficas do Sul e Sudeste, comprometem a segurança hídrica, a geração de energia e a produção de alimentos, afetando diretamente a economia e a subsistência de milhões de pessoas.

Em contrapartida, chuvas torrenciais e persistentes têm causado inundações devastadoras e deslizamentos de terra, como os episódios recentes no Rio Grande do Sul e no litoral paulista, que resultam em perdas de vidas, destruição de infraestruturas e deslocamento de populações. A vulnerabilidade do território e das populações brasileiras também é um ponto crítico. Mapas de risco

indicam que uma parcela significativa dos municípios brasileiros possui alta ou muito alta vulnerabilidade a desastres geo-hidrológicos (inundações e deslizamentos) e a secas. Alarmanamente, a maioria desses municípios demonstra baixa capacidade de resposta e gestão frente a esses eventos extremos, o que amplifica os danos e os impactos sociais.

Em estudo realizado pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), cobrindo uma série histórica de 13 anos de dados climáticos, identificou-se que 1.942 municípios brasileiros estão em situação de risco significativo devido à frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos. Esta pesquisa sublinha a importância de políticas que antecipem e reduzam os riscos, em vez de apenas responder aos desastres, especialmente em um contexto em que o planeta pode ultrapassar o limite crítico de aumento de 1,5°C na temperatura global. Este limiar é considerado crucial para evitar as consequências mais severas para as populações e ecossistemas.

A justiça climática é outra dimensão crucial no Brasil, onde os impactos da emergência climática afetam desproporcionalmente as populações mais vulneráveis. Comunidades de baixa renda, muitas vezes habitando áreas de risco em encostas e margens de rios, são as primeiras e mais severamente atingidas por inundações e deslizamentos.



Povos indígenas e comunidades tradicionais, que dependem diretamente dos ecossistemas para sua sobrevivência e cultura, sofrem com a degradação ambiental e as alterações climáticas, apesar de serem os que menos contribuem para as emissões de gases de efeito estufa - GEE.

Além dos impactos diretos, a emergência climática ameaça a segurança alimentar, alterando padrões de chuva e temperatura essenciais para a agricultura. A saúde pública também é afetada, com a proliferação de doenças transmitidas por vetores (como dengue e malária) devido à expansão de áreas favoráveis

à sua ocorrência, além de problemas respiratórios associados à poluição do ar e impactos psicológicos decorrentes de desastres.

Em síntese, o Brasil está na linha de frente da crise climática, enfrentando um futuro onde a imprevisibilidade e a intensidade dos eventos extremos serão a norma. A resiliência do país dependerá da sua capacidade de mitigar suas próprias emissões, adaptar suas cidades e sistemas produtivos, e, fundamentalmente, promover a justiça social para que a carga da emergência climática não recaia desproporcionalmente sobre os mais fragilizados.

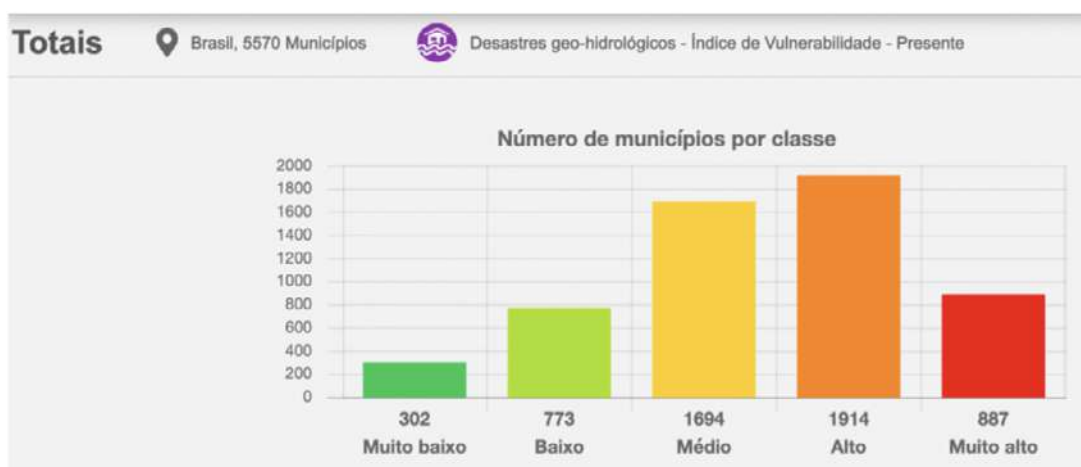


GRÁFICO 01 - Desastres geo-hidrológicos - Índice de Vulnerabilidade - Presente
Fonte: Adapta Brasil



GRÁFICO 02 - Recursos Hídricos - Índice de Vulnerabilidade - Presente
Fonte: Adapta Brasil



Transformação Ecológica

Diante deste cenário, a transformação ecológica não surge por acaso como tema central da 5ª CNMA. Este conceito transcende a mitigação e a adaptação isoladas, propondo uma reorientação profunda das estruturas socioeconômicas, culturais e políticas, visando construir uma sociedade que viva em harmonia com os limites planetários e promova a regeneração dos ecossistemas.

No contexto brasileiro, a transformação ecológica implica em priorizar uma economia de baixo carbono e circular, o investimento massivo em energias renováveis, a reabilitação e proteção dos nossos biomas e a implementação de práticas agrícolas sustentáveis que garantam a segurança alimentar sem comprometer o meio ambiente. Significa também a reformulação do planejamento urbano para cidades mais verdes e resilientes, o fortalecimento da governança ambiental e a promoção da inovação tecnológica alinhada aos princípios da sustentabilidade.

Fundamentalmente, esta transformação deve ser justa e inclusiva, garantindo que as comunidades mais vulneráveis, desproporcionalmente afetadas pela crise climática, sejam protagonistas e beneficiárias do novo modelo. Ao integrar a justiça social e ambiental, o Brasil tem a oportunidade de liderar pelo exemplo, não apenas mitigando os impactos da emergência climática, mas construindo um futuro mais próspero para todos os seus cidadãos.

Para isso, o Governo brasileiro lançou, durante a COP 28, O Plano de Transformação Ecológica (PTE), liderado pelo Ministério da Fazenda. O PTE foi construído com objetivo de promover um novo modelo de crescimento econômico focado em desenvolvimento sustentável e tecnológico, integrando a preservação ambiental com justiça social, com vistas a gerar emprego e renda, promover a transição climática e ambiental justa e, ao mesmo tempo, reduzir as desigualdades sociais.





Foto: MMA

Agenda Estratégica

Neste contexto, a 5ª CNMA determinou os seguintes objetivos, complementando e aprofundando o debate sobre a ação climática no Brasil:

Subsidiar a Implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)

A espinha dorsal da política climática brasileira é a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Esta lei estabelece os princípios, objetivos e instrumentos para o Brasil enfrentar as mudanças climáticas e cumprir seus compromissos internacionais — inclusive com a fixação de metas voluntárias que pautaram os compromissos brasileiros em acordos internacionais, como o de Paris – e nossa estratégia de adaptação para reduzir a vulnerabilidade aos impactos climáticos.

Dentro do escopo da PNMC, um dos principais instrumentos previstos é o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima), que se materializou historicamente por meio de Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, estabelecidos pelo Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010. Esses planos setoriais visam ações específicas para reduzir emissões e promover a adaptação em setores-chave da economia, como agricultura,

energia, indústria, transportes e uso da terra e florestas. A 5ª CNMA nasce para contribuir diretamente na implementação da PNMC, agindo como um fórum catalisador da participação social.

Contribuir para o conhecimento e difusão sobre a emergência climática e a agenda política correlata

Um dos pilares fundamentais da 5ª CNMA é aprofundar o entendimento e a difusão do conhecimento sobre a urgência da emergência climática e a complexa agenda política a ela associada. Este objetivo visa capacitar cidadãos e cidadãos, formuladores de políticas e diversos setores da sociedade com informações precisas e acessíveis sobre a ciência do clima, os impactos já visíveis e futuros, e as implicações das decisões políticas para o enfrentamento dessa crise. A Conferência serve como um catalisador para desmistificar conceitos, conectar a realidade global com as particularidades locais e fomentar uma base informada para a participação e a ação coletiva na construção de um futuro mais resiliente e sustentável.



Consolidar preferências da sociedade em uma agenda de mitigação coerente com o objetivo global de limitar o aumento da temperatura a 1,5°C

A 5ª CNMA busca consolidar as preferências e aspirações da sociedade brasileira em uma agenda de mitigação de emissões que seja robusta e coerente com o objetivo global de limitar o aumento da temperatura média do planeta a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Reconhecendo o consenso científico sobre a necessidade de ações ambiciosas para evitar os impactos mais catastróficos das mudanças climáticas, a Conferência oferece um espaço democrático para que diversos atores – do setor produtivo às comunidades tradicionais, da academia aos movimentos sociais – articulem suas visões sobre como o Brasil pode e deve contribuir para esse esforço global. Ao traduzir o imperativo científico em propostas concretas e socialmente construídas, a CNMA fortalece o compromisso nacional com uma transição de baixo carbono justa e eficaz.

Contribuir para que medidas de adaptação sejam adotadas pelos municípios

A vulnerabilidade do Brasil aos efeitos das mudanças climáticas exige a implementação urgente de medidas de adaptação, e os municípios emergem como a linha de frente dessa resposta. A 5ª CNMA tem como objetivo estratégico contribuir ativamente para que as cidades e as comunidades locais em todo o país incorporem e desenvolvam planos

e ações de adaptação. Isso envolve desde a promoção de infraestruturas resilientes e sistemas de alerta precoce até a gestão sustentável da água e a proteção de ecossistemas locais. A Conferência busca também capacitar gestores, cidadãos e cidadãos, facilitando a troca de experiências e a identificação de soluções contextualizadas que fortaleçam a capacidade dos municípios de enfrentar os desafios impostos por um clima em transformação.

Incentivar a ampla participação de populações e de territórios em situação de vulnerabilidade climática nos diálogos sobre as medidas de adaptação às alterações climáticas

Um dos objetivos cruciais da 5ª CNMA é incentivar e garantir a ampla e significativa participação de populações e territórios em situação de vulnerabilidade climática nos diálogos sobre as medidas de adaptação às alterações climáticas. Comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, costeiras, agricultores familiares e moradores de áreas periféricas urbanas são frequentemente os mais impactados pela crise climática, e seus saberes, experiências e necessidades são indispensáveis para a construção de soluções eficazes e justas. A Conferência se propõe a ser um espaço inclusivo, onde as vozes desses grupos sejam não apenas ouvidas, mas ativamente incorporadas na formulação de políticas e estratégias de adaptação que sejam equitativas, culturalmente apropriadas e verdadeiramente transformadoras.



Subsidiar a posição brasileira a ser apresentada na 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30)

A 5ª CNMA nasce também com um papel estratégico na construção da narrativa e da posição que o Brasil apresentará na 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), em Belém, em novembro de 2025. Este evento global, que reúne líderes e negociadores de todo o mundo, é o principal fórum para discussões e decisões sobre o clima, onde são estabelecidas metas, compromissos e instrumentos para a ação climática internacional. Ao promover debates abrangentes e coletar as aspirações e propostas da sociedade brasileira, a Conferência permite que o país chegue à COP 30 com uma das políticas climáticas mais participativas do mundo, garantindo uma voz unificada e representativa. Essa ampla participação, que inclui de forma incentivada as populações e os territórios em situação de vulnerabilidade climática, fortalece a liderança e o poder de negociação do Brasil no cenário internacional.

Promover a Transformação Ecológica no Brasil

A 5ª CNMA atua como um motor para a promoção e aceleração da Transformação Ecológica no Brasil. Este objetivo transcende a abordagem de enfrentar isoladamente a mudança do clima, buscando integrar a agenda ambiental diretamente ao modelo de desenvolvimento econômico e social do país.

A Conferência impulsiona o debate e a consolidação de diretrizes para uma economia de baixo carbono, que valorize a biodiversidade, fomente a bioeconomia, promova a transição energética justa, incentive a economia circular, e assegure a justiça socioambiental. A 5ª CNMA visa consolidar o papel do Brasil como líder global na transição para um futuro verde, inclusivo e gerador de valor a partir de seus vastos recursos naturais, reafirmando que o desenvolvimento sustentável é o único caminho viável.

FIGURA 01 - Plano Clima - Fonte: SMC/MMA





PREPARAÇÃO

A fase preparatória de um evento da magnitude da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (5ª CNMA) é o alicerce fundamental para o seu sucesso. Iniciada em janeiro de 2024 e estendendo-se até maio do mesmo ano, período que culminou com o lançamento de seu calendário oficial, esta etapa inicial foi marcada por um intenso e estratégico trabalho de preparação, coordenação e articulação.

Nessa fase, foram definidas as estruturas de governança, concebida a metodologia participativa e elaborados os instrumentos normativos e de apoio, garantindo que todas as fases subsequentes da Conferência, do âmbito municipal à etapa nacional, fossem conduzidas com eficiência, transparência e inclusão. Este capítulo detalha a engenharia por trás da 5ª CNMA, revelando as bases que permitiram a construção de um diálogo nacional democrático sobre a agenda climática no Brasil e o desafio da transformação ecológica.

Construindo a Governança

Em 18 de março de 2024, é publicada a 1ª portaria de convocação da 5ª CNMA (GM/MMA N° 1.016). Já a primeira ação preparatória consistiu na convocação e instituição da Comissão Organizadora Nacional (CON), do Comitê de Apoio Permanente (CAP) e da Coordenação Executiva Nacional (CEN). A portaria GM/MMA N° 1.079, de 10 de junho de 2024, formalizou essas estruturas, definindo suas atribuições e composições. O mesmo instrumento legal estabeleceu também que a presidência da CNMA caberia à Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima Marina Silva ou, em sua ausência, ao Secretário-Executivo João Paulo Capobianco.

Comissão Organizadora Nacional (con)

A Comissão Organizadora Nacional (CON) ergueu-se como instância organizativa e de monitoramento de todo processo da 5ª CNMA, atuando como o principal fórum estratégico para a condução da conferência. Sua composição foi determinada para assegurar uma representação ampla e diversa da sociedade brasileira, garantindo a legitimidade necessária para a condução das etapas subsequentes.

A CON foi composta por um total de 52 membros, operando sob um modelo de paridade: 26 representantes do poder público e 26 representantes da sociedade civil e do setor empresarial (Figura 3).

Os representantes do poder público englobaram membros de diversos ministérios e órgãos governamentais, além de representação dos governos subnacionais e do Legislativo, enquanto a sociedade civil trouxe vozes de organizações não governamentais ambientalistas, movimentos sociais (como os ligados a povos indígenas e comunidades tradicionais), universidades e centros de pesquisa, juventudes, sindicatos e coletivos diversos.

O setor empresarial, por sua vez, incluiu representantes de diferentes segmentos da economia, buscando uma visão abrangente sobre os desafios e oportunidades da transformação ecológica diante da emergência climática.

Nesta fase preparatória, a CON se reuniu por 15 vezes, tendo como pautas temas como estratégias de mobilização social, organização logística do processo de conferência, articulação institucional e política, entre outros.



Organizações convidadas a compor a Comissão Organizadora Nacional (con) da 5ª CNMA

Poder Público

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Secretaria Geral da Presidência da República

Casa Civil da Presidência da República

Ministério dos Povos Indígenas

Ministério da Igualdade Racial

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Ministério das Cidades

Ministério de Minas e Energia

Ministério da Saúde

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministério da Gestão e Inovação

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional

Ministério da Educação

Ministério da Agricultura e Pecuária

Ministério da Cultura

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados

Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal

Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente

Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente

Confederação Nacional de Municípios

Frente Nacional dos Prefeitos



Sociedade Civil e Setor Empresarial

a) duas organizações representantes titulares da comunidade acadêmica:

Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais;
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

b) duas organizações representantes suplentes da comunidade acadêmica:

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade
Academia Brasileira de Ciência

c) duas organizações representantes titulares de movimentos ou organizações de juventude:

União Brasileira dos Estudantes
Associação Nacional de Pós-Graduandos

d) duas organizações representantes suplentes de movimentos ou organizações de juventude:

União Brasileira de Estudantes Secundaristas
Juventude pelo Clima

e) duas organizações representantes titulares dos povos indígenas e comunidades tradicionais:

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

f) duas organizações representantes suplentes dos povos indígenas e comunidades tradicionais:

Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo



g) duas organizações representantes titulares dos trabalhadores:

Central Única dos Trabalhadores

União Geral dos Trabalhadores

h) duas organizações representantes suplentes dos trabalhadores:

Força Sindical

Associação Nacional dos Servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

i) seis organizações representantes titulares dos movimentos sociais:

Via Campesina

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

Rede Eclesial Pan-Amazônica

Fórum Animal

Retireiros do Araguaia/Rede de Povos e Comunidades Tradicionais

j) seis organizações representantes suplentes dos movimentos sociais:

Movimento Sem Terra

Movimento dos Atingidos por Barragens

Associação Nacional dos Catadores

Iniciativa Inter-religiosa pelas Florestas Tropicais

Frente de Ações pela Libertação Animal

Conselho Nacional das Populações Extrativistas/Rede de Povos e Comunidades Tradicionais

k) seis organizações representantes titulares de organizações não governamentais:

Instituto Socioambiental

SOS Mata Atlântica

Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada

Articulação Semiárido Brasileiro

SOS Pantanal

Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas



l) seis organizações representantes suplentes de organizações não governamentais:

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon
Copaíba
Central do Cerrado
Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades
Ecologia e Ação
Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

m) duas organizações representantes titulares das entidades representadas no Conama:

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Fundação Grupo Esquel

n) duas organizações representantes suplentes das entidades representadas no Conama:

Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

o) quatro organizações representantes titulares do setor empresarial:

Confederação Nacional da Indústria
Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
Confederação Nacional do Comércio
Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil

p) quatro organizações representantes suplentes do setor empresarial:

Confederação Nacional das Instituições Financeiras
Organização Das Cooperativas Brasileiras
Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura
Instituto Brasil Orgânico



Comissão Executiva Nacional (cen)

Complementar à natureza deliberativa e estratégica da CON, a Coordenação Executiva Nacional (CEN), instituída em maio de 2024, assumiu o papel de operacionalização e execução. Neste contexto, a CEN foi desenhada como espaço preferencial para transformar as diretrizes emanadas da CON em ações concretas e gerenciáveis, assegurando que o cronograma e os objetivos da Conferência fossem cumpridos.

Composta pelo Gabinete da Ministra, Secretaria Executiva e Secretaria Nacional de Mudança do Clima do MMA, sua atuação caracterizou-se por uma integração e colaboração contínua com todas as demais equipes envolvidas no projeto – desde a equipe de metodologia responsável pela concepção dos processos, passando pela força-tarefa de mobilização que engajou os participantes em todo o país, até os diversos braços da comunicação que amplificaram as mensagens da conferência.

Neste sentido, a CEN foi responsável por preparar e encaminhar todos os materiais de apoio (kits, guias, cadernos), gerir as plataformas digitais (incluindo o monitoramento de seus desafios e a implementação de soluções de contorno) e organizar as etapas preparatórias em todas as regiões do país, até a coordenação da etapa nacional e presencial em Brasília.

Sua criação foi diretamente determinada pela necessidade de antecipar desafios operacionais em grande escala, de implementar soluções ágeis e criativas no decorrer do processo, e de manter uma comunicação fluida, transparente e constante entre todas as frentes de trabalho.

Para garantir a realização dessa importante missão, a CEN passou a contar com as seguintes equipes de apoio:

Metodologia

Liderada pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), esta equipe foi responsável pela proposição e implementação das estratégias metodológicas da Conferência. Suas funções incluíram propor formato, etapas, diretrizes, métodos participativos, fluxo, documentação, registro, sistematização e avaliação do processo. Nesta etapa, produziu materiais instrucionais, criou modelos de registro e documentação para deliberações e propostas e conduziu formações para equipes da CEN, CON e comissões locais.

Comunicação

Encarregada da divulgação de todo processo conferencial, esta equipe elaborou e executou o Plano de Comunicação da 5ª CNMA. Suas atividades iniciais abrangeram o acompanhamento da criação da identidade visual e do website da conferência na Plataforma Brasil Participativo, bem como o desenvolvimento de estratégias e campanhas temáticas para redes sociais concebidas para alcançar diversos públicos em mídias tradicionais e digitais. Também realizou a edição e diagramação de documentos e relatórios e gerou templates editáveis (“Kit Mídia”) que pudessem apoiar os participantes na divulgação ao longo de toda a conferência.

Plataforma Digital

Esta equipe foi concebida para apoiar o desenvolvimento, gestão, monitoramento e suporte técnico do ambiente exclusivo para organizadores e participantes da Plataforma Brasil Participativo. Forneceu ferramentas para formação, interação virtual, envio de propostas e votação.

Produção de Eventos

Esta equipe foi concebida para coordenar o planejamento da estrutura e a gestão logística da Etapa Nacional e demais eventos de escopo nacional. Suas funções passaram a incluir também a administração dos recursos materiais, a contratação de fornecedores e a formação das equipes de apoio operacional para os eventos.

Engajamento e Mobilização

Liderada pelo MMA e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), esta equipe foi responsável pela articulação interinstitucional local, visando à criação de Comissões Organizadoras nas Unidades Federativas. Prestou apoio à organização dos eventos preparatórios e promoveu a participação na Plataforma Brasil Participativo, estimulando também a realização de conferências livres.

Comitê de Apoio Permanente (cap)

Para ajudar a dar capilaridade às ações da Conferência no âmbito do MMA, foi instituído também o Comitê de Apoio Permanente (CAP). Entre suas atribuições, destacaram-se:

- i) divulgar no âmbito das secretarias, assessorias e autarquias vinculadas ao MMA os encaminhamentos da 5ª CNMA;*
- ii) monitorar a implementação das deliberações e resultados da Conferência; e*
- iii) contribuir na elaboração dos documentos de apoio da 5ª CNMA.*

O CAP passou a ser composto por quatorze representantes: um da Secretaria Executiva, um da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais, um da Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental, um da Secretaria Nacional de Mudança do Clima, um da



Secretaria Nacional de Bioeconomia, um da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, um da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial, um da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos, um da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, um da Assessoria Especial de Comunicação Social, um do Ibama, um do ICMBio e um do Serviço Florestal Brasileiro.

Essa composição intersetorial teve a intenção de assegurar a integração das deliberações da 5ª CNMA às diversas frentes de atuação do Ministério e suas autarquias, garantindo que as discussões e propostas da Conferência não se limitassem ao evento, mas fossem ativamente incorporadas e acompanhadas na rotina e nas políticas públicas do MMA, reforçando o compromisso com a efetividade e a perenidade dos resultados alcançados.

Comissões Organizadoras Estaduais (coes)

Tendo em vista a necessidade de capilarizar a conferência por todo o Brasil, foi recomendado que as Comissões Organizadoras Estaduais (COEs) fossem instituídas como replicadoras do espírito de representatividade setorial da CON, porém em nível estadual ou distrital, no caso do Distrito Federal. Neste contexto, as COEs foram estabelecidas como responsáveis diretas por organizar o processo de

conferência no estado ou Distrito Federal e adaptar a metodologia geral da Conferência às nuances e realidades socioculturais e geográficas de seus respectivos territórios. Sua função incluía organizar e promover as etapas estaduais da Conferência, a partir da realização das conferências municipais e/ou intermunicipais, priorizar as propostas que ascendiam das instâncias municipais e das conferências livres, e, fundamentalmente, conduzir o processo de seleção dos delegados e delegadas que representariam seus estados na etapa nacional em Brasília, garantindo o cumprimento dos critérios de diversidade. De forma autônoma, as COEs foram compostas nos estados e no Distrito Federal por representantes de órgãos governamentais, da sociedade civil e dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.



Comissões Municipais/ Intermunicipais

Por fim, no nível mais fundamental da pirâmide participativa da 5ª CNMA, foi prevista também a constituição das Comissões Municipais ou Intermunicipais. Seu objetivo declarado foi o de garantir a consistência da 5ª CNMA diretamente nos municípios, atuando na linha de frente para mobilizar a sociedade e coletar propostas enraizadas nas realidades locais. Foram elas que, de fato, viriam a construir a ponte entre a macro-política ambiental e o cotidiano vivido pelos cidadãos e cidadãs em suas cidades e territórios específicos. Neste contexto, é importante destacar que as conferências municipais e intermunicipais, abertas à participação de todas as pessoas daquele território, foram desenhadas não apenas para organizar as propostas de âmbito estritamente local; elas foram também o palco para a escolha democrática dos delegados e delegadas que ascenderiam às etapas estaduais e, subsequentemente, à etapa nacional. Essa dinâmica de “baixo para cima” visava garantir, desde o início da 5ª CNMA, que as propostas que chegariam à etapa nacional tivessem uma base sólida de legitimidade popular e refletissem, de fato, as realidades e as demandas concretas das comunidades e dos territórios de todo país.

Definindo a Metodologia

Definidas as instâncias de articulação e deliberação da Conferência, coube ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, conforme o Termo de Execução Descentralizada (TED), projeto 7574, processo SEI/UnB número 23106.143149/2023-02 firmado entre a Finatec e o MMA, elaborar a metodologia da 5ª CNMA, entre outras atribuições.

Essa metodologia foi concebida para assegurar coerência, transparência e efetividade na formulação e priorização de propostas em todas as escalas – municipal, estadual e federal.

O trabalho buscou integrar as lições aprendidas e os desafios superados em edições anteriores de conferências, ao mesmo tempo em que introduziu inovações significativas.

Entre elas, destacam-se o papel central da Plataforma Brasil Participativo e a incorporação de critérios mais robustos de equidade de gênero e raça. O desenvolvimento da metodologia, que se estendeu de dezembro de 2023 a maio de 2024, foi fundamentado em uma série de diálogos de prospecção.

Essas conversas envolveram dirigentes e servidores do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, com foco especial na Secretaria de Mudança do Clima, Secretaria Executiva e Gabinete da Ministra, e subsidiaram a construção da

arquitetura da conferência e o documento-base sobre o tema e seus eixos temáticos.

Para enriquecer e fortalecer a proposta metodológica, o CDS também estabeleceu diálogo com dirigentes e servidores da Secretaria Nacional de Participação Social (SG/PR), participando de eventos para identificar aprendizados prévios e oportunidades de inovação. Consultas a servidores do IPEA, profissionais do terceiro setor e consultores independentes com experiência em metodologias participativas complementaram este processo.

Após esse primeiro ciclo de escutas, a metodologia foi estruturada em etapas sequenciais, desenvolvidas entre janeiro de 2024 e maio de 2025: a fase preparatória (que incluiu elaboração da proposta de regimento, documento-base, manuais, mobilização regional e oficinas formativas); o lançamento do calendário; as etapas municipal ou intermunicipal e conferências livres; a etapa estadual e distrital; as atividades autogestionadas; e, por fim, a etapa nacional.

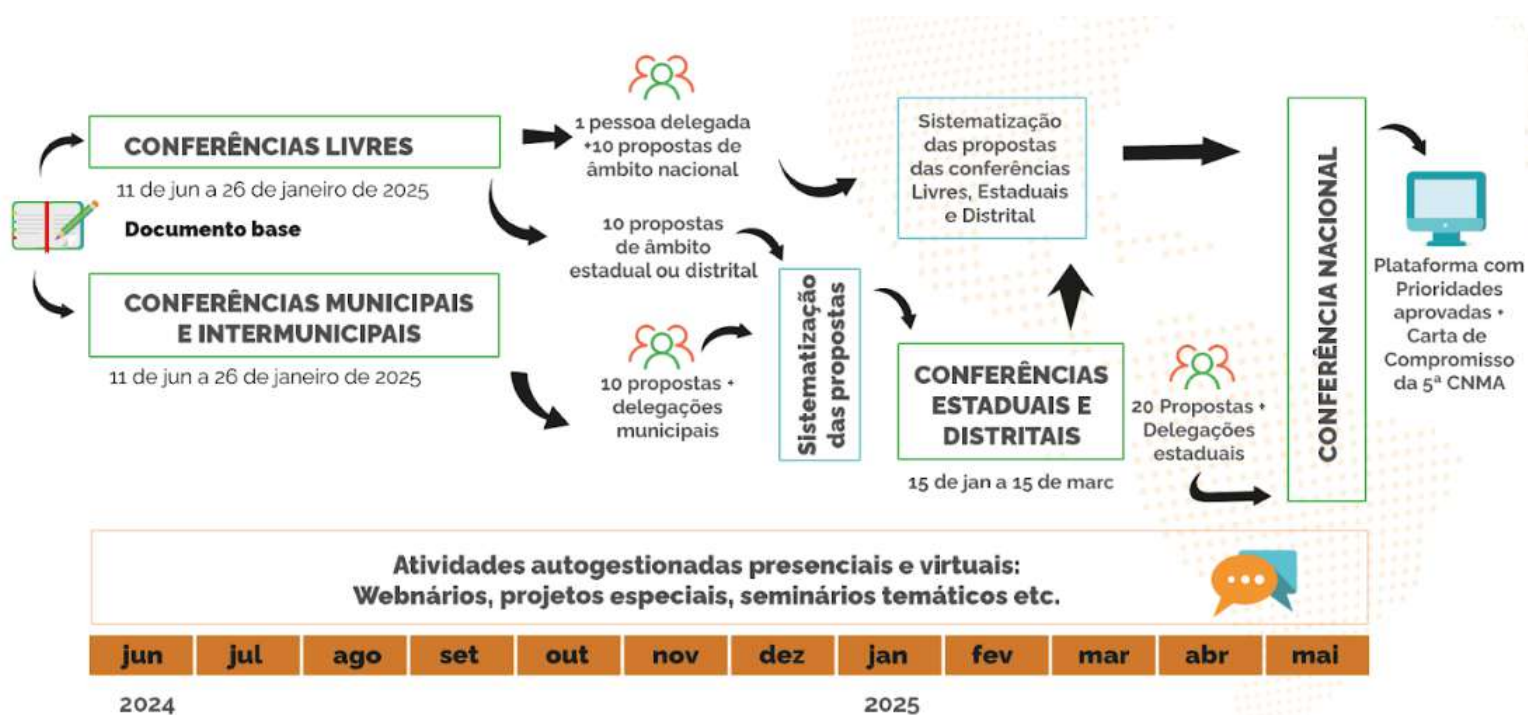
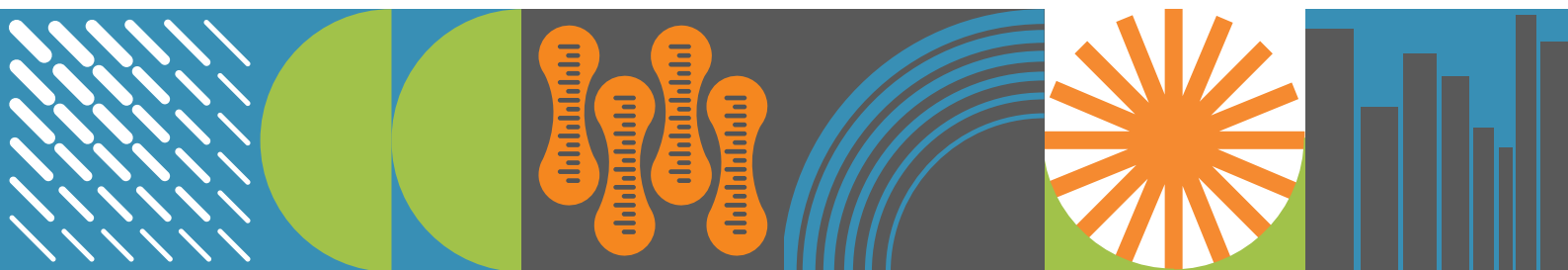


FIGURA 02 - Metodologia e Prazos - 5ª CNMA
Fonte: CDS/UnB



Eixos Temáticos da 5ª CNMA: Estruturando o debate e as propostas



Para estruturar a abordagem metodológica e gerenciar a complexidade da emergência climática, um dos primeiros desafios foi a definição dos eixos temáticos da 5ª CNMA. Essa organização, proposta pelo MMA e validada pela CON, visou guiar a formulação de propostas de forma estratégica e abrangente.

A 5ª CNMA foi, então, concebida com cinco eixos temáticos. Embora interconectados, cada um foi planejado para permitir a especialização das discussões e a agregação de conhecimentos específicos, conforme detalhado a seguir:

Eixo I - Mitigação

Este eixo foi concebido para concentrar as estratégias e ações voltadas à redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), abrangendo as causas primárias da emergência climática. Seu propósito passou a ser agregar discussões e propostas voltadas a diminuir a contribuição brasileira para o aquecimento global, incluindo temas como a transição energética para fontes limpas e renováveis, o combate ao desmatamento e à degradação de biomas, entre outros.

Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres

Este eixo foi concebido para abordar medidas necessárias para aumentar a resiliência de comunidades, infraestruturas e ecossistemas diante dos impactos das mudanças climáticas. Ele passou a contemplar discussões e propostas relacionadas a desafios como o planejamento urbano resiliente a eventos extremos (chuvas intensas, secas prolongadas), o desenvolvimento de sistemas de alerta precoce e gestão de riscos de desastres naturais e a recuperação de áreas afetadas por eventos climáticos, entre outros.

Eixo III - Justiça Climática

Este eixo foi concebido para abordar a dimensão ética e social da emergência climática. Seu propósito foi assegurar que as soluções propostas, bem como os encargos da transição para uma economia de baixo carbono e as medidas de adaptação, sejam distribuídos de forma equitativa e justa. Há um foco primordial nas populações mais vulnerabilizadas e historicamente marginalizadas, com o reconhecimento explícito do racismo ambiental e das iniquidades socioeconômicas frequentemente agravadas pelas mudanças do clima.



Eixo IV - Transformação Ecológica

Este eixo direcionou-se à proposição de uma transição sistêmica para modelos de produção e consumo mais sustentáveis e regenerativos. Ele passou a contemplar discussões e propostas sobre economia circular (reutilização, reciclagem, redução de resíduos), agroecologia (sistemas de produção sustentáveis), e bioeconomia (uso de recursos biológicos renováveis), entre outros.

Eixo V - Governança e Educação Ambiental

Este eixo foi concebido para agrupar discussões e propostas dedicadas a avançar em legislação, participação social, formação e conscientização ambiental. Sua concepção parte do reconhecimento de que a implementação efetiva das políticas climáticas demanda uma estrutura de governança robusta e uma sociedade engajada e informada, com estratégias de educação para a sustentabilidade em todos os níveis e a garantia da transparência e do controle social nas decisões relativas ao meio ambiente.

O funcionamento da 5ª CNMA: do local ao nacional

Definidos os eixos temáticos, a 5ª CNMA, por meio da CON, decidiu avançar em uma estrutura metodológica abrangente e inclusiva, iniciando-se no nível local e convergindo para uma etapa

nacional. Ou seja, um processo integral que se desdobra em diversas fases sequenciais.

Pela metodologia adotada, tudo começa com a fase preparatória, que engloba a elaboração de regulamentos e do documento-base, que recebeu contribuições e aportes de todas as secretarias do MMA para orientar as discussões e os manuais de apoio para os organizadores locais, além de atividades de mobilização e comunicação e oficinas de alinhamento. Após essa preparação, é lançado um calendário oficial que guia o cronograma de todas as etapas subsequentes.

Em seguida, iniciam-se as conferências municipais ou intermunicipais, que são encontros no nível da comunidade onde o debate e a formulação de propostas ganham corpo. Paralelamente, são realizadas presencialmente em qualquer local do Brasil ou virtualmente ou, ainda, de forma híbrida (presencial e virtual simultaneamente) as conferências livres, que representam iniciativas da própria sociedade civil, grupos e entidades interessadas em contribuir com a agenda da emergência climática.

As propostas e os delegados dessas etapas locais avançam então para as conferências estaduais e distrital, onde os debates são aprofundados e nova priorização é realizada em âmbito estadual.



Para complementar e ampliar as vozes participantes, são previstas também atividades autogestionadas, que consistem em eventos de caráter informativo e de reflexão sobre os temas da conferência, organizados por diversos atores sociais.

Finalmente, todas essas discussões e propostas convergem para a etapa nacional. Neste grande encontro final, as delegações de todo o Brasil se reúnem para analisar, priorizar e consolidar as contribuições que servirão de base fundamental para o desenvolvimento e implementação das políticas públicas socioambientais.

Todo esse fluxo foi planejado para acontecer entre janeiro de 2024 e maio de 2025, contando com a atuação de diversas comissões (nacional, estaduais/distrital e municipais ou intermunicipais) e equipes de apoio, que garantiram sua execução coordenada e transparente, visando assegurar uma participação ampla e democrática de toda a sociedade brasileira.

Estratégia de sistematização e priorização das propostas

Definido o percurso metodológico, a CON, em diálogo com o CDS, validou também a estratégia de sistematização e priorização das propostas a serem submetidas pelos participantes da 5ª CNMA. Entendeu-se, desde o

início, a coleta e o refinamento das propostas como elementos cruciais da metodologia da 5ª CNMA.

Pela proposta validada pela CON, ficou determinado que, nas Conferências Municipais, Intermunicipais e Livres, os participantes se organizariam em grupos de trabalho para discutir o conteúdo do documento-base e formular propostas relacionadas a cada eixo temático da conferência. Cada proposta deveria ter um limite de 400 caracteres com espaços.

Em seguida, essas propostas seriam apresentadas em plenária para aprovação e priorização pelos participantes. A partir dessa plenária, as dez propostas consideradas mais relevantes (com um limite de duas por eixo temático) seriam selecionadas com base na votação e cadastradas na Plataforma Brasil Participativo, compondo os “Cadernos de Propostas”, sistematizados pela equipe de metodologia, para alimentar as discussões das Conferências Estaduais e Distrital.

Já na etapa estadual, as propostas recebidas dos níveis municipal ou intermunicipal e livre (nos casos em que essa modalidade seja prevista no regimento do estado) são intensamente debatidas, e um novo processo de priorização é conduzido.

As vinte propostas mais votadas (com um limite de quatro por eixo temático) são, então, selecionadas e enviadas à Comissão Organizadora Nacional, também por meio da Plataforma Brasil Participativo.



Esse processo resulta em um vasto conjunto de contribuições que reflete as necessidades e prioridades de cada Unidade da Federação.

Importante destacar que, pela metodologia adotada, todas as propostas, desde sua criação, passam a ser identificadas com um código específico para garantir a rastreabilidade, o que permite acompanhar em quais novos textos foram sintetizadas ou aglutinadas ao longo do processo.

Por exemplo, propostas originais são codificadas com a sigla do município, intermunicípios, estado ou da conferência livre, adicionando-se o número do eixo de origem e o número da proposta. Essa sistematização envolve a leitura cuidadosa, o agrupamento de propostas similares, a fusão quando apropriado e a redação de parágrafos-síntese para cada grupo temático.

Esse fluxo ascendente de propostas, que começa com o debate local e se consolida nos níveis estadual e nacional, foi a solução metodológica adotada para assegurar que as deliberações da Conferência fossem uma construção genuinamente coletiva, refletindo as prioridades e necessidades da sociedade em relação às políticas públicas socioambientais.

Construção do regimento e documento-base

Determinado o percurso metodológico e aprovado o Documento de Metodologia da 5ª CNMA, a Portaria GM/MMA nº 1.079, ato normativo específico do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, publicada em 10 de junho de 2024, tornou vinculante o Regimento Interno da 5ª CNMA. Este documento tornou-se o guia legal e operacional supremo da Conferência, descrevendo seus objetivos, o tema central, a estrutura das etapas, a estrutura de governança, e, finalmente, as regras e os prazos para a participação de todos os envolvidos, incluindo a forma de credenciamento de delegados (com suas proporções e critérios de diversidade), convidados e observadores.

Já o Documento-base da 5ª CNMA foi apresentado como o guia conceitual e técnico fundamental da Conferência, reunindo informações sobre o tema principal da Conferência e apresentando um panorama detalhado e contextualizado dos cinco eixos temáticos. O Documento-base também passou a servir como uma referência comum para todos os debates, garantindo que as discussões fossem informadas por dados científicos atualizados, por análises contextuais precisas e por uma compreensão compartilhada dos desafios e das oportunidades específicas que o Brasil enfrenta no cenário climático global.

Além desses documentos centrais e de caráter normativo-conceitual, a fase de preparação da 5ª CNMA incluiu também a elaboração de uma série de Manuais para realização das conferências a serem realizadas, a saber:

- [Passo a passo para a organização das Conferências Municipais / Intermunicipais](#)
- [Passo a passo para a organização das Conferências Livres](#)
- [Passo a passo para a organização das Conferências Estaduais](#)
- [Passo a passo para a organização das atividades autogestionadas](#)

Estes guias práticos e didáticos foram desenvolvidos para apoiar e capacitar todas as pessoas interessadas em realizar conferências, desde a convocação, planejamento e execução de suas respectivas etapas, oferecendo roteiros detalhados, sugestões de atividades, modelos de formulários e exemplos de boas práticas para facilitar o trabalho dos organizadores.

Importante destacar também que o Regulamento da Etapa Nacional foi elaborado e proposto pela CON e submetido a uma consulta prévia por meio da Plataforma Brasil Participativo, demonstrando o caráter democrático da conferência.

Com a consulta, algumas sugestões foram feitas, sendo várias delas incorporadas à redação inicial proposta. Em seguida, a CON aprovou o Regulamento da Etapa Nacional, que foi apresentado a todas as pessoas presentes na Plenária que deu início à programação da 5ª CNMA.

Implementação do Ambiente Virtual

Por fim, a Plataforma Brasil Participativo foi escolhida como o ambiente eletrônico central para a gestão e organização de todas as etapas da 5ª CNMA, operando como a espinha dorsal digital do processo participativo. Lançada em 24 de julho de 2024, sua funcionalidade transcendeu a de um mero repositório, configurando-se como o principal canal para a captação, registro e fluxo ascendente das propostas e informações. Coordenada pela Secretaria Geral da Presidência da República, a Plataforma Brasil Participativo é o espaço digital oficial do Governo Federal para a participação social, permitindo que cidadãos opinem, enviem propostas e contribuam para a construção de políticas públicas mais justas e democráticas.

O objetivo de escolher a Plataforma Brasil Participativo foi permitir que:

- Organizadores locais (municipais, intermunicipais, estaduais e livres) criassem e registrassem seus eventos diretamente na plataforma, padronizando os formulários e facilitando a coleta inicial de dados.



- As propostas formuladas nas etapas preparatórias fossem cadastradas, e submetidas eletronicamente, assegurando a rastreabilidade (com seu sistema de codificação único) e a transparência do processo de priorização, desde o nível municipal/ livre até o estadual, e, finalmente, para a etapa nacional.

- A documentação correspondente a cada etapa, incluindo listas de participantes e relatórios de deliberações, fosse centralizada, facilitando a gestão e a sistematização pela equipe de Metodologia e pela CEN.

- Houvesse um repositório de informações essenciais para a mobilização.

Embora sua concepção visasse a centralização de todas as comunicações e o suporte técnico robusto, a implementação de uma ferramenta dessa magnitude em um processo de mobilização nacional tão abrangente naturalmente enfrentou desafios operacionais. A equipe de Plataforma Digital, em coordenação contínua com a CEN, atuou no monitoramento desses desafios e na implementação de soluções de contorno, garantindo a continuidade do fluxo participativo e a superação de eventuais gargalos tecnológicos para que a plataforma cumprisse seu papel de facilitadora e integradora da 5ª CNMA. No decurso da Conferência, a página oficial recebeu 31.408 visitantes únicos e 386.781 exibições. Os acessos se deram majoritariamente via computadores (61,4%) e smartphones (34,1%).

Mobilizando a Sociedade

Uma vez partilhados com a sociedade o Regimento e o Documento-base da 5ª CNMA, a mobilização social passou a representar a força motriz da conferência. Este capítulo se aprofunda nas estratégias e ações concebidas e implementadas para envolver um espectro tão amplo de atores, assegurando que a diversidade de vozes fosse não apenas presente, mas central e influente em todo o processo.

O apoio técnico especializado à mobilização social foi liderado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil), uma instituição de reconhecida expertise internacional e nacional. Com histórico comprovado em metodologias de diagnóstico participativo e elaboração de políticas públicas, a Flacso Brasil atuou como o principal parceiro técnico-estratégico da 5ª CNMA na componente de Mobilização Social.

O trabalho inicial foi mobilizar os estados e municípios para a realização do maior número possível de etapas municipais e intermunicipais, acompanhar e orientar a realização de etapas livres e instruir a todos sobre o envio e submissão dos documentos na Plataforma Brasil Participativo.



Neste contexto, a equipe de mobilização materializou um conjunto de ações que incluíram:

Articulação Direta: Realização de diálogos e reuniões por telefone e videoconferência com atores-chave nos estados e municípios.

Orientação Contínua: Fornecimento de orientações permanentes sobre a organização das etapas locais.

Gestão e Acompanhamento: Organização de um painel de gestão para o acompanhamento sistemático da realização das etapas, complementado por um diálogo permanente com movimentos e organizações da sociedade e comissões organizadoras locais para subsidiar com informações e auxiliar na condução das conferências.

Integração Metodológica: Contato permanente com a Equipe de Metodologia e Sistematização.

Registro: Realização do registro e documentação de todo processo conferencial.

Estratégias de Engajamento e Comunicação

As principais estratégias e práticas adotadas demonstraram o alcance e a adaptabilidade desse esforço de mobilização, sendo categorizadas da seguinte forma:

Alinhamento Contínuo com a Comissão Organizadora Nacional (CON): Essa interação permanente assegurou que todas as estratégias de mobilização desenvolvidas estivessem intrinsecamente alinhadas com as diretrizes e as deliberações emanadas da instância máxima da Conferência. Havia reuniões regulares para troca de informações e definição de encaminhamentos.

Apoio Sistemático e Constante às Comissões Organizadoras Estaduais (COEs): As COEs, braços descentralizados da mobilização nos estados, receberam suporte técnico, metodológico e operacional. Isso incluiu a disponibilização de modelos de comunicação, formação e esclarecimento de dúvidas, permitindo que desempenhassem suas funções de forma eficaz e adaptada às realidades regionais. As Secretarias Estaduais de Meio Ambiente foram centrais na ativação do processo de Conferência em cada estado e o diálogo contínuo com seus representantes foi estratégico para que as COEs fossem criadas e o processo estabelecido.



Estabelecimento e Acompanhamento de Grupos Focais Estaduais:

A criação dos grupos focais em cada estado foi uma iniciativa estratégica para estabelecer pontos de referência e multiplicadores em cada território. Eles atuaram como núcleos de mobilização, disseminando informações, coletando percepções acerca do processo e engajando novas parcelas da população que de outra forma poderiam não ser alcançadas.

Articulação com as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente para Mobilização dos Municípios:

Reconhecendo o papel dessas secretarias no apoio às gestões municipais, a equipe de mobilização trabalhou proativamente para fomentar a participação dos municípios nas etapas iniciais da Conferência, utilizando essa via institucional como um caminho organizador e estruturador de todo processo em cada estado.

Mediação (respeitando a autonomia local) entre Secretarias Estaduais e Municipais: A equipe de mobilização atuou também como facilitadora e mediadora do diálogo entre as diferentes esferas de governo, buscando contribuir para a superação de eventuais obstáculos burocráticos, políticos ou logísticos. O objetivo era impulsionar a adesão às conferências em todos os níveis federativos, sempre respeitando as especificidades, as capacidades e a autonomia de cada gestão local.

Canais de atendimento direto

Para sustentar a mobilização, também foram criados e mantidos canais de comunicação para interagir proativamente com todos os parceiros envolvidos no processo.

E-mail institucional exclusivo para a Mobilização:

Este canal dedicado serviu como um ponto centralizado e organizado para a recepção e o gerenciamento de um alto volume de demandas, dúvidas e interações, otimizando significativamente o fluxo de trabalho da equipe. A caixa de entrada era monitorada constantemente para garantir respostas ágeis.

Contato direto e semanal com os(as) representantes dos Grupos Focais:

Foi mantido um acompanhamento próximo e personalizado, com atenção especial aos interlocutores das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, para monitoramento e antecipação da resolução de eventuais problemas.

Atendimento personalizado e respostas ágeis:

A equipe dedicou-se a responder a dúvidas específicas sobre a metodologia, logística ou uso da plataforma. O suporte incluiu o fornecimento de orientações sob medida e a resolução proativa de problemas práticos que surgiam durante a organização das etapas locais e estaduais.



A agilidade e o compromisso da equipe se manifestaram em respostas personalizadas e em tempo real, mesmo em momentos de elevada demanda e fora do horário comercial em fases críticas, como nas semanas que antecederam o fechamento das submissões de propostas ou as etapas estaduais.

Apoio técnico e orientações diretas sobre o uso da Plataforma Brasil

Participativo: Este suporte foi fundamental para mitigar os desafios operacionais da plataforma. Além disso, a equipe de comunicação produziu uma variedade de materiais informativos – matérias detalhadas, teasers atraentes, informativos periódicos e boletins de notícias – para promover e divulgar a Conferência em diversos meios e plataformas, alcançando um público amplo e diversificado.

Criação e dinamização de grupos de WhatsApp das delegações estaduais

Esses grupos se tornaram ambientes vibrantes e altamente eficazes para o alinhamento constante de informações, o engajamento ativo dos participantes e a facilitação de um fluxo ágil de informações. Permitiram a comunicação em tempo real entre os delegados, a troca de boas práticas entre os estados e a resolução colaborativa e quase instantânea de problemas que surgiam no dia a dia da mobilização, criando um senso de pertencimento e comunidade.

Adicionalmente a essas estratégias, um componente de grande relevância e sucesso para a mobilização foi a oferta de oficinas formativas. Foram realizadas 57 oficinas virtuais, cada uma com uma duração média de 3 horas, totalizando aproximadamente 171 horas de formação direta.

O objetivo dessas oficinas transcendia a mera transmissão de informações; elas foram concebidas e estruturadas para colaborar ativamente na constituição e formação das comissões organizadoras nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, e também para apoiar de forma prática a organização das atividades autogestionadas e a organização de conferências livres pela sociedade civil.

As oficinas incluíram vivências práticas e simuladas do processo de priorização de propostas, bem como da eleição de delegados, um aspecto particularmente importante e inovador devido à falta de experiência prévia de muitos participantes com o formato e as dinâmicas de conferências participativas.

Para isso, a utilização de plataformas digitais que ofereciam recursos avançados como gravação das sessões, uso de quadros brancos interativos e salas simultâneas para grupos menores, facilitando a dinâmica, e ferramentas para agendamento (que otimizavam a organização das sessões e o controle de participantes) facilitaram o processo.



A segmentação das oficinas também foi estrategicamente pensada para atingir os diferentes públicos de interesse. A saber:

Oficinas por região: Um total de 10 oficinas, duas para cada uma das cinco grandes regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste), visando uma abordagem geograficamente contextualizada e a consideração das particularidades de cada território.

Oficinas para COEs e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente: 34 oficinas dedicadas ao suporte e formação das comissões estaduais e dos órgãos governamentais no nível estadual, focando em suas necessidades específicas de coordenação.

Oficinas para Comissões Organizadoras Municipais (COMs) e Órgãos Municipais de Meio Ambiente: 5 oficinas direcionadas à base municipal, reconhecendo suas particularidades, desafios locais e necessidades de apoio mais prático.

Oficinas para organizadores de Conferências Livres e Atividades Autogestionadas: 15 oficinas focadas em apoiar essa modalidade participativa, que dependia diretamente da iniciativa da sociedade civil organizada, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para a autogestão. Oficinas tira-dúvidas: 3 oficinas adicionais, criadas especificamente para sanar dúvidas pontuais e resolver impasses operacionais ou metodológicos que surgiam no decorrer do processo.

Oficinas especializadas: Um exemplo claro do comprometimento com a diversidade e a inclusão foi a realização de oficinas específicas para a Academia (visando engajar o setor científico) e para Povos e Comunidades Tradicionais, demonstrando um esforço ativo de inclusão e adequação da linguagem e do conteúdo para públicos com saberes e contextos culturais específicos, valorizando suas perspectivas únicas.

Relação de Oficinas Formativas:

Oficinas por Região (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste): **10 (2 oficinas por região)**

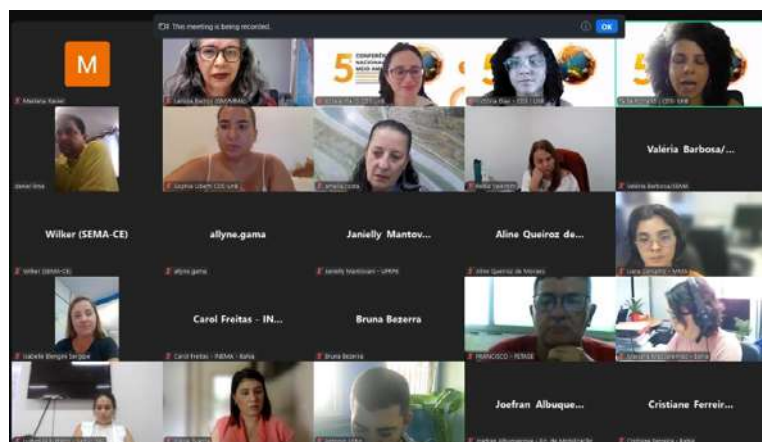
Oficinas para Comissões Organizadoras nas UFs e/ou Órgãos Estaduais de Meio Ambiente Estaduais: **34**

Oficinas para Comissões Organizadoras nos municípios e/ou Órgãos Municipais de Meio Ambiente Estaduais: **5**

Oficinas para organizadores Conferências Livres e Atividades Autogestionadas: **15**

Oficinas Tira-dúvidas: **3**

**Total:
57**



Comunicando a 5ª CNMA

Complementar à estratégia de mobilização, a comunicação da 5ª CNMA foi um pilar central para amplificar a mensagem da Conferência e engajar a sociedade brasileira. Sua concepção baseou-se em quatro diretrizes, que guiaram todas as ações durante a fase preparatória:

Ampliação da Mobilização Social:

Envolver o maior número possível de cidadãos, cidadãos e organizações no processo da Conferência.

Valorização da Participação

Popular: Garantir que as vozes da sociedade fossem centrais, influentes e efetivamente incorporadas às discussões e deliberações.

Fortalecimento da Comunicação

Governamental e Pública: Assegurar a transparência das informações, o alinhamento institucional e a credibilidade do processo.

Ampliação da Visibilidade da Agenda Climática no Brasil:

Destacar a urgência e a relevância dos temas ambientais e da emergência climática e os desafios da transformação ecológica na pauta nacional.

Todas as ações iniciais da comunicação foram centralizadas no apoio direto à realização das conferências municipais e livres, consideradas peças-chave para o sucesso e a capilaridade da 5ª CNMA. Neste contexto, a comunicação atuou de forma integrada e colaborativa, focando na construção de uma narrativa pública que evidenciasse o papel transformador da escuta da sociedade e da urgência de ações coordenadas frente à emergência climática.

Para isso, uma série de produtos, canais e ações estratégicas foram desenvolvidos e implementados, visando estruturar, orientar e qualificar a comunicação da Conferência, garantindo coerência narrativa, amplitude de alcance e fortalecimento da participação social.

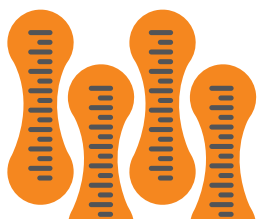
Produtos e conteúdos desenvolvidos

Plano de Comunicação da 5ª CNMA:

Um documento estruturador que definiu objetivos, públicos, mensagens-chave, canais, cronograma e equipe, servindo como referência para toda a atuação comunicacional.

Kit Mídia para Conferências

Municipais e Livres: Material de apoio para as instâncias locais e temáticas, contendo modelos de cards para redes sociais, sugestões de pautas, orientações para divulgação e um guia de identidade visual, promovendo a padronização e facilitando a mobilização local.



Cartilha “Como fotografar/filmar sua Conferência”: Um guia prático com orientações acessíveis sobre enquadramento, iluminação, captação de áudio e envio de arquivos, visando democratizar a produção audiovisual pelas conferências locais.

Campanhas Temáticas para Redes Sociais: Conjuntos de peças visuais e textuais voltadas à mobilização de participantes e à convocação de conferências locais, desenvolvidas com identidade visual unificada e linguagem acessível.

Peças de Apoio à Mobilização Local: Materiais gráficos customizáveis para municípios, coletivos e organizações sociais.

Materiais de Imprensa e Assessoria de Comunicação: Incluíram press releases, notas oficiais e atendimento à imprensa, que contribuíram para o fortalecimento da pauta climática na mídia nacional. Para o lançamento da 5ª CNMA, foram produzidos também slides com balanço das etapas preparatórias, texto de aviso de pauta para a Ascom do MMA, comunicação interna para servidores e um release pós-coletiva.

Conteúdos em Vídeo e Roteiros para Peças Audiovisuais: A produção audiovisual foi central, com um total de 36 vídeos abrangendo: tutoriais técnicos (ex: “Como cadastrar uma Conferência”), campanhas e mobilização com a Ministra Marina Silva (ex: “É hora de mobilização!”), e séries temáticas (ex: “Série Eixos Temáticos”, “Série Etapa Municipal/ Intermunicipal”).

Templates para Stories: Modelos padronizados para plataformas como Instagram, garantindo identidade visual unificada e agilidade na produção de conteúdo diário.

Perguntas e Respostas Frequentes (FAQs): Documentos organizados por temáticas para qualificar o atendimento e esclarecer dúvidas do público nos canais oficiais.

Gifs e Molduras Interativas: Desenvolvidos para ampliar o engajamento nas redes sociais e estimular a identificação dos participantes com a 5ª CNMA.

Peças Gráficas para Mobilização e Metodologia: Incluíram artes para distribuição via grupos de WhatsApp com calendários de treinamentos e campanhas temáticas segmentadas (ex: “Mulheres e Clima”, “Povos e Comunidades Tradicionais e Clima”, “Academia e Sustentabilidade”).

Materiais Institucionais e Metodológicos Diversos: Produção e diagramação contínua de materiais como os 26 Cadernos Estaduais, Regulamento da Conferência, Cadernos de Propostas (Geral e por Grupos de Trabalho), Documento Base, Metodologia, Programações, Passo a passo para as Conferências locais e o Certificado de Participação.



Canais e Plataformas de Comunicação

A comunicação da 5ª CNMA utilizou diversos canais para atingir seus públicos:

Página Oficial da 5ª CNMA no Site do MMA: MCriada como um espaço digital centralizador de informações institucionais, documentos oficiais, programações, notícias e orientações práticas, funcionando como um repositório para participantes, imprensa e público em geral.

Redes Sociais Oficiais (principalmente Instagram): Foram publicadas 295 peças de conteúdo, incluindo 55 Reels, 110 Carrosséis e 130 Cards Estáticos. Nos últimos 30 dias de medição, a plataforma alcançou 12.048 seguidores, 741.800 visualizações e 19.812 interações totais. A gestão priorizou a valorização dos territórios e a construção de narrativa coletiva sobre a emergência climática e a transformação ecológica.

Atendimento via WhatsApp – Canal Oficial: Operou como ferramenta estratégica de escuta ativa, esclarecimento de dúvidas e apoio direto, recebendo 12.428 mensagens e 103 ligações (sem contar o suporte por números pessoais da equipe).

Plataforma Brasil Participativo: A cobertura editorial resultou na publicação de 84 matérias jornalísticas. Os conteúdos abordaram todas as etapas, com foco na diversidade de enfoques e vozes.

Grupos de WhatsApp: Utilizados estrategicamente para a produção e distribuição de peças gráficas, alinhamento e engajamento direto com delegações e grupos de mobilização, adaptadas às especificidades de cada público.

Mídia Tradicional e Alternativa: Veículos de imprensa (jornais, rádios, TV) e plataformas de mídia alternativa foram acionados para a difusão de notícias e informações, complementando o alcance institucional.

Ações e Parcerias Estratégicas

A efetividade da comunicação também foi potencializada por ações de relacionamento e parcerias estratégicas:

PP plano de Comunicação da EBC para a 5ª CNMA: Uma parceria com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) que promoveu a integração das frentes de comunicação, garantindo cobertura institucional e editorial abrangente em veículos como “Voz do Brasil”, “Bom Dia, Ministra”, “Repórter Brasil”, spots de rádio e publicações na Agência Brasil.

Articulação com redes de comunicadores ambientais: Iniciativa para ampliar o alcance da convocatória e o engajamento de vozes diversas e especializadas no tema.

Monitoramento e atendimento via

canais digitais: Acompanhamento contínuo e suporte em tempo real para o acolhimento das dúvidas e demandas do público.

Relacionamento com Secretarias de Meio Ambiente:

A comunicação da 5ª CNMA contactou aproximadamente 500 gestões municipais e todas as 27 unidades federativas estaduais e do Distrito Federal, resultando na coleta de materiais audiovisuais de 140 municípios e registros fotográficos de 100% das unidades federativas, além de vídeos com depoimentos de autoridades e participantes de 19 estados.

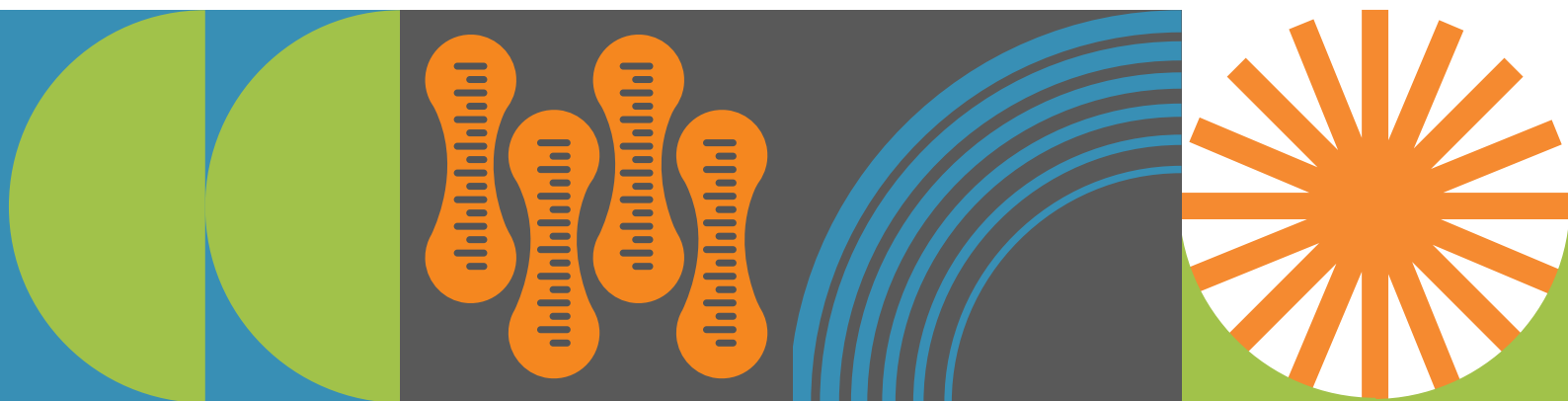
Ação estratégica com a SECOM da

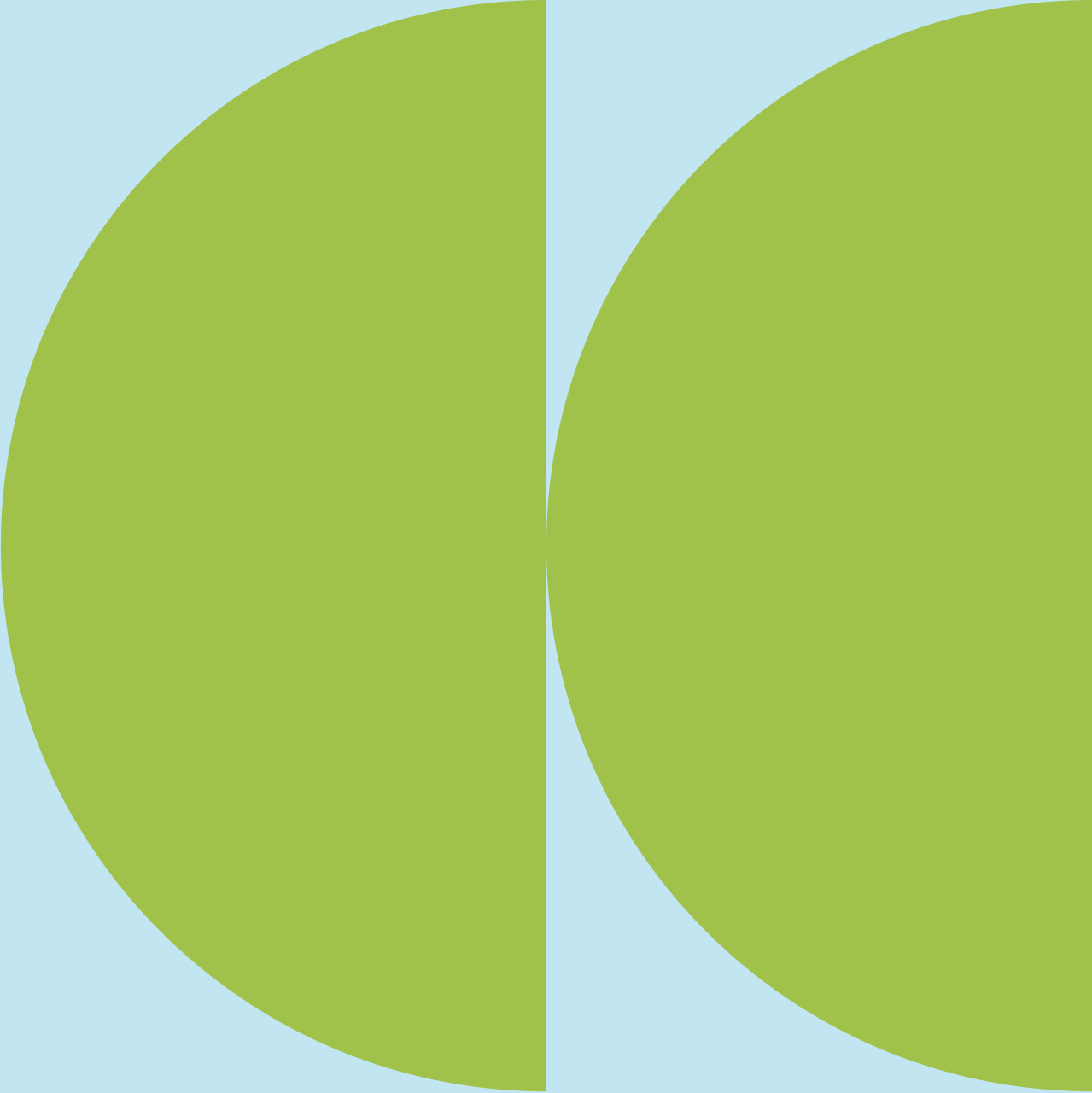
Presidência: A articulação com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República resultou na produção e disseminação de um card específico sobre prazos para Conferências Municipais, alcançando um público estimado de 739.200 seguidores.

Articulação com jornalistas e organizações da sociedade

civil: A equipe enviou releases e materiais de apoio personalizados, disponibilizou fontes qualificadas e promoveu pautas colaborativas com veículos alternativos e regionais, complementando o trabalho da Assessoria de Comunicação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (Ascom/MMA) com a grande imprensa.

Em síntese, a estratégia de comunicação da 5ª CNMA foi construída sobre uma base de colaboração, utilizando uma diversidade de produtos, canais e ações para garantir que a mensagem da Conferência ressoasse em todos os níveis da sociedade, fortalecendo a participação democrática e a visibilidade da agenda climática no Brasil.





ETAPAS LOCAIS E REGIONAIS

Com a estrutura de governança definida e a metodologia participativa da 5ª CNMA delineada, o foco estratégico da Conferência se voltou, então, para a concretização de seu propósito maior: mobilizar e engajar a sociedade em todo o território nacional. A partir deste momento, a concepção teórica e o planejamento estratégico deram lugar à ação prática nas comunidades e estados.

Essas fases foram centrais para a construção coletiva das propostas, garantindo que as vozes e as realidades locais fossem ouvidas e incorporadas na agenda nacional da Conferência. Este processo iniciou-se na base, progredindo em cascata para garantir a abrangência e a legitimidade das propostas que ascenderiam à etapa final, em Brasília.

O fluxo metodológico previu que as discussões e proposições se desdobrassem em diferentes níveis, formando uma rede interconectada de participação: as conferências municipais e intermunicipais, as conferências livres (promovidas pela sociedade civil), e as conferências estaduais e distrital. Cada uma dessas instâncias teve um papel específico e complementar, contribuindo com propostas e elegendo delegados e delegadas para as etapas subsequentes, em um sistema que visava garantir a máxima representatividade e a construção de uma política climática verdadeiramente nacional.

Conferências Municipais e Intermunicipais

As conferências municipais e intermunicipais foram as primeiras instâncias de participação da 5ª CNMA. Elas constituíram o ponto de partida do processo participativo “de baixo para cima”, ocorrendo entre 11 de junho de 2024 e 26 de janeiro de 2025. Este cronograma inicial foi

ampliado por solicitação dos estados, em decorrência do período eleitoral que aconteceu em 2024.

O papel primordial dessas conferências foi duplo e intrinsecamente interligado: primeiro, proporcionar um espaço democrático para que cidadãos e cidadãos e as comunidades locais pudessem discutir, debater e elaborar propostas para o enfrentamento da emergência climática em seu próprio contexto geográfico e socioambiental, permitindo que as soluções emergissem das realidades vividas; segundo, ser o palco para a eleição de delegadas e delegados que representariam essas bases na etapa estadual, garantindo a representatividade ascendente e orgânica do processo deliberativo.

A mobilização para essas fases iniciais foi intensa e impulsionada pelos esforços combinados das comissões municipais, das secretarias locais e estaduais de meio ambiente e das equipes de mobilização da Conferência, com o objetivo de envolver o maior número possível de municípios em todo o país. O sucesso dessa mobilização pode ser quantificado: dos 5.570 municípios brasileiros, um total de 2.729 se mobilizaram, o que demonstra um alcance substancial da Conferência.

Essa mobilização se deu por meio da convocação de conferências municipais específicas, da participação em conferências intermunicipais (que abrangeram múltiplos municípios em um único evento, otimizando recursos e a participação regional), ou pela realização de conferências

livres (promovidas por grupos da sociedade civil). Mais ainda, de todos os municípios mobilizados, 2.599 efetivamente concluíram suas etapas, evidenciando um engajamento significativo e a capacidade de superação de desafios inerentes à organização em nível local.

Ao todo, foram realizadas 507 Conferências Municipais e 189 Conferências Intermunicipais. Essas conferências, juntas, conseguiram abranger um total de 2.541 municípios, o que representa uma proporção notável de aproximadamente metade dos municípios do país engajados em uma conferência de tema socioambiental. A estimativa é que mais de 710 mil pessoas participaram diretamente dessas etapas municipais e intermunicipais, discutindo e elaborando propostas que refletem as demandas e as prioridades locais.

A articulação proativa com as secretarias municipais de meio ambiente foi um fator crucial para o alcance desses números. Essa comunicação constante resultou na colaboração de 140 municípios que enviaram materiais audiovisuais (fotos e vídeos) de suas conferências, contribuindo para a narrativa visual e testemunhal da 5ª CNMA e enriquecendo a documentação do processo.

As regiões do país apresentaram diferentes níveis de engajamento, refletindo suas particularidades e capacidades de mobilização: a Região Nordeste destacou-se com o maior percentual de participação municipal, alcançando 65,6% de seus municípios, enquanto a Região Sudeste registrou

um percentual de participação de 28,6%. Essas variações regionais sugerem a importância de estratégias de mobilização adaptadas aos contextos locais em futuras edições.

Participação municipal na 5ª CNMA por estado e região do país

Tabela 01 - Alcance das conferências nas etapas municipais e intermunicipais - Região Norte - Fonte: CDS/UnB

Estado	Total de Municípios no Estado	Total de Municípios Com Etapas Realizadas	% de participação dos municípios
Amazonas	62	25	40,3%
Amapá	16	14	87,5%
Rondônia	52	43	82,7%
Tocantins	139	13	9,4%
Acre	22	13	59,1%
Pará	144	104	72,2%
Roraima	15	10	66,7%
Total	450	222	49,3%

Tabela 02 - Alcance das conferências nas etapas municipais e intermunicipais - Região Nordeste - Fonte: CDS/UnB

Estado	Total de Municípios no Estado	Total de Municípios Com Etapas Realizadas	% de participação dos municípios
Pernambuco	185	49	26,5%
Sergipe	75	54	72,0%
Alagoas	102	51	50,0%
Ceará	184	175	95,1%
Maranhão	217	192	88,5%
Rio Grande do Norte	167	167	100,0%
Bahia	417	322	77,2%
Paraíba	223	131	58,7%
Piauí	224	36	16,1%
Total	1794	1177	65,6%

Tabela 03 - Alcance das conferências nas etapas municipais e intermunicipais - Região Centro-Oeste - Fonte: CDS/UnB

Estado	Total de Municípios no Estado	Total de Municípios Com Etapas Realizadas	% de participação dos municípios
Goiás	246	90	36,6%
Distrito Federal	1	1	100,0%
Mato Grosso do Sul	79	46	58,2%
Mato Grosso	142	63	44,4%
Total	468	200	42,7%

Tabela 04 - Alcance das conferências nas etapas municipais e intermunicipais - Região Sudeste - Fonte: CDS/UnB

Estado	Total de Municípios no Estado	Total de Municípios Com Etapas Realizadas	% de participação dos municípios
Minas Gerais	853	156	18,3%
Espírito Santo	78	25	32,1%
São Paulo	645	243	37,7%
Rio de Janeiro	92	53	57,6%
Total	1668	477	28,6%

Tabela 05 - Alcance das conferências nas etapas municipais e intermunicipais - Região Sul - Fonte: CDS/UnB

Estado	Total de Municípios no Estado	Total de Municípios Com Etapas Realizadas	% de participação dos municípios
Paraná	399	122	30,6%
Santa Catarina	295	193	65,4%
Rio Grande do Sul	497	208	41,9%
Total	1191	523	43,9%



Conferências Livres

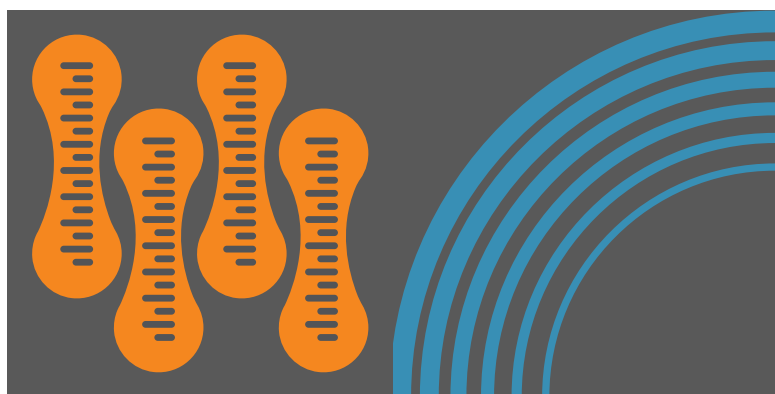
As Conferências Livres, que puderam ocorrer presencialmente ou virtualmente ou, ainda, de forma híbrida (presencial e virtual simultaneamente), representaram uma modalidade inovadora e estratégica de participação na 5ª CNMA, destacando a potência e a autonomia da sociedade civil organizada. Ao contrário das conferências municipais, intermunicipais e estaduais, que, em geral, são convocadas por instâncias governamentais, as conferências livres são atividades autônomas e autogestionadas, realizadas por grupos da sociedade civil, associações, universidades, coletivos temáticos, organizações não governamentais e movimentos sociais.

Seu principal objetivo era potencializar a disseminação e a formação nos temas da Conferência (os cinco eixos temáticos), além de mobilizar novos segmentos da população que poderiam não ser alcançados pelas vias institucionais tradicionais. Um diferencial e grande incentivo para essas iniciativas foi a possibilidade de cada Conferência Livre realizada enviar as propostas construídas pelo grupo, além de um delegado ou delegada para a etapa nacional, conferindo a essas iniciativas autônomas uma representatividade direta no processo decisório da Conferência.

Essas conferências, por sua natureza flexível, gozaram também de maior autonomia em termos de formato, local e público de interesse, permitindo que temas muito específicos ou regionais fossem abordados com profundidade e que comunidades com pautas muito particulares fossem engajadas. Essa liberdade metodológica foi fundamental para a diversidade de perspectivas e propostas que enriqueceu o debate da Conferência, demonstrando a riqueza do capital social brasileiro.

Em termos de números, as Conferências Livres demonstraram um engajamento significativo e uma vasta capacidade de auto-organização: foram realizadas 291 Conferências Livres em todo o território nacional.

A distribuição dessas conferências revelou um padrão interessante: 218 estavam vinculadas a algum estado específico, demonstrando um enraizamento regional, enquanto 73 foram classificadas como de âmbito nacional, indicando que suas pautas e abrangências transcendiam fronteiras estaduais, tratando de temas que ressoavam em todo o país. As regiões Nordeste e Sudeste destacaram-se com o maior número de Conferências Livres realizadas.



Conferências Livres realizadas por estado e de âmbito nacional

UF	Total
Acre	10
Alagoas	2
Amapá	0
Amazonas	30
Bahia	57
Ceará	2
Distrito Federal	3
Espírito Santo	4
Goiás	2
Maranhão	3
Mato Grosso	1
Mato Grosso do Sul	0
Minas Gerais	16
Pará	9

Paraíba	3
Paraná	5
Pernambuco	8
Piauí	2
Rio de Janeiro	8
Rio Grande do Norte	3
Rio Grande do Sul	14
Rondônia	0
Roraima	0
Santa Catarina	3
São Paulo	32
Sergipe	1
Tocantins	0
Total	218
Conferências âmbito nacional	73

Tabela 06 - Conferências Livres realizadas por estado e de âmbito nacional
Fonte: CDS/UnB



Foto: MMA

Conferências Estaduais e Distrital

As Conferências Estaduais e Distrital representaram a segunda grande etapa do processo participativo da 5ª CNMA, funcionando como um elo entre as etapas municipais e nacional. Realizadas em um período concentrado, entre 15 de janeiro e 15 de março de 2025, essas conferências tiveram como principal objetivo consolidar e aprofundar as discussões e propostas que emergiram das etapas municipais, intermunicipais e das conferências livres (nos estados que fizeram essa previsão), preparando o terreno para a síntese nacional. Foi nessas instâncias que as diversas vozes locais começaram a se harmonizar em um plano de ação mais coeso.

Um marco significativo de sucesso foi o fato de que todas as 27 unidades federativas do Brasil realizaram suas Conferências Estaduais/Distrital. Isso denota um engajamento governamental e social em escala nacional, evidenciando a força da mobilização e a percepção generalizada da importância do tema das mudanças climáticas em todo o país. Nessas etapas, as propostas previamente sistematizadas, provenientes das conferências municipais e intermunicipais, foram a base do debate, assegurando a continuidade e a representatividade das discussões.



Foto: MMA

Esses insumos foram compilados em Cadernos de Propostas Estaduais, que serviram como documentos orientadores para as discussões em cada estado, facilitando a organização do debate. As COEs (Comissões Organizadoras Estaduais) foram as responsáveis pela organização desses eventos, buscando adaptar a metodologia geral da Conferência às realidades e prioridades específicas de cada estado.

A equipe de mobilização da Conferência, orientada pelo Coordenação Executiva Nacional (CEN), ofereceu um suporte intensivo e assessoria técnica direta às COEs, reconhecendo a complexidade da tarefa. Isso incluiu a realização de reuniões com representantes de todos os estados e o Distrito Federal, visando esclarecer dúvidas relacionadas à organização das conferências e, particularmente, à complexa composição dos quadros de delegados para a etapa nacional, garantindo o cumprimento dos critérios de representatividade e diversidade

exigidos pela metodologia da 5ª CNMA.

Contudo, essa etapa não foi isenta de desafios, que exigiram resiliência e adaptabilidade por parte dos organizadores. Os mobilizadores enfrentaram obstáculos como as transições em muitas gestões municipais, decorrentes das eleições para prefeituras, que por vezes geraram descontinuidade nas equipes e prioridades locais, dificultando a articulação.

Outro desafio recorrente foi a falta de recursos financeiros por parte de alguns estados para a plena organização das etapas, um entrave comum em processos de grande escala. No entanto, a forte mobilização e envolvimento da sociedade civil organizada e dos governos foram cruciais para superar esses obstáculos, demonstrando que o engajamento popular e o compromisso estatal podem ser uma força poderosa mesmo diante de resistências institucionais ou financeiras.



Foto: MMA

Atividades Autogestionadas

As Atividades Autogestionadas representaram uma faceta singular e altamente significativa da 5ª CNMA, simbolizando a capacidade orgânica da sociedade civil de se auto-organizar e contribuir, de forma livre e criativa, para o debate nacional sobre a emergência climática. Ao contrário das conferências com estrutura mais formalizada e institucional, as atividades autogestionadas eram iniciativas promovidas pelos próprios participantes, ou seja, por pessoas ou grupos da sociedade civil, coletivos, organizações temáticas ou instituições, sem a necessidade de uma estrutura governamental ou de uma comissão organizadora formal.

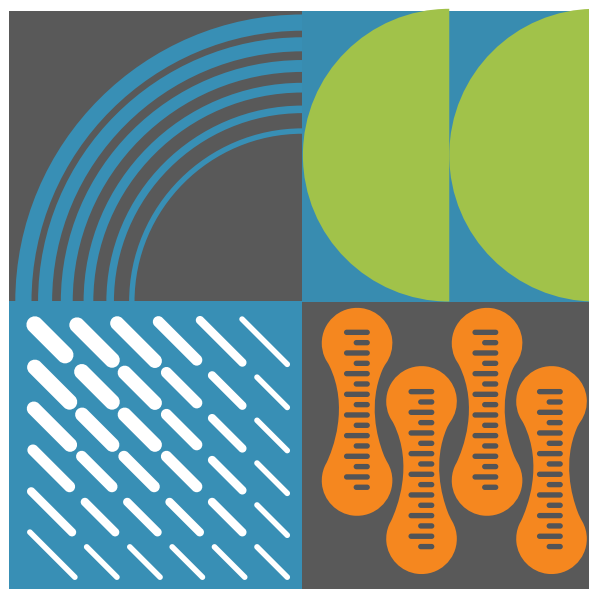
Embora não tivessem a função de enviar delegados diretamente para a etapa nacional (como as conferências livres), essas iniciativas desempenharam um papel relevante ao amplificar o debate, aprofundar os temas e mobilizar novos atores em torno dos temas da 5ª CNMA, alcançando públicos e explorando formatos que as estruturas formais dificilmente conseguiriam.

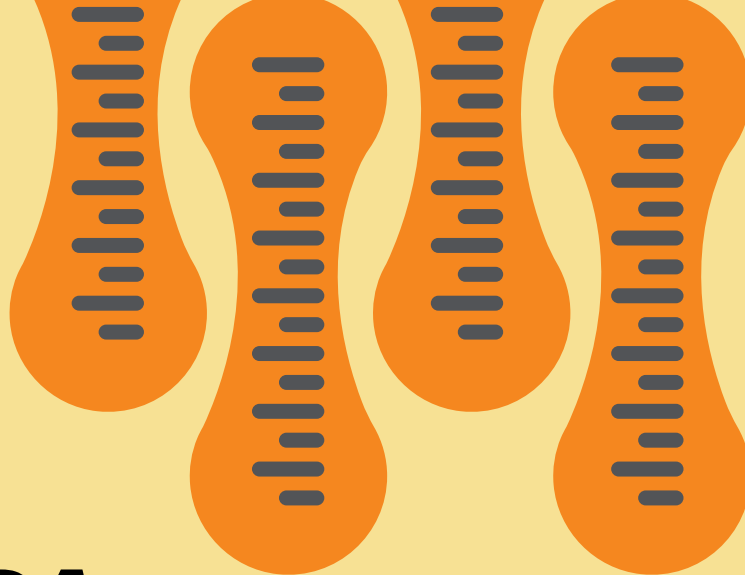
Essas atividades podiam assumir uma variedade de formatos, demonstrando a riqueza e a criatividade da sociedade civil brasileira: desde workshops temáticos, seminários, rodas de conversa comunitárias, palestras, intervenções artísticas e culturais, até campanhas de conscientização em mídias sociais ou encontros

comunitários em espaços diversos. Sua flexibilidade e adaptabilidade permitiram que temas muito específicos ou regionais fossem abordados com profundidade, que metodologias inovadoras de engajamento fossem testadas e que públicos-alvo nichados fossem alcançados de forma mais eficaz e personalizada, gerando um efeito multiplicador.

A plataforma Brasil Participativo desempenhou um papel importante ao permitir o cadastro dessas atividades autogestionadas. Isso garantiu não apenas a organização das informações sobre esses eventos, mas também a sua visibilidade pública, possibilitando a publicação da programação detalhada e servindo como um ponto de referência e inspiração para outros interessados. Essa funcionalidade incentivou a participação e a replicação de iniciativas por todo o país.

Ao todo, foram cadastradas 21 atividades autogestionadas na plataforma Brasil Participativo e 72 atividades na Etapa Nacional da 5ª CNMA.





ETAPA NACIONAL

A Etapa Nacional da 5ª CNMA representou o ponto culminante e o ápice de um processo participativo que se estendeu por meses, mobilizando milhares de cidadãos e cidadãos em todo o território brasileiro. Realizada de forma presencial em Brasília, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), entre os dias 6 e 9 de maio de 2025, esta fase final consolidou os esforços das etapas preparatórias, transformando a multiplicidade de vozes e propostas regionais em uma agenda nacional unificada para o enfrentamento da emergência climática. A escolha de um espaço amplo e centralizado como o CICB sublinhou a magnitude e a importância que o evento conferia à participação e ao diálogo.

Foi uma demonstração da vitalidade democrática brasileira e da capacidade de convergência em torno de um tema de urgência planetária. Os números da participação na Etapa Nacional são eloquentes: um total de 3.885 pessoas se inscreveram, das quais 3.210 foram efetivamente credenciadas e presentes nas diversas atividades da Conferência.

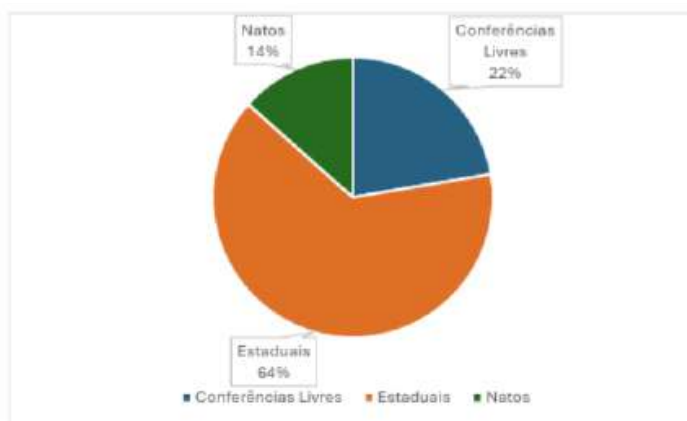
Entre esses participantes, a delegação oficial, com direito a voz e voto nas deliberações, foi composta por 1.185 delegados e delegadas credenciados. Esses delegados representavam a diversidade do País: 265 provinham das conferências livres, 761 foram eleitos nas etapas estaduais e 159 eram delegados natos (membros de instâncias de governança pré-existentes, como a CON).

A Etapa Nacional da 5ª CNMA representou o ponto culminante e o ápice de um processo participativo que se estendeu por meses, mobilizando milhares de cidadãos e cidadãs em todo o território brasileiro. Realizada de forma presencial em Brasília, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), entre os dias 6 e 9 de maio de 2025, esta fase final consolidou os esforços das etapas preparatórias, transformando a multiplicidade de vozes e propostas regionais em uma agenda nacional unificada para o enfrentamento da emergência climática. A escolha de um espaço amplo e centralizado como o CICB sublinhou a magnitude e a importância que o evento conferia à participação e ao diálogo.

Foi uma demonstração da vitalidade democrática brasileira e da capacidade de convergência em torno de um tema de urgência planetária. Os números da participação na Etapa Nacional são eloquentes: um total de 3.885 pessoas se inscreveram, das quais 3.210 foram efetivamente credenciadas e presentes nas diversas atividades da Conferência.

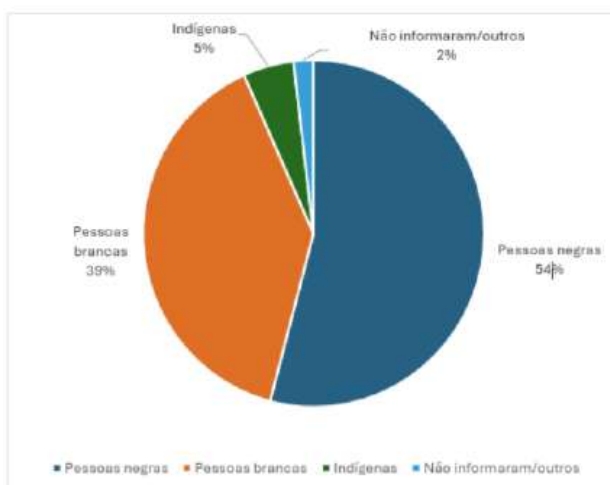
Entre esses participantes, a delegação oficial, com direito a voz e voto nas deliberações, foi composta por 1.185 delegados e delegadas credenciados. Esses delegados representavam a diversidade do País: 265 provinham das conferências livres, 761 foram eleitos nas etapas estaduais e 159 eram delegados natos (membros de instâncias de governança pré-existent, como a CON).

GRÁFICO 03 - Proporção da delegação na etapa nacional - Fonte: CDS/UnB



Quanto à cor/raça das pessoas delegadas, foram 641 pessoas negras, 465 pessoas brancas, 57 indígenas, 7 amarelas, 10 não informaram e 5 outros.

GRÁFICO 04 - Cor/Raça das pessoas delegadas na etapa nacional - Fonte: CDS/UnB



Além deles, a Conferência contou com a presença de 185 convidado(as) das Delegações Estaduais e 170 convidados gerais, enriquecendo ainda mais o debate com suas perspectivas e expertises. A logística para acolher e gerenciar tal volume de pessoas, assegurando o bom fluxo das atividades e o engajamento dos participantes, foi um desafio operacional de proporções consideráveis.

ABERTURA SOLENE

A 5ª CNMA teve seu pontapé inicial no dia 6 de maio de 2025, com uma programação cuidadosamente pensada para marcar a importância do evento. O primeiro dia foi dedicado, primordialmente, ao credenciamento dos participantes, uma operação logística de grande escala que envolvia a recepção, identificação e orientação de milhares de pessoas vindas de todas as regiões do país. Este processo era o primeiro contato físico dos delegados com a Etapa Nacional e um momento para a validação de sua participação, com a entrega de materiais de apoio, crachás e orientações gerais sobre a programação e o funcionamento da Conferência.

Após o credenciamento, os participantes foram convidados a um jantar de confraternização, um momento informal e estratégico de networking, permitindo que os delegados e delegadas se conhecessem, trocassem primeiras impressões e iniciassem os diálogos que se aprofundariam nos dias seguintes. O ambiente descontraído servia como um prelúdio para os debates intensos que viriam. O ápice do primeiro dia foi a solenidade de abertura oficial. Este evento não foi apenas protocolar,

mas uma celebração da participação democrática e um chamado à ação. A cerimônia foi enriquecida por manifestações culturais regionais, que trouxeram para o palco de Brasília a diversidade cultural do Brasil, simbolizando a conexão intrínseca entre cultura, território e a pauta ambiental.

A presença de autoridades conferiu um peso institucional e político significativo à Conferência, sublinhando a prioridade que o governo atribuía à agenda socioambiental e ao processo participativo. A cerimônia contou com discursos do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin; da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva; e do ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo. Também participaram da cerimônia as ministras Macaé Evaristo (Direitos Humanos e Cidadania), Anielle Franco (Igualdade Racial) e Marta Lopes (Mulheres); a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra; os presidentes do Ibama, Rodrigo Agostinho; do ICMBio, Mauro Pires; do CNPq, Ricardo Galvão; e do Sebrae, Décio Lima; além do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin, e da diretora socioambiental do BNDES, Tereza Campello. Parlamentares e integrantes da Comissão Organizadora Nacional (CON) da 5ª CNMA também compuseram o dispositivo de abertura da 5ª CNMA.



Foto: MMA

PALESTRAS MAGNAS

A programação da Etapa Nacional também foi enriquecida por dois momentos de Palestras Magnas, concebidas para oferecer inspiração, embasamento científico e uma visão aprofundada sobre a emergência climática, justiça climática, transformação ecológica e a importância da participação social. Essas palestras, proferidas por especialistas renomados e lideranças engajadas, tinham o objetivo de contextualizar o debate, provocar reflexões críticas e energizar os participantes para os Grupos de Trabalho e plenárias.

Abrindo a mesa de palestras magnas do dia 07 de maio - todas dedicadas ao tema central da conferência -, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, deu as boas-vindas às pessoas participantes e destacou a necessidade urgente de uma transformação profunda no modelo de desenvolvimento para limitar o aquecimento global a 1,5°C até o fim do século. A ministra alertou para a necessidade urgente da transição energética justa e planejada, citando como exemplos o compromisso do governo federal com o desmatamento zero até 2030 e a integração entre as agendas ambiental e econômica. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, reforçou que as políticas econômicas devem incorporar a dimensão socioambiental, mencionando o Plano de Transformação Ecológica (PTE) – que pode gerar um impacto de R\$

396 bilhões na economia até 2030 – e a reforma tributária, que inclui mecanismos como impostos seletivos para atividades poluidoras. Já o professor Carlos Nobre, autoridade global em questões climáticas e amazônicas, detalhou a problemática das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), apresentando dados atualizados e projeções científicas. Ele abordou os pontos de não retorno nos sistemas climáticos e ecológicos, enfatizando a urgência de respostas rápidas. Sua apresentação buscou também sensibilizar os participantes sobre a gravidade da situação e a imperatividade da ação, explorando possibilidades concretas de redução de emissões baseadas na ciência.



Foto: MMA

O segundo dia de debates foi igualmente aberto com sessões inspiradoras, que trouxeram perspectivas diversas sobre a justiça climática e a relação entre as comunidades, o meio ambiente e o enfrentamento à emergência climática. As sessões foram moderadas pela Ministra Marina Silva, que atuou como anfitriã, e contaram com a participação das palestrantes:

Ceição Pitaguary, Secretária de Gestão Ambiental e Territorial Indígena do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), que abordou a intensificação das mudanças climáticas, seus impactos diretos na biodiversidade e nos biomas brasileiros, e a importância crucial da demarcação das terras indígenas como estratégia de proteção ambiental e garantia de direitos.

Cristiane Julião Pankararu, liderança indígena integrante da Apoinme (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo) e Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), que ressaltou a importância de fornecer condições adequadas, incluindo financiamento, para que os povos indígenas possam efetivamente proteger a biodiversidade. Sua fala destacou também a relevância das mulheres indígenas na questão ambiental.

Gabriela Santos, Diretora de Territórios da ONG Perifa Sustentável, que trouxe a perspectiva das periferias urbanas. Sua contribuição focou na importância da troca de saberes e conhecimentos que a Conferência proporcionava e na urgência de se endereçar as questões socioambientais nas realidades urbanas periféricas, onde a vulnerabilidade climática é frequentemente acentuada.

Essas palestras, em sua totalidade, serviram para fornecer o arcabouço necessário para que os delegados e delegadas pudessem mergulhar nos Grupos de Trabalho e plenárias com um senso renovado de propósito e urgência.



Foto: MMA

PANORAMAS DOS EIXOS TEMÁTICOS

Como forma de introduzir os temas dos debates dos Grupos de Trabalho Temáticos (GT's) da etapa final, foram organizados painéis temáticos com o intuito de traçar um panorama geral dos desafios e oportunidades para qualificar as discussões a partir do conteúdo do Caderno de Propostas. Estes panoramas obedeceram aos eixos da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (5ª CNMA): Mitigação, Adaptação e Preparação para Desastres, Justiça Climática, Transformação Ecológica e Governança e Educação Ambiental.

Realizados em cinco plenárias simultâneas, cada uma dedicada a um eixo temático, os encontros reuniram especialistas responsáveis por apresentar os principais aspectos levantados no processo participativo da Conferência. O público pôde interagir enviando perguntas por meio de aplicativo digital ou por fichas de papel disponibilizadas no local.

Além da exposição inicial, os painéis reservaram espaço para a participação direta das pessoas delegadas. Foram abertas, no mínimo, dez falas de até três minutos por ordem de inscrição em cada plenária, com a possibilidade de ampliação do número de inscrições de acordo com o tempo disponível. Essa dinâmica garantiu maior diversidade de opiniões e contribuições para o enriquecimento do debate coletivo.

A condução dos trabalhos ficou a cargo de especialistas indicados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), com apoio da equipe de metodologia e facilitação

do CDS/UnB e da Matres. Participaram pessoas delegadas eleitas nas etapas estaduais, distrital e livre, além de delegados natos. Também houve vagas para convidados e observadores, preenchidas previamente por ordem de inscrição no credenciamento.



I - Mitigação

Aloísio Lopes Pereira de Melo - Secretário da Secretaria de Mudança do Clima – SMC/MMA

Ana Paula de Oliveira Santos - Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas costeiros e Marinhos/ CONFREM

Caroline Medeiros Rocha Frasson - Diretora de Políticas Públicas da LaClima

Mário Cardoso - Gerente de Recursos Naturais da CNI

II – Adaptação e Preparação para Desastres

Alexânia Rossato - Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens/MAB

Inamara Santos Melo - Coordenadora-geral de Adaptação da Secretaria de Mudança do Clima – SMC/MMA

Pedro Werneck - Assessor técnico da Superintendência de Relações de Consumo e Sustentabilidade da CNSeg

Welison Silveira - Secretário de Meio Ambiente de João Pessoa e Diretor Nacional de Integração Governamental e Desenvolvimento Urbano da ANAMMA

III – Justiça Climática

Edel Moraes - Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais

Joênia Wapichana - Presidente da Funai

Letícia Leobet - Assessora Internacional de Geledés Instituto da Mulher Negra

Samuel Leite Caetano - Presidente

do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais

Sueli Araújo - Coordenadora de Políticas Públicas do Observatório do Clima

IV – Transformação Ecológica

Ana Paulo Machado - Diretora de Articulação e Governança da SMC/MM

Camila Gramkow - Diretora do Escritório da Comissão Econômica para a América Latina – Cepal – em Brasília

Dinei Medina - Cofundador e embaixador da RevoluSolar

Rafael Ramalho Dubeux - Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda

Sérgio Xavier - Coordenador-executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima

V – Governança e Educação Ambiental

Gino César - Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Alagoas e vice-presidente da Abema para a Região Nordeste

João Paulo Capobianco - Secretário Executivo do MMA

Lourdes Brazil - Presidente e fundadora do Centro de Educação Ambiental Gênesis

Marcos Sorrentino - Diretor do Departamento de Educação Ambiental e Cidadania/DEA/MMA



GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS (GTS)

Os Grupos de Trabalho Temáticos (GTs) foram, sem dúvida, o coração pulsante da Etapa Nacional da 5ª CNMA, o espaço onde a participação se traduziu em construção ativa e detalhada de políticas. Após as palestras magnas e a realização dos Painéis por Eixo Temático, os delegados se dividiram em GTs, onde o trabalho de análise, aprimoramento e priorização das propostas-síntese tomou forma.

Foram organizados 50 GTs no total, estrategicamente distribuídos pelos cinco eixos temáticos da Conferência, a fim de garantir que todos os temas tivessem o espaço adequado para debate aprofundado. A distribuição dos GTs por eixo foi a seguinte:

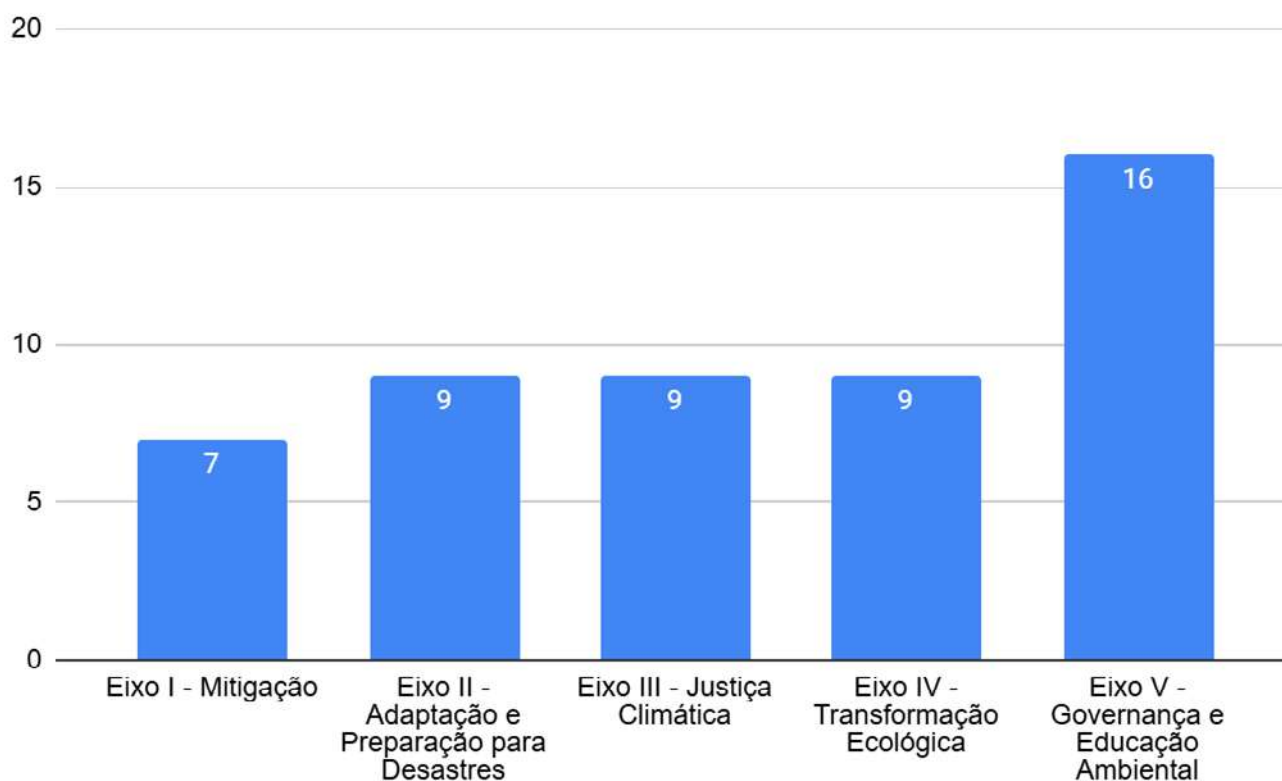


GRÁFICO 05 - Quantidade dos Grupos de trabalho por eixo temático - Fonte: CDS/UnB

Cada GT foi projetado para acomodar até 40 pessoas, buscando um equilíbrio entre a diversidade de participantes e a viabilidade da discussão em grupo.

No momento do credenciamento para a Etapa Nacional, os participantes tiveram a oportunidade de definir os eixos e os GTs dos quais gostariam de fazer parte, direcionando seu engajamento para as temáticas de seu maior interesse ou especialidade. Neste contexto, a dinâmica interna de cada GT foi fundamental. Cada grupo recebeu, em média, 11 propostas-síntese para discussão.

Essas propostas eram agrupadas por similaridade ou complementaridade de temas dentro do respectivo Eixo Temático, garantindo que o debate fosse coeso e produtivo. Os GTs contaram com o apoio de uma equipe de facilitação (com expertise em condução de grupos e metodologias

participativas) e relatoria (responsável por registrar as discussões e as deliberações), a presença de delegados e delegadas, e pessoas convidadas. Alguns GTs, dada a complexidade ou o número de participantes, contaram com o apoio adicional para auxiliar a facilitação.

A principal tarefa nos GTs era o debate aprofundado das propostas. Durante as sessões, os integrantes podiam aperfeiçoar as propostas existentes, aglutinar ideias semelhantes ou propor pequenas alterações para torná-las mais claras ou abrangentes. Ao final das discussões, cada GT realizava um processo interno de priorização, selecionando aproximadamente metade das propostas trabalhadas. Essas propostas priorizadas eram então submetidas pela relatoria ao sistema de votação digital (o aplicativo XVote), preparando-as para a próxima etapa das plenárias por eixo.



Foto: MMA

PLENÁRIAS POR EIXOS TEMÁTICOS

As Plenárias por Eixos Temáticos representaram a etapa definidora do processo de refinamento e priorização das propostas na Etapa Nacional da 5ª CNMA. Realizadas no dia 8 de maio de 2025, pela manhã, essas sessões foram o palco onde as propostas selecionadas nos Grupos de Trabalho (GTs) de cada eixo temático foram apresentadas e submetidas à votação dos delegados de forma ampliada.

A manhã do dia 8 de maio iniciou-se com mais uma Palestra Magna, que antecedeu as plenárias, mantendo o tom inspirador e de alto nível de debate. Após esta sessão, os participantes se dirigiram aos seus respectivos auditórios e salas de plenária, organizados por eixo temático, para iniciar a fase de votação.

A dinâmica dessas plenárias foi fundamental para o processo. Um representante de cada GT (geralmente o relator ou um delegado(a) escolhido pelo grupo) foi responsável por subir ao palco e ler e defender as propostas que haviam sido priorizadas em seu grupo. Este momento foi essencial para que os demais delegados e delegadas, que não tenham participado daquele GT específico, pudessem compreender o contexto, a relevância e a justificação das propostas. A plateia pôde acompanhar as propostas e realizar um processo final de avaliação. Após as apresentações, o momento decisório chegava: os delegados presentes acessavam o aplicativo de votação por meio de um QR Code.

O aplicativo foi a ferramenta central para o processo de priorização. Os delegados votavam para selecionar as 20 propostas prioritárias daquele eixo. O sistema registrava os votos individualmente, e a consolidação desses votos definia quais propostas ascenderiam para a apresentação na Plenária Geral. Devido a situações de empate técnico em alguns eixos, o número total de propostas que avançaram para a etapa final foi de 104, em vez das 100 inicialmente previstas. Essas 104 propostas priorizadas são as que integram a Resolução da 5ª CNMA.

Contudo, a utilização do aplicativo de votação não foi isenta de desafios. Relatos indicaram dificuldades técnicas para alguns usuários, como incompatibilidade com certos aparelhos celulares ou problemas de conectividade, o que dificultou a seleção das propostas ou a navegação no aplicativo. Além disso, delegados que não haviam preenchido todos os seus dados pessoais ou que haviam escolhido o eixo e GT incorretos no credenciamento inicial, não conseguiam acessar o aplicativo para votar eletronicamente.

Para contornar esses problemas, foram disponibilizados computadores em cada plenária para uso dos delegados e, adicionalmente, a votação manual foi aceita como alternativa, garantindo que a voz de todos fosse considerada. A empresa Matres, responsável pela facilitação, teve o desafio de aglutinar os resultados da votação eletrônica com os 53 votos manuais válidos trazidos pelos participantes.



PLENÁRIA FINAL

A Plenária Final representou o ápice e o momento decisório final de todo o processo participativo da 5ª CNMA. Este foi o palco onde a voz consolidada dos milhares de brasileiros e brasileiras que participaram das etapas locais e estaduais se manifestou para definir a ordem das prioridades nacionais em termos de agenda socioambiental e climática.

Nesta sessão, as 104 propostas que haviam sido selecionadas e priorizadas nas plenárias por eixos temáticos foram apresentadas. Importante ressaltar que, nesta etapa, não havia mais possibilidade de inclusão, exclusão ou alteração do conteúdo das propostas; o foco era unicamente a sua priorização final.

A condução da plenária ficou a cargo de uma equipe experiente de metodologia e facilitação (representada pelo CDS/UnB e pela empresa Matres), com o apoio das equipes do Ministério do

Meio Ambiente (MMA) e da Comissão Organizadora Nacional (CON). A dinâmica da votação final foi direta: cada delegado e delegada selecionou as 10 propostas que considerava mais relevantes do conjunto das 104 apresentadas, independentemente do eixo temático a que pertenciam. A votação foi realizada por meio de um sistema que consolidava os votos, e a ordem final das propostas foi definida estritamente pelo número de votos recebidos. Foi nessa sessão também em que foram aprovadas as moções. O momento mais simbólico da Plenária Final ocorreu no encerramento da 5ª CNMA, no dia 9 de maio de 2025, quando foram apresentadas as 10 propostas mais votadas pela Conferência. Cada uma delas foi anunciada em meio a muitos aplausos, refletindo o envolvimento direto da sociedade nas etapas locais e estaduais. O momento simbolizou a concretização do processo participativo e o reconhecimento das principais demandas da população para a agenda socioambiental e climática do país.



Foto: MMA



ATIVIDADES CULTURAIS

As atividades culturais integraram a programação da Etapa Nacional da 5ª CNMA, transcendendo o papel de entretenimento. Elas foram concebidas como momentos de celebração da diversidade cultural brasileira e como expressões artísticas que dialogavam diretamente com a temática da Conferência. A inclusão da cultura no cronograma sublinhou a compreensão de que a questão ambiental e climática está intrinsecamente ligada à cultura, aos saberes tradicionais e à forma como as comunidades se relacionam com seus territórios.

A abertura oficial da Conferência, no dia 6 de maio de 2025, já havia incorporado manifestações culturais regionais, demonstrando o compromisso com essa dimensão desde o início. Esses momentos não apenas proporcionaram respiros e descontração em meio a intensos debates, mas também serviram como veículos para transmitir mensagens de pertencimento, resiliência e a beleza dos biomas e culturas brasileiras.

As atrações culturais da programação incluíram Delírio Circense, Orquestra Alada Trovão da Mata (Seu Estrelo), Amilcar Pará e Teresa Lopes (com a execução do Hino Nacional), Coletivo Aldeia Areme Eia, Tiago Tunes Trio, Nat Quiroga e Grupo Conversa Afinada (Samba), As Fulô do Cerrado, Zenga Maracatu, Martinha do Coco e Márcio Marinho com Choro no Eixo.



Foto: MMA

FEIRA DE BIODIVERSIDADE

Entre os espaços de troca de saberes e valorização étnica cultural, a Feira da Biodiversidade abriu caminho para que artesãos, startups, ambientalistas, estudantes universitários, artistas, produtores de alimentos orgânicos e delegados pudessem expor seus trabalhos, produtos, pesquisas e projetos de inovação socioambiental.

Ao todo, participaram 42 expositores, vindos de seis estados diferentes do país e do Distrito Federal. Em sua maioria, destacaram-se os artesãos indígenas de diversas etnias: Kariri Xocó, Pataxó, Kamayurá, Guajajara, Fulni-Ô, Apurinã, Bororo e Kichwas (da Colômbia). Quanto à divisão por gênero dos expositores, 54,3% se declararam

do gênero feminino, 35,7% do gênero masculino e 9,5% não declararam gênero.

Além da forte presença indígena, outros expositores apresentaram propostas inovadoras em tecnologia e sustentabilidade, como startups de mobilidade urbana, produtos tecnológicos e utilitários domésticos feitos com materiais biodegradáveis, produtos da sociobiodiversidade, além de soluções para o descarte de resíduos por meio de sensores, automação e inteligência artificial.

Recebendo diariamente um grande número de visitantes, a Feira da Biodiversidade atraiu o público não apenas pelos produtos à venda, mas, sobretudo, pela possibilidade de múltiplos intercâmbios em um ambiente representativo de raça, gênero e cultura.



ACESSIBILIDADE

A 5ª CNMA, ao se pautar pela inclusão e diversidade, buscou garantir a acessibilidade para todos os participantes, incluindo Pessoas com Deficiência (PcDs). A acessibilidade não se restringiu apenas ao acesso físico, mas também à comunicação e à acolhida.

A Conferência registrou a presença de 53 Pessoas com Deficiência (PcDs) entre os delegados e delegadas com direito a voz e voto na Etapa Nacional, o que correspondeu a 4,47% do total de votantes. Embora este número demonstre um esforço, a própria Conferência, por meio de Moções de Apelo, sinalizou a necessidade de aprimoramento e inclusão de políticas mais robustas para Pessoas com Deficiência. Duas moções destacaram a ausência de cotas e a falta de formação política sobre o tema.

Na etapa nacional, o foco foi na garantia da acessibilidade e no acolhimento integral dos participantes. Para isso, a inclusão foi uma prioridade, com a disponibilização de infraestrutura acessível como rampas, elevadores, banheiros adaptados, mapas táteis e vagas prioritárias.

Houve também a oferta de serviços especializados como intérpretes de Libras para surdos, audiodescrição para painéis e informativos, estenotipia para legendagem em tempo real, e empréstimo de cadeiras de rodas e kits sensoriais para pessoas neurodivergentes. A presença de 24 profissionais PcD na equipe, incluindo 6 dedicados à acessibilidade, reforçou este caráter inclusivo do evento.

Em parceria com o “Conta Comigo”, a Conferência também procurou oferecer um ambiente seguro e humanizado. A equipe de acolhimento realizou 26 atendimentos, abrangendo crises de saúde mental (ansiedade, pânico) e apoio a PcD, demonstrando uma abordagem sensível e multifacetada para o bem-estar dos participantes.



MOÇÕES

Por fim, as moções representaram um canal direto e democrático para a expressão de demandas, apelos, congratulações ou críticas por parte dos participantes da 5ª CNMA, permitindo que a sociedade civil manifestasse pontos específicos que poderiam não estar contemplados nas propostas dos eixos temáticos ou que exigiam, a partir do olhar dos delegados e delegadas, atenção imediata.

Durante a Etapa Nacional, os participantes puderam apresentar moções. Para serem admitidas, as moções deviam cumprir os seguintes requisitos:

Preenchimento de formulário

específico: A moção devia ser redigida em um formulário padrão disponível na área de credenciamento da 5ª CNMA, garantindo uniformidade e clareza.

Apoio mínimo de delegados: Era necessário reunir, no mínimo, 20% de adesões de delegados e delegadas presentes, com a coleta de nome completo, CPF e assinatura. Este requisito visava garantir que a moção representasse um interesse significativo de um grupo de participantes e não apenas uma demanda isolada.

Prazo para entrega: As moções deviam ser entregues à Comissão Organizadora Nacional até as 14h do dia 8 de maio de 2025, na área de credenciamento.

As moções que cumpriram esses critérios foram analisadas pela CON e,

posteriormente, votadas por aclamação em uma sessão específica da Plenária Final. Ao final da 5ª CNMA, um total expressivo de 88 moções foi aprovado, abrangendo uma vasta gama de temas centrais para a agenda socioambiental brasileira.

Entre os temas mais recorrentes abordados pelas moções, destacam-se:

Justiça climática: Demandas por políticas que endereçassem as desigualdades sociais e os impactos desproporcionais da crise climática. Proteção aos povos indígenas e comunidades tradicionais: Apelos por demarcação de terras, proteção a territórios e valorização de saberes. Transição energética justa: Cobranças por modelos de energia limpa que considerassem o impacto social e econômico.

Fortalecimento da participação

social: Proposições para ampliar e qualificar os mecanismos de engajamento da sociedade na formulação e fiscalização de políticas públicas.

Financiamento de ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas:

Demandas por recursos e mecanismos financeiros para enfrentar a crise. É de extrema importância ressaltar que a temática da inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) foi constante e proeminente nas moções apresentadas, culminando em moções de apelo específicas. Esse fato demonstra que, apesar dos avanços, a base da Conferência identificou lacunas e urgências nessa pauta.

Para acessar a lista de moções aprovadas pela 5ª CNMA,

[clique aqui](#).



PLANO DE SUSTENTABILIDADE

O Plano de Sustentabilidade da etapa nacional da 5ª CNMA foi estruturado em três pilares — Ambiental, Social e Governança —, cada um com objetivos claros para garantir um evento modelo em práticas sustentáveis.

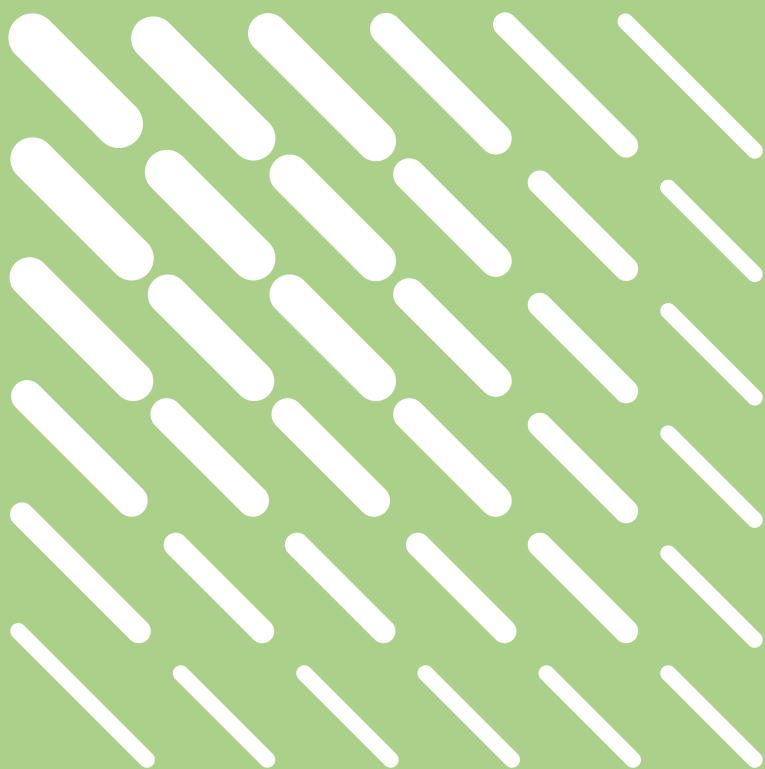
No pilar Ambiental, a CNMA implementou um sistema de gestão de resíduos que resultou na substituição de plásticos descartáveis por alternativas reutilizáveis e compostáveis, e a distribuição de copos reutilizáveis aos participantes, entre outras ações. Como resultado, foi possível encaminhar 3.089 kg de resíduos orgânicos para compostagem e 419 kg de materiais para reciclagem. Do total de 3.585 kg de resíduos gerados, o evento atingiu uma taxa de desvio de aterro de 97,9%, o que significa que quase a totalidade do resíduo foi destinada adequadamente.

Além disso, materiais de montagem como lonas, tecidos e madeira foram doados para reutilização ou transformados em cavaco, e a parceria com a cooperativa de catadores Acobraz gerou impacto social e econômico local.

A 5ª CNMA também realizou um inventário detalhado de suas emissões, considerando fatores como deslocamento dos participantes, consumo de água e energia, e geração de resíduos. O total calculado foi de 505 toneladas de CO₂. Em cumprimento ao seu compromisso, a 5ª CNMA garantiu a neutralização de 100% dessas emissões por meio da aquisição de créditos de carbono certificados pela ONU, assegurando o status de evento carbono neutro.

O evento também buscou adotar uma gestão transparente, evidenciada pela publicação detalhada dos resultados em relatórios. Um agente especializado monitorou continuamente o processo de gestão de resíduos, desde a coleta até a destinação. A quantificação precisa das emissões e a comprovação de sua neutralização, juntamente com a visibilidade de todas as ações de sustentabilidade, reforçaram o compromisso da etapa nacional com a sustentabilidade.





PROPOSTAS FINAIS

As propostas finais, que configuram a Resolução da 5ª CNMA, representam o produto mais tangível e significativo de um processo participativo de meses, que envolveu milhares de cidadãos e cidadãos em todo o território nacional. Elas são a síntese de um vasto debate, de uma complexa sistematização e de um rigoroso processo de priorização, culminando na manifestação da vontade popular para a construção de uma agenda nacional de enfrentamento à emergência climática e promoção da transformação ecológica.

Na Plenária Final da Etapa Nacional, a arena de deliberação da 5ª CNMA, um conjunto de 104 propostas foi apresentado aos delegados e delegadas para a priorização final. Este conjunto representava as contribuições que já haviam passado por um processo de sistematização nas etapas locais e estaduais, e que haviam sido votadas e escolhidas dentro de cada um dos cinco eixos temáticos. A dinâmica das Plenárias permitiu que os delegados e delegadas exercessem seu poder decisório, selecionando as propostas que consideravam mais urgentes, relevantes e com maior potencial de impacto. Na Plenária Final, cada delegado e delegada, independentemente do eixo temático que tinha debatido, teve a oportunidade de votar nas 10 propostas que considerava as mais relevantes dentre as 104 que já haviam sido priorizadas. A escolha não estava restrita ao seu eixo de origem, o que fomentou uma visão sistêmica e a busca por propostas de abrangência nacional.

O resultado dessa votação democrática e maciça foi a definição de um conjunto final de propostas que representam a voz majoritária da Conferência. As propostas foram ordenadas estritamente pelo número de votos recebidos, refletindo o consenso alcançado.

A proposta que emergiu como a mais votada, recebendo um total de 352 votos, foi a que buscava “Garantir a destinação de no mínimo 5% do orçamento dos entes da Federação (União, Estados e Municípios), em face da emergência climática, para implementação da Política Nacional do Meio Ambiente, com ênfase nas ações de gestão, fiscalização, restauração florestal e educação ambiental e climática.” Essa prioridade reflete uma clara demanda da sociedade por recursos financeiros adequados e vinculados à pauta ambiental, reconhecendo o investimento como base para qualquer ação efetiva. Veja, a seguir, a lista final de propostas da 5ª CNMA conforme a priorização realizadas pelas delegadas e delegados participantes:



Eixo I

Mitigação

Mitigação é sobre diminuir os danos que causamos ao meio ambiente. No caso da emergência climática, isso significa adotar ações e estratégias para reduzir ou limitar a emissão de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, que são os principais responsáveis pelo aquecimento global.

Por que isso é importante?

A mitigação é crucial porque age diretamente sobre a emissão de gases de efeito estufa. Reduzir essas emissões é essencial para limitar o aumento da temperatura global e evitar os impactos mais severos das mudanças climáticas, como eventos climáticos extremos, elevação do nível do mar e perda de biodiversidade.

Sem esforços significativos de mitigação, não é possível alcançar as metas estabelecidas no Acordo de Paris e manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C ou 2°C. Além disso, a mitigação pode trazer outros benefícios, como a melhoria da qualidade do ar, a criação de empregos verdes e a redução da dependência de combustíveis fósseis.



Propostas

- » Fomentar a agricultura sustentável e regenerativa em todo o país, priorizando a agricultura familiar e a regularização fundiária, por meio de sistemas agroflorestais, práticas agroecológicas, uso de adubo orgânico e bioenergia, recuperação de áreas degradadas, com foco em apicultura e meliponicultura, e manejo integrado nos territórios.
- » Fomentar políticas públicas, com o fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, visando melhorar a qualidade das bacias, tendo as sub-bacias como unidade territorial, promovendo a limpeza e despoluição dos rios.
- » Implementar e ampliar áreas verdes no planejamento urbano com espécies nativas adequadas, criação de parques, corredores verdes, jardins de chuva e pavimentos permeáveis, fomentando parcerias e mecanismos financeiros para esse fim, incluindo revitalização das áreas degradadas com participação comunitária e soluções baseadas na natureza com foco na redução de ilhas de calor urbano (ICU)
- » Estruturar e fomentar as cadeias produtivas para a restauração dos biomas, articulando o poder público, setor privado e comunidades por meio do incentivo a coleta de sementes, criar viveiros de mudas, plantio com sistemas de agrovilas com pagamentos por serviços ambientais e incentivos fiscais para serem utilizados no reflorestamento e em áreas verdes urbanas
- » Implantar Cidades Esponja nos Planos Diretores de Drenagem, com foco na garantia da segurança hídrica e participação comunitária.
- » Diversificar os modais para transporte de carga e mobilidade urbana coletiva, baseado em combustíveis renováveis por meio de criação de políticas públicas para volta do trem de passageiros, estimulando a mobilidade ativa e acessível universal, integrando os diversos modais rumo à tarifa zero, criando as rotas num único aplicativo e orientando os municípios à luz do Plano de Mobilidade Nacional.
- » Fortalecer em nível nacional o sistema integrado de gestão de resíduos sólidos, fortalecendo a redução, reutilização e reciclagem (com metas para indústria e municípios), coleta seletiva inclusiva em todo território nacional e destinação adequada para aterros com incentivo de produção de biogás.
- » Regular e fomentar a pesquisa e o uso sustentável da Cannabis, e outras espécies e micro-organismos nativos para fins terapêuticos, nutricionais e industriais, promovendo a economia regenerativa e a conservação da agrobiodiversidade.
- » Criar instrumentos efetivos para implementar políticas de Pagamento por Serviços Ambientais e por Serviços Ecosistêmicos, tais como créditos de carbono, turismo sustentável de base comunitária, garantindo dotação orçamentária, conservação de florestas e vegetação nativa, valorização da agricultura familiar, agroecologia, recuperação ambiental, produção consciente de alimentos e práticas regenerativas.



» Criar linha de crédito em todo o país para a produção agroecológica e o agroextrativismo sustentável, com apoio técnico, financeiro e de mercado, priorizando a recuperação e a conservação ambiental, a valorização de sementes crioulas, a agricultura familiar e tradicional, e a promoção da resiliência e mitigação dos impactos das mudanças climáticas no setor agropecuário.

» Fomentar a agricultura sustentável, prioritariamente criando e aprimorando linhas de crédito, em nível nacional, investindo em tecnologias mitigadoras e adaptadas, e apoiando a transição para produção agroecológica com menor impacto ambiental, por meio de práticas como plantio direto, rotação de culturas e agricultura orgânica, a partir do aumento de capacitação e suporte técnico continuados aos produtores.

» Subsidiar e difundir tecnologias limpas e sustentáveis, soluções baseadas na natureza, energias renováveis e saneamento para comunidades vulneráveis, incentivando o aproveitamento de biomassa e biogás para mitigar impactos emissões de GEE, gerar renda e valorizar saberes tradicionais, populares e inovações sociais.

» Fortalecer a inclusão dos catadores na gestão de resíduos, com capacitação e infraestrutura, por intermédio de parcerias públicas privadas com os catadores.

» Combater as queimadas e o desmatamento por meio da conscientização da população, da criação de projetos queimadas zero e de legislação que restrinja o uso do fogo nas práticas agrícolas, fortalecendo as instituições de fiscalização e combate às queimadas e ao desmatamento nos municípios.

» Implementar um plano nacional de construção sustentável para que empreendimentos adotem energias renováveis, materiais ecológicos e técnicas de eficiência energética e hídrica, com incentivos fiscais e parcerias público-privadas fomentando a pesquisa e inovação, priorizando o uso de insumos sustentáveis nacionais, redução de emissões, gestão de resíduos e inclusão de comunidades tradicionais.

» Definir mecanismos de financiamento federal diretamente aos municípios, via fundos ambientais locais, destinados obrigatoriamente à recuperação de áreas degradadas, nascentes e mananciais, com foco em restauro ecológico produtivo, recarga de aquíferos, compostagem e reciclagem comunitária, garantindo transparência na aplicação e participação social no planejamento.

» Fomentar a implantação de sistemas de energia solar em telhados e áreas de agricultores familiares além da adoção em prédios públicos e propriedades rurais promovendo renda, eficiência energética e alinhamento às metas climáticas.

» Promover a bioeconomia e a geração de renda com desenvolvimento de produtos oriundos da sociobiodiversidade e agroecologia, valorizando os saberes populares por meio de suporte e apoio à formação de novos negócios com incubadoras e aceleradoras.

» Ajustar a lei do Fundo de participação dos municípios de modo a vinculá-los à comprovação pelos municípios de ações de mitigação.



Eixo II

Adaptação e Preparação para Desastres

Adaptação é se ajustar às mudanças climáticas que já estão acontecendo. Isso inclui a construção de infraestrutura resiliente, a diversificação de práticas agrícolas, a gestão de recursos hídricos e a proteção de ecossistemas vulneráveis.

A preparação para desastres, por sua vez, envolve o desenvolvimento de estratégias e planos para responder eficazmente a eventos climáticos extremos, como inundações, secas, tempestades e ondas de calor.

Por que isso é importante?

Mesmo com esforços de mitigação, alguns impactos das mudanças climáticas são inevitáveis. A adaptação é essencial para reduzir a vulnerabilidade das comunidades e ecossistemas a esses impactos. Preparar-se para desastres climáticos pode salvar vidas, proteger infraestruturas e reduzir os custos associados a eventos climáticos extremos.

A adaptação e a preparação aumentam a resiliência das sociedades, permitindo que elas se recuperem mais rapidamente e com menos danos. Além disso, a adaptação pode garantir que as comunidades estejam melhor equipadas para enfrentar os desafios climáticos em geral.

Propostas

Fortalecer as brigadas florestais, por meio da criação de um Sistema Nacional de Brigadas populares, voluntárias, independentes e comunitários com brigadistas formados e capacitados permanentemente em prevenção, combate a incêndios, garantindo recursos orçamentários e atuação contínua, através de parcerias municipais, estaduais, federais e setor privado.

Implementar planos de macro e micro drenagem sustentável, a partir de infraestruturas verdes e azuis, como soluções baseadas na natureza, cidades esponja, contemplando dispositivos como jardins de chuva, espaços verdes, calçadas ecológicas, telhados verdes, bacias de infiltração, entre outros.

Criar fundos tripartites de emergência climática em todas as esferas de governo com mecanismo de controle social das comunidades sujeitas a impacto (priorizando os PI-PCTs) para fins de prevenção, preparação, resposta imediata e recuperação pós-desastres com recursos oriundos de financiamentos internacionais, orçamentos públicos e de empreendimentos causadores de impactos, para seres humanos e não humanos.

- » Revisar o Estatuto da Cidade para adequá-lo à realidade climática, integrando leis ambientais ao planejamento urbano, combatendo a especulação imobiliária, gentrificação e expansão desordenada, garantindo moradia popular em áreas consolidadas e promovendo planos de arborização e zoneamento ecológico-econômico, com apoio técnico e financeiro do Governo Federal aos municípios.
- » Integrar os Planos de Mudanças Climáticas aos de Habitação e de Risco, exigindo sua elaboração até 2035 para acesso a recursos, com foco em justiça climática, infraestrutura adaptativa, soluções baseadas na natureza, moradias em áreas elevadas ou adaptadas a cheias, instrumentos econômicos, mapeamento de riscos, realocação de famílias e requalificação de áreas desocupadas.
- » Estabelecer e executar planos de recuperação e/ou conservação dos recursos hídricos em nascentes, áreas alagadas, áreas de recarga e reflorestamento de matas ciliares, promover o desassoreamento e acesso sustentável a água, combate à poluição e, ampliando o saneamento com fossas sépticas e sistemas de fiscalização com participação social.
- » Realizar mapeamento participativo de riscos ambientais e climáticos em territórios quilombolas, favelas, dos povos originários e comunidades urbanas e tradicionais com consulta livre, prévia e informada, priorizando territórios vulnerabilizados, lideranças femininas e destinação de recursos para prevenção, permanência e segurança, com financiamento para equipamentos e treinamentos comunitários.
- » Mapear continuamente áreas de risco climático e ambiental, articulando governos e comunidades, com sinalização, sistemas de alarme, planos de emergência, controle urbano, rede de monitoramento com dados públicos, aplicativo acessível à comunidade e profissionais, protocolos estruturados e capacitação técnica.
- » Adotar políticas que limitem a expansão urbana de maneira desordenada, expansões portuárias e imobiliárias, além de promover a urbanização com base em soluções baseadas na natureza como a cidade-esponja, com a adoção de critérios como pavimentos de revestimentos porosos, tetos-verdes, jardins de chuvas, valas de infiltração e bueiros ecológicos.
- » Criar Programa Nacional de Brigadistas e Agentes Comunitários de Emergência Climática, remunerado e equipado com tecnologias locais, capacitando-os para prevenção de desastres, denúncia de irregularidades ambientais e resposta a emergências, integrado com sistemas de alerta precoce e ações específicas em regiões críticas.
- » Recalcular e adequar os sistemas de extravasamento de águas pluviais das barragens de rejeitos de mineração e seus taludes aos eventos extremos de chuvas e às erosividades, considerando a não estacionariedade e cenários futuros de mudança do clima e disponibilizar os critérios, projetos, cálculos e informações de fiscalização e monitoramento em tempo real e de forma irrestrita para a sociedade.



-  Fomentar a recuperação de Áreas Protegidas e ecossistemas degradados com soluções baseadas na natureza, sistemas agroflorestais, drenagem, viveiros florestais de espécies nativas, corredores ecológicos e áreas verdes, priorizando territórios vulneráveis e fornecendo assistência técnica.
-  Implementar e garantir mecanismos de execução da PNAU (Política Nacional de Arborização Urbana), nos processos de revisão dos planos diretores municipais, incentivando a criação de corredores ecológicos, florestas urbanas, priorizando e fomentando a justiça climática.
-  Fortalecer defesas civis com ampliação de efetivos, capacitação, desenvolvimento de metodologias, modernização de equipamentos e sistemas de alertas, implementando núcleos comunitários, brigadas e planos de contingência, priorizando regiões vulneráveis, estruturando secretarias e fortalecendo o programa educativo da defesa civil nas escolas.
-  Implantar e aperfeiçoar o programa nacional de prevenção e combate a incêndios com planos de manejo Integrado do fogo (PMIF) que respeitem o uso tradicional por comunidades, articulados a sistemas de monitoramento, brigadas fortalecidas, campanhas de sensibilização da população, canais ágeis de resposta, suporte técnico e sanções progressivas aos responsáveis, conforme a Lei nº 14.944/2024.
-  Implementar incentivos fiscais (tais como IPTU verde, pagamentos por serviços ambientais, entre outros), fomentando a adoção de infraestruturas verdes em áreas urbanas e rurais, visando aumentar a resiliência aos eventos extremos climáticos.
-  Desenvolver e promover tecnologias para recuperação e proteção de fontes de água naturais, barragens convencionais e subterrâneas, reservatórios, adutoras, e poços artesianos com dessalinizadores, quando necessário, além de tecnologias sociais para captação e armazenamento da água da chuva, como cisternas de primeira e segunda água para garantir a segurança hídrica em zonas rurais e urbanas.
-  Fomentar políticas de resposta imediata por meio do sistema nacional de alerta precoce, com elaboração participativa de planos de gestão territorial resilientes, mapeamento de risco, comunicação acessível, infraestrutura urbana adaptada, evacuação emergencial com abrigos definidos e prioridade a grupos socialmente vulneráveis.
-  Fortalecer políticas públicas de convivência com as secas e combate a incêndios florestais, com efetivação das leis ambientais, punições a incêndios criminosos, ampliação da fiscalização em áreas de reserva e ações preventivas com envolvimento comunitário e agentes públicos para proteção dos biomas.
-  Implantar unidades locais de monitoramento climático em áreas urbanas e rurais, com estações meteorológicas e centros de análise de risco, elaborando planos de gestão e contingência com participação das comunidades e foco em áreas de vulnerabilidade socioambiental, garantindo acessibilidade às pessoas com deficiência.



Eixo III

Justiça Climática

Justiça climática é um conceito que reconhece que as mudanças climáticas têm impactos desiguais sobre diferentes populações, com os mais vulneráveis frequentemente sofrendo os maiores danos. Envolve também a promoção de políticas e ações que garantam que todos, especialmente as comunidades em situação de vulnerabilidade, tenham acesso equitativo aos benefícios da ação climática e sejam protegidos dos impactos adversos.

Por que isso é importante?

A justiça climática é fundamental para garantir que as respostas às mudanças climáticas sejam equitativas e inclusivas. Sem ela, as ações climáticas podem exacerbar desigualdades existentes, deixando as populações mais vulneráveis ainda mais expostas aos riscos climáticos.

Promover a justiça climática ajuda a construir coesão social e apoio público para políticas climáticas, garantindo que ninguém seja deixado para trás na transição para um futuro sustentável. Além disso, a justiça climática pode fortalecer a resiliência das comunidades, promovendo a equidade e a solidariedade em face dos desafios climáticos.

Propostas

- » Implementar gestão integrada de resíduos sólidos com economia circular, fortalecendo cooperativas e associações de catadores, logística reversa e compostagem. Criar ecopontos, biodigestores e centrais de reciclagem, com catadores remunerados, banir plásticos de uso único e promover embalagens retornáveis. Incentivar inovação em materiais recicláveis, capacitar setores para práticas sustentáveis e garantir fiscalização eficiente.
- » Fortalecer políticas de apoio à agricultura familiar agroecológica com utilização de sementes crioulas na formação de estoques públicos, garantindo créditos subsidiados coerentes com diferentes realidades, assegurando assessoria técnica e Reforma Agrária Popular, com foco no cooperativismo, soberania alimentar, resiliência climática e geração de renda, reduzindo desmatamento e uso de agrotóxico.
- » Implantar e fomentar a coleta seletiva de forma sistêmica, tendo como metas: fortalecer associações e cooperativas de catadores, incentivar a separação primária nas fontes geradoras, modernizar o sistema de coleta, implementar ecopontos e garantir os direitos e reconhecer a classe dos trabalhadores do setor.
- » Implementar projetos de turismo ecológico e turismo sustentável de base comunitária que promovam a cultura e biodiversidade local, sobretudo em regiões onde existem Unidades de Conservação, visando a geração de emprego, renda local e empoderamento de seus habitantes.

- » Priorizar, com recursos provenientes das três esferas de governo, o cuidado dos territórios de mananciais, fiscalizando as atividades que possam estar alterando a qualidade da água que é considerada pela soberania e segurança alimentar, alimento de primeira necessidade.
- » Implementar políticas de infraestrutura verde urbana com criação e manutenção de parques lineares, corredores verdes, agricultura urbana, ciclovias, plano estratégico de arborização com espécies nativas, mitigação de ilhas de calor, mapeamento de áreas públicas para renaturalização, promoção de educação ambiental e garantia de acesso da população a espaços verdes - Soluções baseadas na Natureza.
- » Reduzir o uso de agrotóxicos com legislação e fiscalização rigorosa, proibição da pulverização aérea e inclusão de informações na rotulagem dos alimentos, incentivo aos bioinsumos on farm, ATER, promoção da agroecologia com incentivos fiscais, alimentação saudável, proteção às sementes crioulas e práticas regenerativas, certificação participativa, integrando à educação ambiental.
- » Erradicar lixões em todo o país, com recuperação das áreas degradadas, universalizando a coleta seletiva com catadores remunerados e implantando infraestrutura para tratamento e reciclagem de resíduos, com planos de financiamento e para assegurar a segurança do trabalho e saúde integral dos catadores e catadoras
- » Investir em pesquisa e desenvolvimento visando a transformação ecológica, como energias limpas, alternativas vegetais, incluindo a cannabis, como alternativa ao plástico, bioeconomia, fitorremediação de áreas degradadas e descarbonização, fazendo o uso de tecnologias inovadoras e inteligência artificial, com integração em planos setoriais para uma transição ecológica justa.
- » Regular a Lei 14.119/2021 (Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais), até 2026, para promover a conservação e restauração da biodiversidade de forma integrada com o desenvolvimento econômico, garantindo a manutenção dos ecossistemas naturais a partir de investimentos e políticas públicas que reconheçam o benefício socioambiental e econômico da conservação da natureza e seus serviços ecossistêmicos.
- » Promover a agroecologia e produção orgânica, garantindo a implementação e integração de políticas públicas fortalecendo a organização social e produtiva, com foco na biodiversidade, SAN, inclusão social, farmácia verde, cannabis medicinal e industrial, agroindústria familiar e economia circular, PSA, acesso a crédito e mercados justos para agricultura familiar e comunidades tradicionais
- » Implementar programa de transição agroecológica para agricultores familiares, substituindo a pecuária convencional pela de baixo impacto com incentivos fiscais, crédito subsidiado, pagamento por serviços ambientais, apoio técnico, utilização de resíduos, visando reduzir as emissões do setor agropecuário e alcançar a neutralidade climática, priorizando justiça social e soberania alimentar.
- » Assegurar incentivos fiscais (municipais, estaduais e federais), para a promoção de ações com justiça climática da infraestrutura urbana e rural, por meio de soluções baseadas na natureza e de circularidade, planejamento habitacional, saneamento, revitalização urbana e criação de parques ecológicos, estradas e rodovias (incluindo asfaltamento ecológico), além da taxa de grandes emissores.
- » Fortalecer a reciclagem como eixo central dos sistemas de gestão integrada



de resíduos, com esforços municipais conjuntos com a inclusão dos catadores via associações ou cooperativas remuneradas, com incentivos fiscais para implantação de usinas de reciclagem, compostagem e biodigestores, transformando resíduos em matéria prima com foco em lixo zero e geração de renda

» Estabelecer editais para fomentar o uso de áreas urbanas ociosas em projetos de agroecologia integrados à economia solidária, promovendo hortas periurbanas e comunitárias, bosques e reflorestamento, compostagem, cozinhas e feiras agroecológicas, fortalecendo a biodiversidade, a segurança alimentar, a geração de renda e a inclusão de comunidades marginalizadas na transformação ecológica.

» Fortalecer os Planos de Recuperação de APPs a partir das diretrizes do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação nativa, incluindo a participação de povos e comunidades tradicionais com a restauração e recuperação de nascentes, criação de corredores ecológicos, sem uso de agrotóxicos no processo, e com reconhecimento das especificidades de cada bioma, com vistas à aprovação do PLC 120/2024.

» Implementar e estruturar usinas de compostagem municipais, capacitando cooperativas e associações para fazer seu gerenciamento, fortalecendo a economia solidária gerando emprego e renda.

» Implementar e fortalecer programas de Assistência Técnica e Extensão Rural agroecológica continuada para agricultores familiares, povos originários e comunidades tradicionais, garantindo o fomento produtivo e a redução de agrotóxicos com aumento de impostos para esses produtos, além de programas de capacitação agroecológica.

» Viabilizar a agroecologia com acesso desburocratizado a crédito, assistência técnica e mercados para agricultores familiares, povos originários e comunidades tradicionais, incentivando sistemas agroecológicos e reduzindo agrotóxicos, com proibição nas áreas circunvizinhas, através de políticas públicas integradas, e com prioridades para práticas que promovam segurança hídrica, alimentar e climática.

» Instituir um Projeto Nacional de bolsa de resíduos e simbiose industrial com foco na economia circular em parques industriais (incluindo cooperativas, associações de catadores de materiais recicláveis), fomentando plataformas colaborativas, incentivando o reaproveitamento de resíduos e materiais reciclados para inovação socioambiental, com investimento de fundos ou incentivo fiscal.

» Criar um programa de bioeconomia por biomas que reúna sistemas produtivos agroecológicos rurais, urbanos e periurbanos, fortalecendo cadeias da sociobiodiversidade, conectando agricultores, povos originários e comunidades tradicionais a mercados via plataforma digital, gerando renda e soberania alimentar e energética.

» Fomentar o bioenvolvimento rural, periurbano e urbano com políticas que fortaleçam o cooperativismo, a regularização fundiária e transição agroecológica para a regeneração de áreas degradadas em bacias hidrográficas, contribuindo para a sucessão familiar no campo e ampliando o acesso a crédito subsidiado para a agricultura familiar de base agroecológica.



Eixo IV

Transformação Ecológica

A transformação ecológica refere-se a mudanças profundas e sistêmicas em nossas economias e sociedades para promover o desenvolvimento sustentável de fato. Isso inclui a transição para uma economia circular, a conservação e restauração de ecossistemas, a promoção de práticas agrícolas regenerativas e a integração de princípios ecológicos em todas as áreas de desenvolvimento.

Por que isso é importante?

A transformação ecológica é necessária para abordar as causas das mudanças climáticas e da degradação ambiental. Mudanças incrementais não serão suficientes para enfrentar a magnitude da crise climática; são necessárias mudanças sistêmicas que reestruturem a forma como produzimos, consumimos e interagimos com o meio ambiente.

Isso ajudará a criar sociedades mais sustentáveis e resilientes, capazes de prosperar dentro dos limites planetários. Além disso, a transformação ecológica pode gerar novas oportunidades econômicas, promover a justiça social e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Propostas

- ▶▶ Criar o Programa Nacional de Justiça Climática que promova ações equitativas de adaptação e mitigação, garantindo segurança alimentar, habitação sustentável e soluções baseadas na natureza, especialmente para populações vulnerabilizadas, incluindo fundos municipais de emergência, proteção a defensores de direitos humanos e ambientalistas e apoio psicossocial, assegurando ampla participação social.
- ▶▶ Implementar, através da lei, taxaço progressiva sobre grandes fortunas, para financiar políticas climáticas, promovendo adaptação, segurança alimentar e redução de desigualdades em comunidades vulnerabilizadas, com foco na preservação ambiental e em projetos de reabilitação dos animais.
- ▶▶ Construir plano nacional de regularização fundiária e gestão socioambiental de territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais comunidades tradicionais e periféricas junto a um amplo sistema de áreas protegidas acelerando demarcação e homologação de territórios indígenas, titulação de territórios quilombolas, fiscalização e proteção contra crimes ambientais, e valorização do conhecimento ancestral.



» Criar um sistema nacional de fundos climáticos federal, estadual, distrital e municipal, com governança participativa e deliberativa, para reparação de comunidades vulneráveis e afetadas, projetos de adaptação e preservação de áreas naturais, com foco em povos tradicionais, comunidades indígenas, catadores, vilas e favelas, organizações que trabalham na reabilitação e proteção de animais.

» Garantir, nos licenciamentos ambientais, a consulta prévia, livre e informada e deliberativa, de povos e comunidades tradicionais e demais populações afetadas, em seus territórios, vinculando a aprovação de todas as etapas, com geração de trabalho e renda e formação profissional inclusiva e permanente, para reduzir impactos sociais, ambientais, culturais e violações de direitos humanos.

» Valorizar os saberes e práticas socioambientais na adaptação climática e na produção sustentável dos povos indígenas, quilombolas, de terreiro e dos povos e comunidades tradicionais, assegurando a criação de política pública de Estado no enfrentamento das emergências climáticas com recursos do orçamento da União.

» Reconhecer e fortalecer as cooperativas, associações de catadores e catadores individuais de reciclagem, com contratação e remuneração justa pela coleta seletiva, triagem e educação ambiental, garantindo sua estrutura com tecnologias sustentáveis, reuso de água e energia renovável e criação de política nacional que valorize seus saberes, trabalho e papel estratégico na justiça climática.

» Criar Fundo de Compensação Climática financiado por taxas de grandes empreendimentos, que causem impactos socioambientais, com gestão participativa, para financiamento e gestão de projetos de educação ambiental e adaptação, como infraestrutura resiliente, segurança alimentar e eficiência energética, e apoio direto a comunidades impactadas por eventos extremos, priorizando territórios vulnerabilizados.

» Implantar poços artesianos e reservatórios, garantindo mecanismos de tratamento de água, e funcionando à base de energia solar, em comunidades isoladas e ribeirinhas, com gestão participativa, possibilitando o acesso pleno e universal à água potável.

» Promover a agricultura familiar com apoio financeiro, editais, isenções e tecnologias sociais, incentivando agroindústrias sustentáveis, hortas comunitárias, feiras locais e o consumo de produtos regionais, garantindo acesso à água potável, ATER, recuperação de áreas degradadas, permanência das famílias no campo e fortalecimento da autonomia.

» Promover justiça social climática com políticas públicas integradas que assegurem recursos, demarcação, direitos territoriais, participação ativa e proteção de povos indígenas, quilombolas, de terreiro e dos povos e comunidades tradicionais, com valorização de seus saberes, gestão hídrica, agroecologia, economia solidária, energias renováveis, recuperação ambiental e mapeamento dos impactos ambientais.



- » Garantir o direito à moradia digna, reforçando o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o programa Minha Casa Minha Vida, utilizando instrumentos de aplicação da função social da propriedade, a fim de que esses projetos tenham sustentabilidade e mitiguem o impacto dos extremos climáticos.
- » Assegurar a regularização fundiária em territórios envolvendo povos e comunidades tradicionais e periféricas e a regularização fundiária urbana e rural de interesse social (REURB's) em territórios, com participação popular assegurando o direito à cidade por meio da criação de Zonas Especiais de Interesse Social, o direito à natureza e reduzindo o risco em regiões críticas.
- » Estimular a criação e o desenvolvimento de cooperativas populares de trabalho com Cannabis sativa L./maconha e cânhamo em todo o território nacional para fins medicinais, nos empreendimentos autorizados após avaliação de impacto do cultivo dessa espécie exótica de rápido crescimento e pouco espaçamento, como forma de geração de renda, inclusão social e desenvolvimento econômico sustentável.
- » Implementar uma política nacional de justiça climática, fortalecendo o papel da sociedade civil, juventude e mulheres, através do acesso à informação e espaços decisórios sobre a emergência climática e da formação de agentes transformadores locais para a participação ativa na transformação ecológica e promoção de justiça socioambiental.
- » Oferecer qualificações técnicas às juventudes e juventudes estendidas periféricas, negras, LGBTQIAP+, PCDs e de PCTs para prevenção e resposta a desastres ambientais, tecnológicos e as injustiças climáticas, fortalecendo a autonomia, a organização política e a resiliência das comunidades para proteção da vida.
- » Destinar recursos para promover ações de reparação socioambiental, inclusão social e geração de renda, com capacitação de grupos vulnerabilizados, com uso sustentável da cannabis para recuperação de solos, incentivo à economia solidaria e promover estudos sobre racismo ambiental.
- » Garantir a participação ativa de povos indígenas, quilombolas, de terreiro e dos povos e comunidades tradicionais na governança climática, assegurando consulta prévia, livre e informada, com instância governamental para acolhimento de denúncias e proteção de ativistas socioambientais e pequenos produtores.
- » Assegurar territórios livres de agrotóxicos, com assistência técnica e extensão rural, melhoria da qualidade de vida e o bem viver, reduzindo o êxodo rural e promovendo a diversidade produtiva nas comunidades.
- » Impulsionar a agroecologia, a pesca artesanal, a agricultura familiar e urbana, e as culturas tradicionais e originárias, através do apoio institucional, com infraestrutura produtiva, promovendo escoamento da produção, acesso a fundos ambientais e reforçar a implementação de leis que garantam seus direitos.
- » Instalar bebedouros públicos com água potável e fontes de água tratada no centro das cidades, comunidades, favelas, periferias e zonas rurais para garantir o direito à água à população, e enfrentar o desconforto térmico principalmente das populações vulnerabilizadas.



Eixo V

Governança e Educação Ambiental

Governança ambiental refere-se aos processos e instituições através dos quais decisões sobre o meio ambiente são tomadas e implementadas. Isso inclui a criação de políticas, leis e regulamentos, bem como a coordenação entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade. Educação ambiental envolve a conscientização das pessoas sobre questões ambientais e climáticas, promovendo comportamentos mais sustentáveis e informados.

Por que isso é importante?

Uma governança eficaz é essencial para coordenar e implementar ações climáticas em todos os níveis, desde o local até o global. Sem uma governança robusta, as políticas climáticas podem ser ineficazes ou mal executadas. A educação ambiental é crucial para engajar a sociedade na ação climática, promovendo uma compreensão mais profunda dos desafios e das soluções.

Pessoas bem informadas são mais propensas a apoiar e participar de iniciativas climáticas, tornando a transição para um futuro sustentável mais viável e inclusiva. Além disso, a educação ambiental pode ajudar as pessoas a adotarem comportamentos mais sustentáveis e a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades.



Propostas

- Garantir a destinação de no mínimo 5% do orçamento dos entes da Federação (União, Estados e Municípios), em face da emergência climática, para implementação da Política Nacional do Meio Ambiente, com ênfase nas ações de gestão, fiscalização, restauração florestal e educação ambiental e climática.
- Implementar a educação ambiental decolonial crítica e transformadora como prática integrada, contínua e permanente em todos níveis e modalidades de ensino, de forma inter e transdisciplinar e conectada aos territórios, integrada a temas como historicidade, justiça social e climática, racismo ambiental, saberes tradicionais, mitigação, adaptação, consumo consciente, cultura oceânica e saúde única.
- Criar política nacional sobre os direitos dos animais, incluindo a proteção em desastres climáticos, prevendo a instituição de conselho específico paritário e fundo com dotação própria voltado para resgate, reabilitação, formação de equipes especializadas e apoio a instituições públicas e privadas envolvidas no manejo ético destes animais.
- Fortalecer os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) garantindo autonomia técnico-administrativa, recursos humanos e financeiros adequados, e enquadramento das carreiras ambientais como típicas de Estado, assegurando a execução das políticas públicas socioambientais, realizando concursos públicos, valorizando servidores ambientais nas três esferas de governo.
- Instituir um sistema nacional de financiamento permanente para educação ambiental destinado às organizações da sociedade civil e órgãos públicos, para projetos comunitários e educacionais, priorizando as ações alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável e ações de adaptação climática, assegurando a participação social na gestão.
- Fortalecer cooperativas e associações de catadores através de programas que garantam desoneração e isenção fiscal, acesso a recursos financeiros provenientes dos governos federal, estadual e municipal, melhoria da infraestrutura, acesso à logística reversa e à compostagem, além do pagamento por serviços ambientais prestados, promovendo condições dignas de trabalho e a redução dos impactos ambientais.
- Garantir a obrigatoriedade da criação de Política Municipal de Emergência Climática em todos os municípios, com criação de fundo municipal próprio e previsão de recursos no PPA.
- Estabelecer políticas restritivas de importação e exportação de animais vivos, reduzindo isenções fiscais e aumentando impostos e fiscalização, que sejam direcionados a um fundo voltado à proteção com a finalidade de desestimular essa atividade e proteger a biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas.
- Implementar e fortalecer a EA de forma obrigatória em todos os níveis de ensino e espaços educativos formais e não formais, com transversalidade e abordagem prática, participação popular, recursos adequados, formação continuada de profissionais, valorização de saberes ancestrais e planos, programas e projetos de EA nos municípios, alinhados com a PNEA e aos ODS, criando mecanismos de controle.
- Fortalecer a educação ambiental e a governança territorial por meio da criação de programas nacionais de agentes comunitários de educação ambiental, promovendo práticas sustentáveis, mobilização social e garantia de direitos trabalhistas.
- Criar comitês com participação paritária entre governo e sociedade civil, com integração de conselhos e instituições voltados a governança ambiental, ampliando a sua transparência e participação popular,

realizando Fóruns de educação ambiental e proteção animal apoio a comunidades tradicionais e agricultores familiares com destinação de recursos públicos a sua criação e manutenção.

aos ODS, à saúde única e aos planos de adaptação climática, ampliando a participação social, condicionando o acesso aos recursos federais ao cumprimento de metas e aplicando sanções ao caso de descumprimento.

- » Criar e implementar o Programa Nacional de Coleta Seletiva, que integre o fortalecimento de cooperativas e associações de catadores e educação ambiental para engajamento da população, criação de Ponto de Entrega Voluntária (PEV) e sistemas de coleta em áreas isoladas, moeda verde, além de ferramentas tecnológicas, como aplicativos de mapeamento da coleta seletiva.
- » Criar uma rede nacional de monitoramento participativo das águas, baseada na ciência cidadã com foco na resiliência ecológica e prevenção de desastres, integrando: ações emergenciais, sensores de baixo custo, centros de pesquisa, políticas públicas articuladas e dados produzidos por vários órgãos de governo e pesquisa com banco de dados com acesso livre
- » Implementar políticas públicas de educação ambiental e gestão de riscos para povos e comunidades tradicionais, com elaboração participativa de planos de contingência territorializados, capazes de responder efetivamente às ameaças socioambientais e econômicas identificadas em cada região.
- » Regular a implementação e fortalecimento das secretarias municipais ou institutos de meio ambiente, com orçamento próprio, com profissionais com formação ambiental concursados, com conselho gestor deliberativo com participação da sociedade civil, que garanta a fiscalização, proposição de ações mediante projetos e transparência na aplicação de recursos.
- » Aprimorar planejamentos municipais de todo o país, atualizando o Estatuto das Cidades e integrando os planos diretores
- » Garantir Resgatar a obrigatoriedade do Orçamento Participativo, com ênfase nas políticas socioambientais e climáticas por meio da criação de mecanismos participativos nos níveis nacional, estadual e municipal, assegurando recursos para ao enfrentamento da emergência climática, revertendo a lógica da gestão ambiental pública moldada pelo sistema capitalista.
- » Garantir a gestão sustentável de resíduos sólidos com planos integrados, infraestrutura para reciclagem, mapeamento socioambiental, estruturação de redes comerciais, PSA e ed. ambiental. Criar fundo de apoio aos catadores para promover compostagem, PEV, inclusão socioprodutiva de catadores, campanhas educativas e participação social na fiscalização, promovendo gestão sustentável com transparência.
- » Assegurar o acesso multinível de recursos financeiros e políticas do pagamento por serviços ambientais para prestadores de serviços socioambientais urbanos e rurais, priorizando agricultores familiares, pequenos e médios produtores rurais, catadores, favelados e periféricos, comunidades tradicionais e povos originários por meio de incentivos, assistência técnica e educação ambiental.
- » Regular a profissão de gestor ambiental, guarda-parque, agente ambiental indígena e outras profissões correlatas da área ambiental, promovendo a formação continuada e assegurando infraestrutura administrativa e financeira, especialmente em áreas vulneráveis, proteção ambiental e educação das comunidades locais.



Foto: MMA



Foto: MMA

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE, AGRUPAMENTO E PRIORIZAÇÃO

O processo que levou à seleção das propostas finais da 5ª CNMA foi um encadeamento metodológico desenhado para garantir que as contribuições de milhares de pessoas fossem coletadas, analisadas, agrupadas e priorizadas de forma eficaz e representativa. Esta metodologia foi essencial para transformar um vasto volume de informações em uma agenda concisa e significativa.

O percurso das propostas, desde as discussões iniciais até a votação final, seguiu as seguintes etapas:

Sistematização de Propostas Iniciais (Etapas Municipais, Intermunicipais e Livres): Ao todo, 10.794 propostas foram submetidas na plataforma na primeira etapa do processo. As propostas coletadas nas bases territoriais (municipais e intermunicipais) e por meio das iniciativas autônomas da sociedade civil (conferências livres) foram submetidas eletronicamente a partir do cadastro na plataforma Brasil Participativo. Cada proposta recebeu um código único para rastreabilidade. Em seguida, essas propostas foram organizadas por Unidade da Federação de origem e classificadas dentro dos cinco eixos temáticos da Conferência, conforme a indicação dos próprios proponentes.

Sistematização das propostas

estaduais e Conferências Livres: As propostas priorizadas nas Conferências Estaduais, juntamente com aquelas das Conferências Livres que não foram discutidas nas etapas estaduais, foram novamente compiladas em uma base de dados nacional. Este volume inicial de 2.635 propostas passou por um novo processo de refinamento. Elas foram codificadas, reclassificadas nos eixos temáticos (com realocação, se necessário, para garantir a coerência temática), e novamente agrupadas por similaridade. O resultado desse trabalho foram 568 propostas-síntese, já formatadas para o debate nacional, mar um vasto volume de informações em uma agenda concisa e significativa

Priorização nos Grupos de Trabalho (GTs) na Etapa Nacional:

Na etapa nacional, em Brasília, as 568 propostas-síntese foram distribuídas entre os 50 GTs temáticos. Cada GT recebeu um subconjunto de propostas relacionadas ao seu tema. Nesses grupos, os delegados e delegadas participaram de um debate aprofundado, com o objetivo de analisar criticamente, aperfeiçoar a redação (se necessário) e aglutinar propostas semanticamente semelhantes. Ao final das discussões, cada GT realizou uma votação interna para priorizar aproximadamente metade das propostas que haviam sido debatidas. As propostas selecionadas avançaram para as Plenárias por Eixo.

Votação nas Plenárias por Eixo Temático:

As propostas priorizadas nos GTs foram apresentadas nas Plenárias por Eixo. Nesses espaços, os delegados votaram para selecionar 20 propostas dentro de cada um dos cinco eixos temáticos. Dada a dinâmica dos debates e o volume de votos, algumas situações de empate ocorreram, resultando na seleção de um total de 104 propostas, em vez das 100 inicialmente projetadas.

Votação Final na Plenária Geral:

No último estágio do processo de priorização, as 104 propostas já configuradas como as que integram a Resolução da 5ª CNMA foram apresentadas aos delegados e delegadas que, individualmente, votavam nas 10 propostas que consideravam as mais importantes e urgentes para a agenda climática do país, independentemente do eixo temático de origem. O resultado dessa votação definiu a ordem de priorização das propostas da 5ª CNMA, ordenadas pelo número de votos recebidos, refletindo a hierarquia de prioridades da sociedade.



FIGURA 02 - Nuvem de palavra a partir dos textos das 104 propostas priorizadas - Fonte: CDS/UnB

CONSOLIDAÇÃO DAS 10 PROPOSTAS MAIS VOTADAS POR EIXO TEMÁTICO

A distribuição dos votos entre os cinco eixos temáticos no resultado da priorização revelou tendências e preferências importantes, observadas nas 10 votadas mais votadas entre as 104 finais:

Eixo V (Governança e Educação Ambiental):

Recebeu o maior número de votos, com 2.418 indicações (25,7% do total). Esse resultado evidencia uma valorização da participação social, da gestão integrada e da conscientização ambiental como fundamentos indispensáveis para uma ação climática efetiva e duradoura no Brasil. A sociedade percebe a governança e a educação como alicerces para a mudança.

Eixo II (Adaptação e Preparação para Desastres):

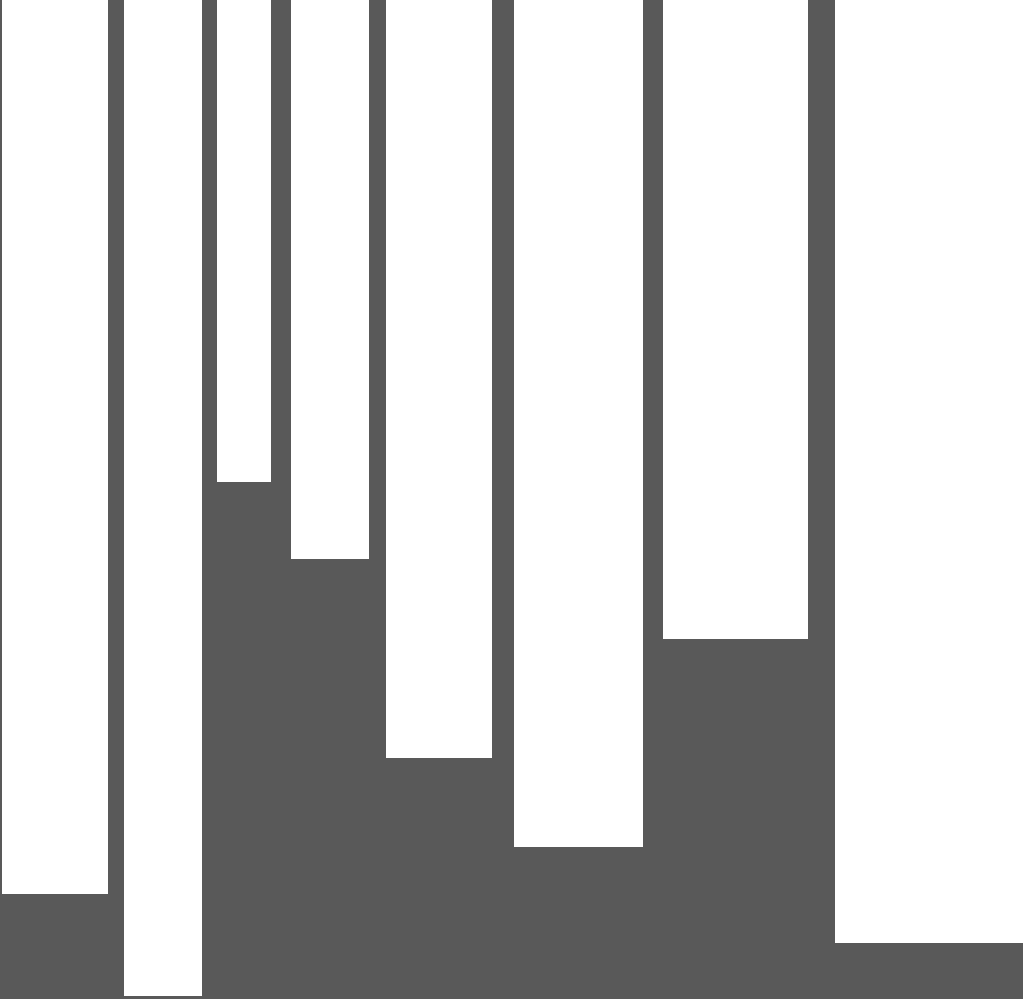
Em contraste, este eixo obteve a menor votação, com 1.496 votos (15,9%). Esse resultado pode indicar uma menor visibilidade pública ou uma compreensão menos aprofundada da urgência e da complexidade das medidas de adaptação frente aos eventos climáticos extremos, que são cada vez mais frequentes e severos. Pode também sinalizar que a temática da adaptação ainda não está tão internalizada na percepção popular quanto outras, como mitigação ou governança.

Demais Eixos (Mitigação, Justiça Climática, Transformação Ecológica):

Apresentaram percentuais próximos entre si, todos acima de 19%, sugerindo que esses temas também são considerados relevantes e prioritários pela sociedade.

De acordo com a equipe do CDS/UnB, a análise da concentração interna de votos nas três propostas mais votadas de cada eixo temático também oferece insights valiosos. O Eixo V apresentou a maior concentração, indicando um consenso mais forte em torno de temas como o financiamento direto de ações climáticas e a inclusão de uma perspectiva decolonial na educação ambiental. O Eixo II também demonstrou uma concentração acentuada, com destaque para a proposta de fortalecimento de brigadas florestais. Já o Eixo IV mostrou a menor concentração, sugerindo uma maior dispersão de prioridades dentro desse tema.

A análise da nuvem de palavras gerada a partir do texto das 104 propostas priorizadas (excluindo termos genéricos como “ambiental” e “nacional”) revelou as prioridades temáticas emergentes. Os termos mais frequentes foram: “comunidades” (citada 33 vezes), “áreas” (28 vezes) e “climática” (24 vezes). Em seguida, palavras como “planos”, “implementar”, “tradicionais” e “políticas” apareceram com 20 ocorrências cada, e “gestão”, “participação” e “social” com 19 ocorrências. Essa nuvem de palavras por eixo temático também demonstrou as prioridades internas de cada um, como a predominância de “educação” no Eixo V, e “comunidades” e “povos” no Eixo III.



AVALIAÇÃO

Este capítulo se dedica a aprofundar os desafios enfrentados, as soluções adotadas e os aprendizados trazidos do processo de construção e realização da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), tanto em nível institucional quanto comunitário. O objetivo é fornecer uma análise abrangente que permita compreender o sucesso da Conferência, suas lacunas e as lições valiosas que servirão de base para o aprimoramento de iniciativas futuras.

Um dos pontos centrais do processo avaliativo da 5ª CNMA foi a escuta direta dos participantes da etapa nacional, realizada em Brasília entre os dias 6 e 9 de maio de 2025. O formulário de avaliação, respondido por 290 pessoas entre delegados, observadores, convidados e integrantes da organização, contemplou 28 aspectos distintos, abrangendo desde a sustentabilidade e a acessibilidade até a qualidade dos materiais, a metodologia e a infraestrutura oferecida.

De modo geral, os resultados evidenciam uma percepção amplamente positiva sobre a conferência. No quesito infraestrutura e logística geral, 96% das avaliações válidas classificaram o desempenho como “Bom” ou “Excelente”. A sustentabilidade também foi bem avaliada, com 89,5% das 267 respostas reconhecendo os esforços como “Bons” ou “Excelentes”. Já a acessibilidade recebeu aprovação de 93% das 272 avaliações, refletindo atenção significativa a este aspecto. Entre os destaques, a qualidade do material distribuído merece ênfase: aproximadamente 94,3% dos

respondentes avaliaram positivamente esse quesito, ressaltando a utilidade e a adequação dos conteúdos para subsidiar os debates e a formulação das propostas. No campo do conteúdo, a avaliação dos temas abordados e da coerência das discussões com os objetivos da Conferência também alcançou patamar elevado, com índices superiores a 90% de aprovação, reforçando que os debates estiveram alinhados com a missão central de enfrentar a emergência climática com propostas concretas e integradas.

Outro ponto que se destacou foi a metodologia de formulação e qualificação das propostas, considerada adequada pela ampla maioria dos participantes. Embora tenham sido registradas críticas pontuais sobre o tempo destinado aos debates e sobre falhas técnicas na ferramenta de votação, a avaliação geral apontou para a efetividade do processo metodológico, que conseguiu garantir a sistematização das contribuições e a priorização das propostas de forma participativa.

Assim, a análise da avaliação da etapa nacional demonstra que a 5ª CNMA alcançou resultados expressivos não apenas em termos de organização e logística, mas sobretudo na qualidade dos conteúdos, na coerência temática e na robustez metodológica aplicada à construção coletiva das propostas que deverão orientar a agenda ambiental brasileira nos próximos anos.



DESAFIOS IDENTIFICADOS

Adicionalmente, a CON e a CEN realizaram uma segunda avaliação apontando desafios e pontos positivos trazidos pela 5ª CNMA. Entre os desafios, destacamos:

Contexto de transição em gestões municipais

Descrição: A realização de eleições municipais em outubro de 2024, que antecederam parte significativa das etapas preparatórias da Conferência, resultou em mudanças administrativas e políticas em muitas prefeituras. Novas gestões podiam impactar o apoio e a continuidade dos processos iniciados, gerando descontinuidade e dificuldades de contato e engajamento.

Solução adotada ou recomendação: Embora o relatório não detalhe uma solução formal e centralizada, a experiência demonstrou que a intensa articulação e a força da mobilização da sociedade civil organizada em muitos municípios foram fundamentais. Nesses casos, a sociedade civil atuou junto às novas administrações para manterem o engajamento com a Conferência, superando a inércia ou a eventual falta de interesse inicial de alguns gestores. Recomenda-se que futuras edições desenvolvam estratégias específicas para lidar com ciclos eleitorais, se possível sendo realizada em períodos que não coincidam com processos eleitorais ou prevendo a construção de planos de transição que garantam a continuidade do processo.

Falta de recursos financeiros locais

Descrição: Uma justificativa recorrente para a não realização de conferências municipais foi a falta de recursos financeiros, aliada ao baixo engajamento ou priorização do tema. Essa barreira financeira e de prioridade representou um obstáculo significativo para a capilaridade da Conferência.

Solução adotada ou recomendação: Conforme já mencionado, a mobilização da sociedade civil e o envolvimento dos governos estaduais impulsionaram a superação desse desafio. A pressão e o desejo de participação das comunidades muitas vezes estimularam as administrações locais a encontrar soluções ou realocar recursos, demonstrando que a demanda social pode ser um poderoso catalisador. Para o futuro, o planejamento da Conferência pode avaliar, junto aos estados, a possibilidade de alocação de algum suporte financeiro para a realização das etapas locais, além de uma estratégia de sensibilização e articulação ainda mais robusta com os gestores municipais.

Lacunas em ferramentas e bases de dados estruturadas

Descrição: A organização da 5ª CNMA foi prejudicada pela inexistência de documentação sistematizada sobre suas edições anteriores, o que representou um obstáculo significativo para o planejamento estratégico e a

construção de narrativas históricas.

Solução adotada ou recomendação:

A equipe teve dedicação intencional para registrar todos os passos do processo, de forma a construir toda documentação que sirva, posteriormente, à sistematização e memória da 5ª CNMA. Além disso, foram construídas bases de dados e relações ao longo do processo. A própria realização da Conferência serviu para a atualização do mailing de imprensa e de contatos das secretarias.

Outro aspecto recomendável é que haja previsão orçamentária para a contratação de ferramentas especializadas de clipping (que permitam monitoramento abrangente de mídias, incluindo rádio, TV e sociais) e a manutenção contínua e estratégica dessas bases de dados atualizadas, visando facilitar a difusão de informações e a articulação com todos os parceiros.

Desafios tecnológicos

Descrição: A 5ª CNMA foi a primeira Conferência Nacional a utilizar a Plataforma Brasil Participativo em todo o seu processo, fornecendo suporte para comunicação, mobilização, formação e repositório documental. Essa integração implicou que as equipes e a plataforma se desenvolveram concomitantemente, gerando, em alguns momentos, desajustes e a necessidade de adequações para aprimorar a experiência do usuário. A avaliação indica que a plataforma de suporte deve ter todas as funcionalidades desenvolvidas antes do início do processo, facilitando o acesso à documentação e às orientações desde

o princípio.

Os problemas técnicos observados incluíram a impossibilidade de limitar a criação de múltiplos eventos por usuário, a dificuldade no download em lote de arquivos, a lentidão nas atualizações e a exigência de verificação manual de propostas não categorizadas ou vinculadas incorretamente. Adicionalmente, questões de acessibilidade, como a ausência de responsividade em alguns dispositivos móveis e dificuldades de acesso para certos delegados, impediram a votação via aplicativo, tornando necessárias soluções alternativas.

Solução adotada ou recomendação:

Para mitigar esses problemas em tempo real, as equipes atuaram proativamente. Foram criados e amplamente divulgados vídeos-tutoriais e tutoriais em PDF para orientar os usuários sobre o uso da plataforma e como contornar algumas dificuldades. Foi disponibilizado o uso de formulários do Google como alternativa para o envio de documentos e propostas, especialmente para as etapas estaduais, garantindo que a coleta de dados não fosse interrompida. Para futuras ed



Aspectos a aprimorar na representatividade e inclusão

Descrição: Apesar dos avanços significativos na promoção da diversidade por meio das cotas de gênero e raça, que superou as metas para mulheres e para pessoas negras, a 5ª CNMA não incluiu uma cota explícita para Pessoas com Deficiência em sua metodologia. A pauta LGBTQIAPN+ também não foi abordada na concepção metodológica. Houve, ainda, disparidades na participação municipal entre as regiões.

Recomendação: Para fortalecer ainda mais o caráter inclusivo da Conferência, é recomendável que futuras edições incorporem uma cota explícita para Pessoas com Deficiência (PcD) em todas as etapas, desde a concepção metodológica. A pauta LGBTQIAPN+ também deve ser formalmente integrada e considerada. Adicionalmente, devem ser planejadas e executadas ações específicas e direcionadas para ampliar a mobilização local em regiões onde se observar baixo engajamento, visando garantir uma representação mais equilibrada.



Foto: MMA

PONTOS POSITIVOS: ASPECTOS DE SUCESSO E BOAS PRÁTICAS

Ampla mobilização e abrangência territorial

Aprendizado/Descrição:

A Conferência demonstrou uma capacidade notável de mobilização e alcance, conseguindo engajar um número expressivo de municípios (2.729 mobilizados, com 2.599 municípios com etapas concluídas). A Etapa Nacional registrou uma alta participação, com 3.210 inscritos no total e 1.185 delegados credenciados, superando expectativas em um cenário considerado desafiador. Esse alcance massivo foi considerado um “feito grandioso”.

Impacto/Solução adotada:

A 5ª CNMA contou com uma estrutura de governança que, mesmo diante de muitos desafios, funcionou bem e, de forma integrada, avançou e conseguiu atingir os objetivos traçados. A equipe do MMA, desde a CEN (Coordenação Executiva Nacional) até o envolvimento de todas as secretarias, teve papel fundamental para que o processo todo ocorresse. A CON (Comissão Organizadora Nacional) contou com uma composição ampla, diversa e representativa, o que garantiu que os resultados fossem os melhores possíveis. Em consonância com esses fatores, o sucesso da mobilização

decorreu de uma articulação estratégica com Secretarias de Meio Ambiente (aproximadamente 500 municipais e todas as estaduais), e de uma ação direta em parceria com a SECOM da Presidência da República, que ampliou o alcance das mensagens. A produção e ampla distribuição de materiais padronizados, como o Kit Mídia para municípios, foram cruciais para apoiar a organização local, especialmente em localidades sem estrutura de comunicação própria. A equipe de mobilização atuou proativamente por meio de reuniões (presenciais e por videoconferência), orientações contínuas e um diálogo permanente com organizações e movimentos sociais, complementando as ações da equipe de comunicação que monitorava mídias locais e produzia conteúdos segmentados (teasers, boletins).

Qualidade e volume da produção de conteúdo e comunicação estratégica

Aprendizado/Descrição:

O MMA garantiu que a equipe de comunicação fosse estruturada de forma a demonstrar alta produtividade, entregando uma vasta gama de materiais estratégicos e produtos de comunicação. Isso inclui a criação de documentos estruturantes como o Plano de Comunicação da 5ª CNMA e o Plano de Comunicação da EBC, que garantiram cobertura institucional ampla e diversificada. Houve uma produção significativa de vídeos (36 no total, incluindo tutoriais, campanhas e séries temáticas), além de diagramação contínua de materiais institucionais (26 Cadernos Estaduais, Regulamentos,

Caderno Geral de Propostas, Passo a passo para a realização de todas as etapas previstas, Guia do participante) e a criação de templates para redes sociais e FAQs para padronização e otimização do atendimento ao público.

Impacto/Solução Adotada: A equipe de comunicação operou de forma integrada, utilizando múltiplos canais (redes sociais, WhatsApp oficial, articulação com a imprensa setorial e organizações da sociedade civil) para dar visibilidade aos processos e garantir maior capilaridade às ações da Conferência em todo o território nacional. A padronização visual e a linguagem acessível dos materiais foram fundamentais para o engajamento e reconhecimento da Conferência.

Atuação eficaz em redes sociais e produção de conteúdo digital

Aprendizado/Descrição: A estratégia digital, pautada por um planejamento editorial consistente e responsivo, aliada a uma forte produção audiovisual, alcançou resultados expressivos. A conta do Instagram da Conferência, por exemplo, atingiu mais de 12 mil seguidores, registrou 300 publicações e obteve aproximadamente 772 mil visualizações nos 30 dias que antecederam a etapa nacional. A produção de vídeos (institucionais, séries temáticas, peças de campanha) e sua ampla difusão foram destaques. O canal oficial de WhatsApp também se mostrou uma ferramenta estratégica de escuta ativa e suporte direto.

Impacto/Solução Adotada:

Demonstrou a eficácia dos canais digitais para ampliar o alcance, estimular a mobilização social e garantir uma comunicação acessível, visualmente atrativa e em tempo real. A valorização dos territórios e a divulgação das propostas da sociedade foram facilitadas por esses canais. O uso do WhatsApp para o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) fortaleceu a conexão e o sentimento de pertencimento ao processo.

Inovações metodológicas e foco na diversidade

Aprendizado/Descrição: A 5ª CNMA introduziu inovações metodológicas significativas para democratizar a participação e garantir representatividade. Isso inclui a realização de Conferências Livres eletivas, a sistematização e rastreabilidade das propostas para maior transparência e controle social, e a implementação de critérios robustos de equidade de gênero e raça nas delegações (com a obrigatoriedade de no mínimo 50% de mulheres e 50% de pessoas negras nas delegações eleitas, conforme autodeclaração). Além disso, a metodologia estimulou a participação de povos e comunidades tradicionais e previu a inclusão de facilitadores e relatores profissionais nos Grupos de Trabalho (GTs) e plenárias da etapa nacional para garantir diálogos eficientes e acolhedores.

Impacto/Solução Adotada: A metodologia foi elaborada em colaboração com o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB)



e passou por extensos diálogos de prospecção com diversas entidades e profissionais. A concepção dos grupos de trabalho e plenárias com apoio de facilitadores profissionais visava otimizar as discussões e a priorização das propostas. O uso estratégico da Plataforma Brasil Participativo também visava concentrar as informações do processo e dar visibilidade a essas inovações e aos dados de participação.

Sistematização e construção da memória institucional

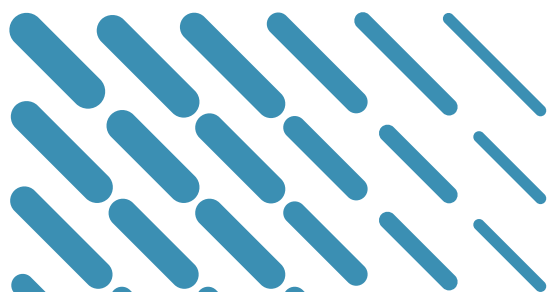
Aprendizado/Descrição: A complexidade e a abrangência das ações executadas na Conferência evidenciaram, de forma contundente, a importância crítica de manter uma rotina sistemática de registro de todas as decisões tomadas, das ações implementadas e dos materiais produzidos. A experiência da 5ª CNMA, que partiu de uma ausência de registros sistematizados de edições anteriores, reforçou a necessidade de se construir ativamente essa memória.

Impacto/Solução Adotada: A consolidação de uma memória de processo e comunicacional não apenas servirá de base para o planejamento futuro de processos semelhantes, mas também facilitará a transição de equipes em edições subsequentes da Conferência, evitando a perda de conhecimento e otimizando processos.

O poder da mobilização social

Aprendizado/Descrição: Para além das estruturas e metodologias, a 5ª CNMA evidenciou de forma clara que é a mobilização humana – com suas escutas ativas, seus afetos, as convergências e divergências de ideias, e o compromisso genuíno dos participantes – que verdadeiramente sustenta e tem o poder de transformar a política ambiental no Brasil. Mesmo diante de desafios estruturais, a mobilização da sociedade civil organizada foi um fator determinante para impulsionar a realização de etapas locais.

Impacto/Solução Adotada: Em um momento em que parte da sociedade se encontra descrente da política como instrumento legítimo de mudança, a potência coletiva que se expressou neste processo reacendeu a esperança e a certeza de que é possível fazer política de forma mais democrática, transparente e transformadora. Esta experiência, no contexto da retomada democrática, deixa um legado não apenas pelas propostas construídas, mas pela reafirmação do valor do encontro entre o Estado e a sociedade civil. O retorno e o feedback dos interlocutores em municípios e estados, tanto representantes governamentais quanto da sociedade civil, foram amplamente positivos, expressando gratidão e reconhecimento genuíno pelo trabalho e dedicação das equipes de mobilização e comunicação.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (5ª CNMA) representa, sem sombra de dúvida, um marco na história recente da governança ambiental brasileira. Após mais de uma década de hiato, sua realização não foi apenas um retorno à prática das conferências, mas uma reafirmação do compromisso democrático do Brasil com a participação social como alicerce fundamental para a formulação e implementação de políticas públicas.

Essa jornada foi pavimentada pela dedicação de uma vasta rede de atores. Desde a concepção de sua metodologia, que buscou inovar ao incorporar critérios rigorosos de paridade de gênero e raça, até a arquitetura de governança que se desdobrou em Comissões Organizadoras Nacionais, Estaduais e Municipais, cada etapa foi um testemunho do esforço coletivo. As estratégias de mobilização, que alcançaram milhares de cidadãos e cidadãs em conferências municipais, intermunicipais e livres, demonstraram a resiliência e a capacidade de auto-organização da sociedade brasileira. Complementarmente, a comunicação estratégica garantiu que a voz da Conferência ressoasse em múltiplas plataformas, levando o debate climático a uma audiência sem precedentes e construindo a legitimidade do processo.

Naturalmente, um empreendimento de tal magnitude não esteve isento de desafios. As complexidades logísticas, os obstáculos operacionais impostos pelas limitações da plataforma digital, as transições políticas e as restrições orçamentárias em diversas instâncias locais exigiram adaptabilidade,

criatividade e resiliência das equipes de organização e dos próprios participantes. No entanto, a forma como esses desafios foram enfrentados, com soluções inovadoras e com a constante contribuição da sociedade civil, não apenas permitiu a continuidade do processo, mas também gerou aprendizados institucionais valiosos.

Neste ponto, a 5ª CNMA passa da fase de deliberação para a de implementação. O desafio que se impõe agora é o de transformar essas propostas em ações concretas e políticas públicas efetivas. Os encaminhamentos propostos, com a constituição de uma plataforma e um Comitê Permanente de Acompanhamento e Monitoramento, a elaboração de estratégias claras para a incorporação das propostas nas agendas governamentais e a sugestão de mecanismos de monitoramento contínuo e prestação de contas, são passos essenciais para garantir que o legado da Conferência seja duradouro. É vital que os canais de participação continuem abertos, que a transparência seja a bússola da gestão e que o compromisso de cada cidadão e instituição envolvido na 5ª CNMA se mantenha vivo e ativo.

A 5ª CNMA reafirmou que a política ambiental no Brasil não pode ser construída sem a voz, a inteligência e o engajamento da sociedade. Ela demonstrou a força da colaboração, a riqueza da diversidade e o potencial transformador de um país que se une em torno de um propósito comum. Que o espírito desta Conferência — de diálogo, inclusão, conexões, afeto e ação coletiva — inspire e impulsione a necessária e urgente transformação ecológica que o Brasil e o planeta demandam.



ANEXOS

Documentos da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente

- [Consolidação da Priorização das Propostas - Plenária Geral de 9 de maio de 2025](#)
- [Propostas Priorizadas pelos Eixos - Plenária de 8 de maio de 2025](#)
- [Planilha com as propostas das Conferências Municipais, Intermunicipais, Estaduais e Livres](#)
- [Caderno de Propostas por Grupo de Trabalho - Etapa Nacional da 5ª CNMA](#)
- [Guia do Participante - Etapa Nacional da 5ª CNMA](#)
- [Regulamento da Etapa Nacional da 5ª CNMA](#)
- [Caderno Geral da Etapa Nacional da 5ª CNMA](#)
- [Documento Base contendo os temas da 5ª CNMA](#)

Kit Conferências Estaduais

- [Documento Base contendo os temas da Conferência](#)
- [Passo a passo para a organização das Conferências Estaduais](#)
- [Modelo de Documento de informações dos Organizadores](#)
- [Modelo de Formulário de Delegados Eleitos](#)
- [Modelo de Formulário de Delegados Natos](#)
- [Modelo de Lista de Participantes \(excel\)](#)
- [Modelo de Lista de Participantes \(pdf\)](#)
- [Formulário de cadastro das propostas advindas das Conferências Estaduais](#)
- [Link para Kit Mídia e link para Perguntas](#)

Kit Conferências Livres

- [Documento Base contendo os temas da Conferência](#)
- [Passo a passo para a organização das Conferências Livres](#)
- [Kit Mídia e Perguntas](#)

Kit Conferências Municipais/Intermunicipais

- [Documento Base contendo os temas da Conferência](#)
- [Passo a passo para a organização das Conferências Municipais/Intermunicipais](#)
- [Kit Mídia e Perguntas](#)

Documentos utilizados para a realização dos eventos

- [Caderno de Propostas - Mato Grosso \(MT\)](#)
- [Caderno de Propostas - Sergipe \(SE\)](#)
- [Caderno de Propostas - Amapá \(AP\)](#)
- [Caderno de Propostas - Acre \(AC\)](#)
- [Caderno de Propostas - Distrito Federal \(DF\)](#)
- [Caderno de Propostas - Roraima \(RR\)](#)
- [Caderno de Propostas - Goiás \(GO\)](#)
- [Caderno de Propostas - São Paulo \(SP\)](#)
- [Caderno de Propostas - Rondônia \(RO\)](#)
- [Caderno de Propostas - Rio Grande do Norte \(RN\)](#)
- [Caderno de Propostas - Tocantins \(TO\)](#)
- [Caderno de Propostas - Pará \(PA\)](#)
- [Caderno de Propostas - Paraná \(PR\)](#)
- [Caderno de Propostas - Amazonas \(AM\)](#)
- [Caderno de Propostas - Mato Grosso do Sul \(MS\)](#)
- [Caderno de Propostas - Alagoas \(AL\)](#)
- [Caderno de Propostas - Rio Grande do Sul \(RS\)](#)
- [Caderno de Propostas - Rio de Janeiro \(RJ\)](#)
- [Caderno de Propostas - Maranhão \(MA\)](#)
- [Caderno de Propostas - Minas Gerais \(MG\)](#)
- [Caderno de Propostas - Ceará \(CE\)](#)
- [Caderno de Propostas - Espírito Santo \(ES\)](#)
- [Caderno de Propostas - Paraíba \(PB\)](#)
- [Caderno de Propostas - Pernambuco \(PE\)](#)
- [Caderno de Propostas - Santa Catarina \(SC\)](#)

Documentos

- [Comissão Organizadora Nacional da 5ª CNMA](#)
- [Portaria de Convocação e Publicação do Regimento Interno 5ª CNMA](#)
- [Metodologia da 5ª CNMA](#)
- [Passo a passo para a organização das atividades autogestionadas](#)
- [Perguntas frequentes sobre a plataforma](#)

Para Organizadores

- [Modelo de Documento de informações dos Organizadores](#)
- [Modelo de Formulário de Delegados Eleitos](#)
- [Modelo de Formulário de Delegados Natos](#)
- [Modelo de Lista de Participantes \(excel\)](#)
- [Modelo de Lista de Participantes \(pdf\)](#)



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

